Diário de Lisboa

ANO 55.º / N.º 18976 4$00

QUINTA-FEIRA 12 FEVEREIRO 1976

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ENCONTRO MELO ANTUNES-AREILZA

Melhores ventos sopram de Espanha

O encontro Melo Antunes-Areilza, a decorrer na cidade da Guarda, tem sobretudo um carácter político, prevendo-se que dele resulte o estabelecimento das bases de normalização, se não melhoria das relações políticas, diplomáticas e a outros níveis entre Portugal e Espanha.

Deste modo, e embora seja convicção dos observadores políticos que o ultrapassado Pacto Ibérico não chegará a ser discutido, pensa-se que um dos assuntos principais da agenda das conversações se prende com as questões de segurança e não ingerência recíproca.

É neste sentido que se tem interpretado a atitude do Governo espanhol de impedir a entrada de Spínola no seu país, além de se mostrar disposto a evitar tudo o que possa significar intromissão ou facilidade de ingerência nos problemas internos de Portugal.

A este propósito a oposição espanhola, sem pretender intrometer-se nos assuntos internos de Portugal, denuncia a «tentativa de chantagem por parte do Governo espanhol ao pretender comparar a actuação criminosa de milhares de membros do E. L. P.-M. D. L. P. e de centenas de pides, que utilizam Espanha como base para as suas actividades terroristas em Portugal, com a democrática e pacífica ação dos residentes espanhóis em Portugal em luta por uma futura Espanha Democrática».

A oposição espanhola, no documento que vimos citando assinado pela Junta Democrática de Espanha em Lisboa e pelo P. S. D. E. e M. C. E., membros da Plataforma de Convergência Democrática), refere depois a repressão generalizada sobre os mais variados sectores do povo espanhol, após algumas semanas

Continua na pág. 20

M.P.L.A. destroça U.N.I.T.A. no Sul e Leste de Angola

. A conspiração imperialista contra Angola fracassou completamente. O avanço das F.A.P.L.A. rompe agora posições inimigas mais de mil quilómetros a sul de Luanda. As forças da U.N.I.T.A., depois das da F.N.L.A., encontram-se destroçadas e retiram para as florestas.

Os principais centros populacionais, ocupados no final do ano passado por uma «ofensiva-relâmpago» sul-africana, foram libertados: Huambo (ex-Nova Lisboa), Lobito, Benguela, Moçâmedes, Lubango (ex-Sá da Bandeira). Ontem de manhã restavam, a sul, Serpa Pinto terminal dos caminhos-de-ferro de Moçâmedes; Chiuane, estação de partida do ramal ferroviário de Lubango, e Porto Alexandre, e a leste Bié (ex-Silva-Porto) e Luso. Ao princípio da noite, contudo, chegavam notícias a Luanda — não confirmadas pelo Estado-Maior das F.A.P.L.A. — de que pelo menos Silva Porto e Luso teriam sido libertadas, concluindo-se a desobstrução do caminho-de-ferro de Benguela. A fronteira com a Namíbia, através de Roçadas e Pereira d'Eça, deverá ser, em breve, o limite da avançada vitoriosa do povo angolano.

Com a derrota da U.N.I.T.A., a sul e leste, e da F.N.L.A., a norte, com o fracasso que constitui a derradeira tentativa de Holden Roberto lançando mercenários europeus nos combates, as tropas sul-africanas, estacionadas na região do Cunene, numa área que se estende por cerca de 90 quilómetros dentro do território angolano, constituem o último inimigo do povo angolano ainda organizado. O rápido avanço que as F.A.P.L.A. efectuam em todas as frentes, nomeadamente a sul, deverá colocá-las em breve frente a frente com os exércitos racistas. Especula-se largamente sobre o possível comportamento das duas forças em presença, nomeadamente quanto ao desfecho de uma eventual batalha naquela área. Há, no entanto, indícios de que o confronto armado poderá não se registar, retirando as forças da África do Sul após conversações entre as duas partes. Outra hipótese levantada em Luanda será a do confronto armado ser adiado pelas F.A.P.L.A., que optarão pela consolidação dàs suas posições em torno dos exércitos invasores, antes de uma acção decisiva.

O RECONHECIMENTO DA R.P.A.

A entrada da República Popular de Angola para a Organização da Unidade Africana, decidida anteontem após o seu

Continua na pág. 20

HUMBERTO DELGADO FOI ASSASSINADO HÁ ONZE ANOS

. Sobre a data do assassínio do general Humberto Delgado passam hoje onze anos. Durante a vigência do anterior regime entendia-se que não haveria interesse em fazer luz sobre as circunstâncias em que ocorreu um crime odioso. Compreendia-se que fosse intenção dos governantes ocultar a identidade dos criminosos a todos os níveis: os que mandaram matar, os que executaram o crime, os que o encobriram, os que impediram as investigações. Mas após o 25 de Abril de 1974, criadas as condições políticas para apurar a verdade, não se percebe a lentidão de um processo no qual, há que reconhecê-lo, a Polícia Judiciária se empenhou com diligência e que já foi entregue há longos meses ao Tribunal competente.

A Justiça tarda.

A memória de um general da Força Aérea Portuguesa que foi candidato à Presidência da República deverá merecer-nos mais do que o preito de a evocar no dia em que passa mais um aniversário da sua morte, deverá obrigar-nos a chamar a atenção do Governo e dos partidos democráticos para as necessidades elementares: apurar a verdade, fazer justiça.

CIMEIRA FRANCO-ALEMÃ DEBATE CRISE MONETÁRIA

NICE, 12 — (R.) — O presidente Valery Giscard D'Estaing e o chanceler Helmut Schmidt da República Federal Alemã deverão debater a nova crise monetária europeia durante a Cimeira que terão hoje numa herdade convertida nas colinas banhadas de sol perto de Nice, na Riviera francesa.

Os dois dirigentes esperam que a crise possa ser resolvida de forma a que deixe de ser um obstáculo no caminho da unidade europeia.

Tanto os franceses como os alemães parecem estar de acordo em que devem combater a actual vaga de especulação que se baseia na crença de que o franco francês será desvalorizado ou revalorizado o marco alemão.

Não vêem qualquer razão financeira que obrigue a uma mudança nos valores de paridade e a eles juntaram-se os Estados Unidos numa política de intervenção de bancos centrais destinada a acabar com

Continua na pág. 20

20 PÁGINAS

De "Beretta", com silenciador

IRMÃO DE GALVÃO DE MELO FALHA CENA DE TIROS

Com uma «Beretta» munida de silenciador, o antigo sócio-gerente da empresa de importação e comércio de madeiras Maiombe investiu às 9.30 da manhã de hoje contra os trabalhadores da firma.

O curioso da história é que, sobre os ombros do indivíduo em questão, pesa um nome de «peso» nos meios militares e políticos: pertence à família Galvão de Melo e é irmão do general.

José Galvão de Melo, afastado da Maiombe quando se provou haver boicote económico da parte da entidade patronal, estava irreconhecível quando esta manhã irrompeu nas instalações da empresa: capacete negro, óculos escudos, barba crescida.

Os elementos da Comissão de Trabalhadores, que iam iniciar uma reunião, ficaram espantados com a estranha aparição e com as palavras do ex-patrão: «Preparem-se para morrer!» Antes de disparar um tiro às cegas, a «Baretta» encravou-se e José Galvão de Melo foi dominado pelos trabalhadores.

A violência relacionada com a Maiombe começou, antes disso, às 7.45, quando o presidente da C. T., Manuel Mar-

Continua na pág. 20

José Galvão de Melo deixou este «arsenal»

Nacional

Política de A a Z

A NOVA VERSÃO DO PACTO

Submetido ao fogo de barragem dos partidos políticos que, ressalvadas raríssimas excepções, não ocultavam discordâncias profundas em relação ao «Pacto M. F. A.-Partidos», o Conselho da Revolução reconheceu a necessidade de conversações para a elaboração de um novo texto de nível constitucional. Essas conversações que retardaram, relativamente, os trabalhos da Assembleia Constituinte, chegaram à fase conclusiva e admite-se que o novo texto do Pacto seja assinado amanhã, secta-feira, dia 13.

Haverá que admitir que esta nova versão do «Pacto» não leva plena satisfação a alguns dos partidos, em hora representa, da parte do Conselho da Revolução, uma vontade de chegar a acordo com os interlocutores políticos que severamente contestavam a supremacia do «poder militar» em relação ao «poder civil».

Espera-se que, segundo o novo «Pacto», o Presidente da República, eleito por sufrágio directo e universal, seja, igualmente, o Presidente do Conselho da Revolução e o chefe das Forças Armadas. Dificilmente, esta acumulação de funções poderá ser atribuída a um civil. Ao Presidente da República competirá nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, mas em relação a esta nomeação que deverá corresponder, segundo a regra democrática, aos resultados eleitorais, o Conselho da Revolução nem terá direito de veto. O Presidente da República poderá vetar, se assim o entender, os projectos de lei emanados da Assembleia Legislativa. Em nova votação, esses projectos deverão obter uma maioria de dois terços. Terá o Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução, poderes para dissolver a Assembleia.

Pela nova letra do «Pacto» o C. R., segundo consta, deixará de ter a categoria constitucional (ou para constitucional) de órgão de soberania e passará a ser um órgão consultivo do Presidente da República.

A Assembleia do M. F. A. não é referida, também, como órgão de soberania e perdeu, ao que parece, as importantes funções que lhe eram atribuídas.

Estamos, como é evidente, perante largas cedências por parte dos militares. Parece que há partidos que ainda não estão satisfeitos na desmedida ambição de controlarem um poder que não foram capazes de conquistar. Muitos são os portugueses de memória curta. Muitos são os que já se esqueceram do 25 de Abril ou que ainda pensam no 28 de Maio.

NOVA CONSTITUIÇÃO

Assinado o «Pacto», ficam criadas as condições para que prossigam, com bom ritmo, os trabalhos da Assembleia Constituinte que estão atrasados se tivermos em conta a pretensão de realizar as eleições legislativas no próximo dia 25 de Abril. Mas será possível convencer os senhores deputados de que a Assembleia Constituinte tem a missão concreta de redigir uma Constituição?

Sucede que o texto constitucional merece, em muitos aspectos, uma apreciação francamente favorável circunstância que explica os ataques que já lhe são dirigidos na propaganda de certos neopartidos.

NEOPARTIDO

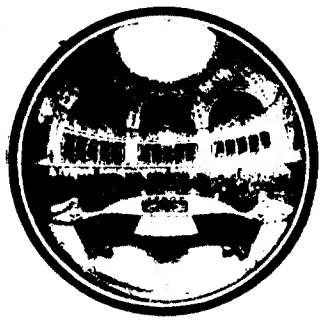
Designação recentemente adoptada pelos dicionaristas — segundo nos informam — para designar a vida consentida dos partidos cuja actividade fora proibida. Diz-se, também, que os neopartidos se inclinam para a contestação das medidas revolucionárias e suspiram por um neofascismo.

O ESPÍRITO DO 25 DE ABRIL

Uma interpretação do espírito do 25 de Abril foi dada, em recente entrevista, por Carlos Alboim Inglês, membro do Comité Central do P. C. P. São suas as seguintes palavras: «A expressão concreta actual do espírito unitário, antifascista e progressista do 25 de Abril, não pode fazer tábua rasa das grandes conquistas que ele mesmo permitiu: as liberdades democráticas, a descolonização, as nacionalizações, a Reforma Agrária, etc. Tem precisamente que se firmar nessas grandes conquistas históricas para as defender, as consolidar e avançar para o futuro. Por regresso ao espírito do 25 de Abril, só poderia entender validamente, hoje, o reforço do sentimento unitário, antifascista e progressista de todos os que estão interessados em defender as conquistas do 25 de Abril e construir um Portugal democrático, orientado para o socialismo...». Esta parece ser, também, a decisão do Conselho da Revolução ao publicar o comunicado que defende a Reforma Agrária da sinuosa e pertinaz ofensiva dos reaccionários do «Governo» e da «oposição».

QUE SE PASSA COM ANGOLA?

Pergunta-se: para quando o reconhecimento da República Popular de Angola? Para quando o estabelecimento de relações oficiais com o Governo da presidência do dr. Agostinho Neto? A diplomacia portuguesa, por razões obscuras, dá impressão de estar condicionada. Os ministros Melo Antunes e Vítor Crespo dão a entender que compreenderam já que é necessário reconhecer, **de direito**, a situação **de facto**, criada em Luanda. A organização de Unidade Africana já reconheceu o M. P. L. A. como válido representante do povo de Angola. E Portugal? Estaremos condicionados por pressões internas, por jogos eleitorais? A História não deixará de registar o erro tremendo de sermos precedidos, no reconhecimento do Governo de Luanda, por países que tudo indicaria terem menos obrigações para com a jovem nação de expressão portuguesa. Estaremos à espera dos Estados Unidos?



ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

TRABALHADORES ESTARÃO SEMPRE UNIDOS

. De olhos fixados nas bancadas P.P.D.-C.D.S., o deputado-operário, Casimiro dos Santos (P.S.) concluiu a sua intervenção, ontem em S.Bento, afirmando: «Senhores representantes da burguesia capitalista, escusam de afiar os dentes por que a reacção não passará. A ela responde a nossa consciência de classe e a nossa organização. Ao contrário do que pensam, nós operários, independentemente de sermos socialistas ou comunistas, estamos e estaremos unidos na defesa das conquistas alcançadas e na luta por outras conquistas. Para nós a luta não pára. A nossa meta é o fim da exploração do homem pelo homem».

Visando sempre os deputados do P.P.D. e do C.D.S., Casimiro dos Santos — aplaudido no final, com entusiasmo, pelos sectores P.S., P.C. e M.D.P. — referira-se ainda às formas de actuação da burguesia nas tentativas de destruição da unidade dos trabalhadores. Após sublinhar que tais processos ou «assentam no esquerdismo táctico» dos que «gritam sempre pela classe operária mas trabalhar não é com eles; alguns vão à escola, que nós pagamos, marcar o ponto e não estudam nem deixam estudar», aquele deputado socialista considerou depois, mais perigosos, o «C.D.S., que grita democracia, e o P.P.D., que demagogicamente gritava socialismo e até se apresenta com uma fachada social-democrata já apodrecida, incapaz de esconder os interesses da burguesia capitalista».

Referiu ainda a luta dos trabalhadores logo após o 25 de Abril contra a sabotagem do patronato e o encerramento das fábricas, e lembrou que os operários portugueses «continuam com ordenados de fome e a trabalhar nas piores condições, sem o mínimo de protecção e higiene».

A esta importante intervenção, reveladora da consciência crescente dos sectores operários do P.S. face ao avanço da direita, seguiram-se ainda intervenções significativas de Joaquim Velez e Hermenegilda Pereira, ambos do P.C.P. O primeiro defendeu a Lei do Arrendamento Rural, «uma importante conquista da Revolução» e sublinhou que «a sua aplicação significará uma grande melhoria das condições de vida e de trabalho de uma importante camada dos trabalhadores portugueses, uma significativa melhoria das condições de existência de todos os pequenos e médios agricultores que trabalham nas terras arrendadas». Denunciou, a propósito, as violências diárias «dos grandes proprietários e seus lacaios» sobre os rendeiros e isto «perante a inactividade ou até colaboração de forças da G.N.R. Citou casos ocorridos em Rio Tinto, Penafiel, Marco de Canavezes, Gaia, etc.

Hermenegilda Pereira citou o caso exemplar da Têxtil Manuel Gonçalves, lembrou a trapaça dos supermercados, as tentativas na Rolsol e na Facar. O caso das credenciais das comissões de trabalhadores, e as questões da Banca, dos Seguros «para cujos conselhos de gerência são nomeados, entre outros, antigos administradores, seus familiares e amigos». Finalmente requereu ao Ministério da Indústria e Tecnologia que lhe dê conhecimento de relatórios e inquéritos sobre a Têxtil Manuel Gonçalves.

Entretanto os trabalhos da Constituinte foram suspensos para recomeçarem apenas na próxima quarta-feira, devido a ter-se esgotado a matéria em debate, e dado que ainda não foi assinado o Pacto M. F. A.-Partidos. Julga-se que os trabalhos apenas estarão concluídos em fins de Março, pois, além da matéria que falta ainda aprovar, referente ao poder político, terá de ser debatido o capítulo sobre os Açores e Madeira.

Ontem, de entre os vários artigos aprovados registamos o n.º 5, sobre a administração pública, onde se declara que «a Polícia tem por função defender a legalidade democrática e os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos».

E.A.

NOVO PACTO TALVEZ SEJA ASSINADO SÓ NA PRÓXIMA SEMANA

O novo Pacto político-militar entre o Conselho da Revolução e os partidos pode não ser assinado ainda esta semana, amanhã, como corre com alguma convicção em certos meios políticos e chega mesmo a admitir-se nos meios militares. A cerimónia oficial a realizar-se no Palácio de Belém só deverá ter lugar na próxima semana, logo que definidas as posições de todas as forças políticas interessadas em relação ao texto final a subscrever.

Das cinco organizações empenhadas nas negociações em curso, P.S., P.C.P., e M.D.P.-C.D.E. parece terem chegado a acordo com os militares no que respeita aos principais pontos da plataforma. O C.D.S. mantém reservas em relação ao espírito do texto. O P.P.D. tem-se demorado numa evidente renitência em relação tanto a questões de fundo como a aspectos pontuais. A solução do problema parece dependente sobretudo das posições que o P.P.D. tem vindo a sustentar e mantém ainda. É possível que tanto o C.D.S. como o P.P.D. venham a não subscrever a plataforma na totalidade, o que virá a reduzir substancialmente o significado e sobretudo a funcionalidade do acordo. Para que isto não aconteça, tornar-se-à necessário que as duas organizações ou os militares transijam, As declarações recentes de Sá Carneiro fazer crer que a primeira hipótese não é muito plausível. A segunda também não — até porque implica não só a posição dos militares mas também os acordos entre estes e os restantes partidos.

Os principais pontos de divergência dizem respeito à competência dos militares e sobretudo da superstrutura do poder militar, o Conselho da Revolução, em relação à vida política portuguesa. Muito resumidamente pode dizer-se que entretanto, prosseguem as reuniões finais. Anteontem fora entre os militares e o P.S. Ontem foi entre os militares e o P.P.D. A comissão executiva do P.P.D. reúne hoje para discutir os resultados da reunião de ontem. Nos meios políticos pensa-se que o C.R. pode anunciar a cerimónia oficial da assinatura do Pacto logo que o P.P.D. defina de vez a sua posição sobre as questões em suspenso. As dúvidas que se levantam dizem respeito à redutibilidade das posições do P.P.D.

MOURÃO-FERREIRA QUER FORMAR UM CONSELHO DA CULTURA

. Tentativas para formar um Conselho Geral da Cultura estão a ser feitas pelo secretário de Estado da pasta, David Mourão-Ferreira. Nessa conformidade há hoje, ao fim da tarde, uma reunião no Ministério da Comunicação Social, para que foram convidadas algumas individualidades.

Os convites, tanto quanto apurámos, incluiram nomes como os de Madalena Perdigão, pelo sector da Música; Nikias Skapinakis, Artes Plásticas; Fernando Gusmão, Teatro; e Fernando Lopes e António Macedo, Cinema.

SOARES À PARTIDA PARA VIENA

"Desejável que o P.C.P. escolhesse a via dum comunismo à portuguesa"

Partiu ontem à tarde para Viena de Áustria o secretário-geral do P. S., Mário Soares, que se desloca aquele país a convite do chanceler Bruno Kreisky. Soares participará num comício de solidariedade socialista com a Espanha, juntamente com Kreisky, o presidente da central sindical austríaca e o secretário-geral do P.S.O.E. espanhol, Felipo Gonzalez.

À partida, o secretário-geral do P.S. falou aos jornalistas e deu a saber que o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, o tinha encarregado de contactar com Bruno Kreisky a propósito de certos problemas pendentes das negociações de Portugal com a EFTA: Interrogado acerca das conversações Melo Antunes-Areilza, Soares considerou extremamente oportuna a iniciativa de Melo Antunes encontrar-se com o seu homólogo espanhol e disse esperar que o encontro seja benéfico para os dois países. Falando de Espanha, disse que a evolução para a democracia neste país, é um processo irreversível. Apontou a necessidade de que o novo Governo espanhol assuma as suas responsabilidades e dê passos decisivos para a democratização do país. Acrescentou que uma democracia em Espanha seria útil para a democracia em Portugal.

Soares exprimiu ainda a sua satisfação pelas recentes posições do Partido Comunista francês e fez votos para que o P.C.P. siga «a mesma evolução, dentro de um espírito democrático»: «Era desejável — disse — que o P.C.P. abandonasse a ditadura do proletariado e escolhesse a via de um comunismo à portuguesa».

Falando de alianças do P.S. com os comunistas, pôs de parte a hipótese de elas virem a fazer-se, porque os comunistas — disse — «sempre as recusaram e optaram por tentar tomar o Poder pela força. A união da esquerda, ao contrário do que se passa em França, não é possível em Portugal, e o P. S. não fará alianças nem como P. C. P. nem com o P. P. D.»

post scriptum

O busto não é tudo

Ouvimos há dias na ex-EN um comentário sobre uma reunião em Viseu de senhores do tipo feudal (camuflados de agricultores) que teriam arvorado em público um busto de M. Caetano. Quase nos rimos pelos comentários a um acontecimento tão «inofensivo» em comparação com o que se vem passando por este País fora. Quem não conhece a forma como os caciques fascistas e elpistas agem para os lados de Braga, Porto, Viseu, Aveiro, etc., com virulentos ataques à Revolução do 25 de Abril e aos homens que a fizeram? Será que na capital ainda continuam afastados das realidades concretas do País interior, dominado por um caciquismo feito de miséria e de obscurantismo?

Será que não conhecem a violenta campanha de calúnias lançada ente o povo para destruir a sua aliança com os homens do MFA?

Já esqueceram a onda de ameaças e assaltos que destruiram a Imprensa regional livre surgida depois do 25 de Abril? Não deram ainda pelo vácuo que se formou? A história do assalto reaccionário logo depois do 25 de Abril, com seu auge no Verão de 1975, deve ser feita com brevidade até para correcção de futuros sectarismos triunfalistas em que caíram as forças de esquerda. E também para que não constituam mais surpresa as ocorrências de Ponta Delgada, Viseu ou Braga e tantas outras. E, se quiserem, para que os nossos ideólogos partidários desçam das nuvens e ponham os pés na terra.

A. Lopes dos Santos — Coimbra

Acabar com a burocracia

Sabendo-se que a criação de cooperativas tem um papel primordial no País que se pretende construir, rumo ao socialismo, parece-me que já é tempo de acabar com práticas absoletas próprias de um povo que tem vivido e vive agrilhoado no reino da burocracia.

Para tanto, seria da maior conveniência alterar o actual Código Comercial (que vigora desde 1888 !!!) e demais legislação aplicável às cooperativas.

E não é preciso, a meu ver, ser técnico no assunto para acabar, de uma vez para sempre, com burocracias que só acarretam perda de tempo e de dinheiro.

Assim, os estatutos das cooperativas seriam exarados em papel comum de 25 linhas, com as assinaturas dos sócios fundadores devidamente reconhecidas. Depois disto, ser-lhe-iam anexadas a certidão da exclusividade da denominação e a guia do depósito na Caixa Geral de Depósitos de 10 por cento do capital subscrito. O processo, assim organizado, seria arquivado no notário, extraindo-se as fotocópias que fossem necesárias.

Quanto às respectivas publicações, não seriam feitas integralmente, como até aqui, pois custam uns milhares de escudos, mas apenas focariam as partes principais dos estatutos: denominação, sede, forma, objecto, capital e sua representação e a maneira de qualquer indivíduo se considerar associado.

Desta forma, a constituição de uma cooperativa seria muitíssimo simplificada.

J. Costa — Porto

Voltámos aos tempos da BBC

No dia 8 de Fevereiro — domingo — no Telejornal das 20,30 horas, o locutor sr. Cerqueira, deu conta aos telespectadores do comício do CDS, informando por *duas vezes*, que o camarada da Radiotelevisão, Pedro Castro, que se encontrava no local do Campo Pequeno em serviço de reportagem, tinha sido atingido com uma pedrada na cabeça, vinda de contra-manifestantes, recolhendo por isso ao Hospital da CUF.

No dia 9 no Telejornal das 13,15 horas a locutora de serviço, vem informar desta vez que o citado camarada tinha sido afinal atingido num braço e que o seu estado não merecia cuidados.

O que decerto a reportavem da TV não viu, não quis mostrar ou referenciar, foi o aparato bélico da PSP e GNR, com armas de fogo, capacetes, bastões e carros-tanques equipados de metralhadoras, assim como, provocadores do CDS, empunhando cinturões com pregos, mocas e correntes com bolas de ferro que, a coberto das forças policiais, atacaram, frente ao Campo Pequeno, pessoas indefesas que nada tinham com o comício.

Felizmente quem ouviu a BBC de Londres às 23 horas, na noite de 8 de Fevereiro, teve conhecimento preciso e real dos acontecimentos, pela correspondente em Lisboa, desta estação emissora, Susana Prado, em «despacho» directo da capital de Portugal.

Voltamos pois ao tempo — infelizmente — de recorrer novamente à BBC de Londres, não creditando e desprezando a deformada informação que a TV e Radiodifusão Portuguesa, nos tenta forçar aceitar.

António Machado — Amadora

Duas simples perguntas

Em vez de andarmos no estrangeiro a contrair empréstimos com países que se dizem nossos amigos porque não se faz de vez uma lei que obrigue os devedores das Caixas de Previdência a pagarem as suas dívidas que segundo se diz rondam os cinco milhões de contos?

Não sou contra os empréstimos do estrangeiro e reconheço que a nossa economia bem precisa desses auxílios, simplesmente julgo que podíamos evitar alguns desses empréstimos se fossem tomadas medidas radicais como aquela que acima refiro.

Ou será que os senhores devedores da Previdência para pagarem as suas dívidas também exigem depósitos em ouro nas suas avultadas contas bancárias?

M.M.B. — Tavira

DO "LABORATÓRIO PORTUGUÊS" À ESQUERDA EUROPEIA

CÉSAR OLIVEIRA

Neste começo do ano de 1976 uma série importante de acontecimentos políticos têm tido lugar na Europa, como que pronunciando um início de uma nova etapa estratégica das forças de esquerda no Velho Continente. Foi primeiro a conferência da Internacional Socialista em Elsinore, depois a Conferência de Paris dos Partidos Socialistas do Suda Europa, no início de Fevereiro o Congresso do PDUP (Partido de Unidade Proletária) realizado em Bolonha, a seguir o congresso do Partido Comunista Francês, proximamente o congresso do Partido Socialista Italiano. Se são significativas as mudanças no PCF, se é certo que no congresso do PSI se porá fim à política de centro-esquerda, não deixará também de ser significativo e indiciador de grandes mudanças no próximo futuro o que se passou no congresso do PDUP, convergência do grupo «Il Manifesto» (saído do PCI em 68/69) e do antigo PSIUP, Partifo Socialista Italiano de Unidade Proletária, que acaba de realizar-se.

Reunidos durante quatro dias no «Palazzo dei Congressi» daquela cidade italiana, os delegados ao congresso dos diversos organismos, os militantes e os convidados do PDUP assistiram e participaram num debate durante o qual, expressamente uma svezes e implicitamente outras, a experiência portuguesa esteve sempre presente. A presença nos trabalhos do congresso de representantes qualificados do PCO e do PSI é índice já de si quase suficiente de que «o congresso assume o Governo de esquerda como objectivo de luta cuja realização e sucesso não é um facto automático. Ele dependerá daquilo que fizermos a partir de agora para conquistar esse objectivo». (1)

Após 1968 o movimento socialista e revolucionário mundial entrou numa nova fase que, segundo tudo leva a crer, está a esgotar-se. Esta fase foi muito marcada pelas tentativas de organizar partidos políticos que, por um confronto permanente com os Partidos Comunistas e Socialistas, conseguissem substituir-se a estes como forças hegemónicas na classe operária e nas massas populares; esse confronto fez-se contudo mediante uma prática política excessivamente voltada **contra** os «reformismos» sem conseguir todavia atingir o seu objectivo, seja pela própria capacidade de adaptação das organizações tradicionais da esquerda, seja pela natureza objectiva do próprio reformismo, seja ainda pela existência de um certo pragmatismo nas massas populares que implicava a impossibilidade de as «subtrair» da esfera das organizações tradicionais da esquerda ainda que em momentos diversos estas tenham sido de facto ultrapassadas pela dinâmica do movimento de massas e pelas novas organizações surgidas na Europa.

Mas, se esta fase não produziu a nivel organizativo os efeitos que poderiam esperar-se do «Maio francês», do «Outono Quente» italiano, das «greves selvagens» da Inglaterra, Bélgica, Alemanha e Suécia, ela não deixou contudo de contribuir de forma muito determinante e positiva para que o próprio movimento de massas ganhassè cambiantes qualitativas que acabaram por reflectir-se na maior parte das organizações políticas e sindicais.

Estas transformações centram-se, no essencial, em três ou quatro temas. Assim, a necessidade de democracia de base como expressão do próprio movimento social, a luta contra práticas burocráticas, a luta pela independência nacional face às grandes potências e à política de blocos, o entendimento de que a plena liberdade de expressão é inerente a uma prática política de objectivos socialistas contam-se entre as «aquisições» desta nova fase da luta pelo socialismo na Europa.

E a experiência revolucionária vivida em Portugal situa-se, a nosso ver, na charneira entre duas fases, pois aqui se exercitaram (sem cuidarmos agora de ver se positiva ou negativamente) os modos tradicionais de a esquerda agir politicamente, as conquistas do período aberto na Europa a partir de 68 e as práticas políticas que punham a tónica no regresso, seja à pureza original do marxismo-leninismo, seja ao «sonho» de repetir aqui, em 1975, a metodologia política de 1917. E a experiência vivida em Portugal é tanto mais importante se pensarmos que toda a problemática engendrada pela guerra colonial produziu aqui rupturas que quase fizeram com que a esquerda conquistasse o poder e, por este motivo, o nosso país poderia ter iniciado na Europa um processo revolucionário de consequências imrevisíveis.

Porém os problemas essenciais que a experiência portuguesa fez emergir (papel das vanguardas, articulação entre democracia representativa e democracia de base, papel das Forças Armadas; controlo operário; unidade da esquerda; respeito pelas liberdades e pela democracia colocam-se também, embora com caracterizações e cumbiantes diversos, nos países europeus da zona periférica do capitalismo e, por isso, é a experiência portuguesa sumamente importante no caminho das várias estratégias particulares da esquerda do Sul da Europa integradas numa estratégia mais vasta da Bacia Mediterrânica.

Não se estranharão a «quase-ruptura» na reunião da Internacional Socialista em Elsinore a propósito da unidade dos socialistas com os comunistas, as divergências verificadas na Conferência de Paris quanto a uma estratégia unificadora da esquerda do Sul da Europa, o facto de um partido que expulsou grande parte dos actuais dirigentes do PDUP enviar um representante ao congresso da sua fundação, o PSI ir dar por finda a sua colaboração com a democracia-cristã italiana, o «afastamento» do PCF da URSS, etc. Estes «factos», se reflectem algo do que se passa, terão significado dentro em pouco.

À esquerda do Sul da Europa, num momento em que a crise mundial do capitalismo torna muito difícil e problemática a recuperação não só económica como política das classes dominantes, coloca-se a concretização da transição para o socialismo reflectindo-se na discussão dos problemas implicados pela transição, tudo aquilo que em Portugal se viveu desde Abril de 1974; o imenso e fecundo «laboratório político» que Portugal constituiu condicionará boa parte da discussão — e da reflexão prévias ao iniciar de uma nova fase do movimento socialista e revolucionário do Sul europeu que, como se nos afigura, levará à unidade dialéctica das forças de esquerda face ao próprio movimento social concreto e à unidade conflitual no interior de uma estratégia unificada e unificante do conjunto das forças de esquerda.

As questões de que se acabaram de traçar algumas balizas percorrem já as principais forças de esquerda do Sul da Europa. A derrota súbita e brutal da unidade popular do Chile e o lento agonizar da esperança socialista em Portugal balizam, em toda a pujança dos ensinamentos que encerram, discussões e experiências já assumidas pela consciência da impossibilidade de regressos a contextos e situações que se não repetem sobre cinquenta anos de «socialismo» inexportável.

E se quase pudemos aqui, neste País de oitenta e nove mil quilómetros quadrados, ser o «motor de aceleração europeia para o socialismo», assumamos agora, em perspectiva que ultrapasse o limite das nossas fronteiras geográficas, a discussão da nossa experiência e dos erros cometidos, pois que o retorno que nos caberá das conquistas que a esquerda conseguir no Sul da Europa poderá de novo erguer da aparente exaustão um projecto socialista viável e eficaz para Portugal.

(1) Moção aprovada no Congresso e apresentada por Lucio Magri e Rossana Rossanda.

BELGRADO REFORÇA O SISTEMA DE DEFESA POPULAR

PAUL YANKOVITCH

BELGRADO — No momento em que no estrangeiro se fala cada vez mais e com maior frequência de ameaças exteriores sobre a Jugoslávia, e quando uma série de prisões e de processos políticos suscitam dúvidas quanto à estabilidade do país depois de Tito, o regime reage, principalmente reforçando dois sistemas de defesa: a «defesa popular geral» e a «autoprotecção social».

O primeiro sistema está completamente realizado. É constituído pelo exército regular, única instituição verdadeiramente centralizada no país, e pelas unidades territoriais. Podendo ser mobilizadas imediatamente e no próprio local onde se encontram, possuindo armamento próprio e comandos também próprios, essas unidades serão encarregadas de defender, juntamente com o exército regular, determinadas regiões. Se uma ou outra dessas regiões fossem ocuvadas, manter-se-iam ali, combatendo o inimigo.

Baseando-se na teoria do «povo armado», o sistema de defesa popular generalizado engloba praticamente todos os homens e todas as mulheres capazes de pegar em armas, isto é, vários milhões de pessoas. O ano passado o seu funcionamento foi experimentado quase diariamente. Alertas, simulacros de mobilização, de ataques aéreos e de blindados, e outros exercícios militares e de defesa civil, que a Imprensa se refere de modo bastante incompleto, têm por objectivo deter, no início das hostilidades, tentativas de «ataque fulgurante», transformar planos de uma guerra relâmpago e impor ao invasor uma guerra popular muito longa.

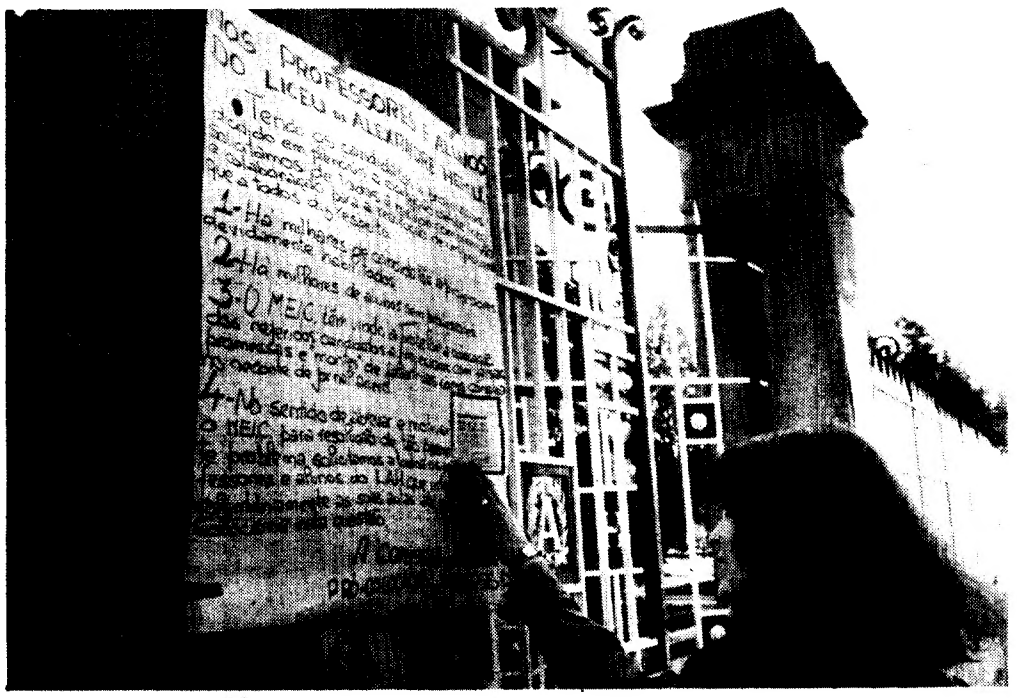
Tudo o que diz respeito ao exército é mais ou menos secreto. É, no entanto, evidente, que este dispõe de um armamento moderno que na sua maioria lhe foi entregue pela indústria nacional em que foram investidas somas consideráveis. Algumas das bases, tais como os impressionantes aeródromos subterrâneos escavados algures na Herzégovina e no Montenegro, regiões de acesso muito difícil, constituem fortes centros de resistência.

Tendo em vista o facto de o regime se opôr a toda e qualquer tentativa de ataque à integridade territorial do país, não há dúvida que uma invasão da Jugoslávia não seria uma «marcha triunfal».

Se o sistema defesa popular generalizado for chamado a agir em caso de guerra, isto é, no caso de uma ameaça exterior, o da autoprotecção social está preparado par activar

Continua na pág. 4

Nacional



Decidida a ocupação do Liceu Alexandre Herculano, os candidatos a professor pedem aos alunos boa compreensão, pelo que solicitam que faltem voluntariamente às aulas

Candidatos a professor ocupam liceu no Porto

PORTO, 12 — Professores legalmente habilitados (bastam oito cadeiras universitárias para ser considerado tal) na sequência de um plenário realizado na manhã de ontem, no Liceu Alexandre Herculano decidiram ocupar as respectivas instalações, impedindo o funcionamento das aulas qté que o problema da sua colocação seja resolvido.

Recorda-se que em Maio abriu um concurso para professores legalmente habilitados, correspondente à primeira fase. Em Agosto foi aberto outro concurso, ambos, no que respeita a prioridades, norteados pelo Decreto-Lei 409-A/75, decreto este contestado pelos professores provisórios e eventuais que já tinham leccionado no ano anterior e que poderiam, segundo o 409-A ser colocados em funções não docentes. O M. E. I. C. acabaria por publicar novo decreto, o 713-B/75 de Dezembro que veio garantir a colocação em funções docentes a todos os professores que tivessem leccionado no ano anterior, corrigindo assim o sistema de prioridades constante do decreto inicial.

O CASO DOS MAPAS

Entretanto face à nova situação provocada pelo decreto de Dezembro os candidatos a professor legalmente habilitados iniciaram um protesto de contestação. O M. E. I. C. prometeu então afixar nos estabelecimentos de ensino de todas as capitais de distrito o mapa das vagas ainda existentes, tendo inclusive saído na Imprensa diária que no Porto seria esse mapa afixado no dia 10 do corrente no Liceu Alexandre Herculano, devendo os candidatos a professores fazer os aditamentos e entregá-los no C.I.R.E.P., impreterivelmente até amanhã. Sucede que, no passado dia 10, os candidatos do distrito deslocaram-se ao Alexandre Herculano onde foram informados pela respectiva Comissão de Gestão que a mesma tinha tomado conhecimento do assunto pelos jornais e que não existiam nenhuns mapas afixados.

Perante isto, mais de uma centena de candidatos a professor dirigiram-se ao Governo Civil, sendo recebidos pelo dr. Cal Brandão. Informado dos acontecimentos, o governador civil estabeleceu contacto telefónico com o secretário de Estado da Administração Escolar. Este teria informado que o mapa das vagas fora enviado, via Telex, para o Ministério do Trabalho. Contactada, a delegação deste Ministério no Porto disse nada existir sobre o assunto.

Então, os candidatos a professores reuniram em plenário e decidiram ocupar o Liceu Alexandre Herculano.

Em contacto feito com a Direcção-Geral do Ensino Secundário esta mostrou-se surpreendida pelo facto de os mapas das vagas ainda não estarem afixados.

TEATRO / telef. 36 67 45

ABC

HOJE

e TODAS AS NOITES

2 SESSÕES:
às 20.30 e 22.45

DOMINGOS
MATINÉE, 16 HORAS

4.as FEIRAS: DESCANSO

A MAIOR! A MELHOR!

A REVISTA
MAIS POPULAR!
revelou o «TV PALCO»

Não perca a grande
HERMÍNIA SILVA
...e também
NICOLAU BREYNER

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

5.º VARA

ANÚNCIO

Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da segunda e última publicação do presente anúncio, citando os réus para no prazo de vinte dias, findo o prazo dos éditos, contestarem querendo a acção, na qual os Autores José António de Oliveira Teixeira e outro, pedem que os réus sejam condenados a pagar-lhes a quantia de 922 250$00.

Acção Ordinária n.º 3068, 2.ª secção. Autores José António de Oliveira Teixeira e Henrique Baptista Ferreira, moradores na R. João Ortigão Ramos, n.º 11, nesta cidade; Réus: ANTÓNIO DA SILVA GALEGO e sua mulher DOROTEIA MARIA DA SILVA ausentes em parte incerta e com última morada conhecida na R. Francisco Lourenço da Fonseca, n.º 10, nesta cidade, e outro.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1976.

O Juiz Corregedor, Presidente, **António A. Payan Teixeira Martins.**

O Ajudante de Escrivão de Direito, **Martinho Delca.**

Prémios Pfizer de 1975 para oito investigadores

O dr. José Mesquita Guimarães, do Porto, foi contemplado com o primeiro prémio Pfizer/75 de Investigação Científica (50 contos) pelo seu trabalho «Biologia Celular da Secreção Sebácea», como foi anunciado na segunda sessão extraordinária do actual ano académico da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa.

Os restantes prémios Pfizer/75 foram atribuídos aos seguintes clínicos: segundo prémio de investigação científica (40 contos) aos drs. José Guilherme Fernandes da Cunha Vaz e J. J. de Lima, pelo trabalho «Método de aplicação clínica para a determinação do débito circulatório e volume vascular regional da retina»; primeiro prémio para jovens investigadores (30 contos) aos drs. Celso Pontes e Fernando Falcão Reis (Porto), pelo trabalho «Conexões eferentes do cortéx cerebral para o corpo geniculado medial — aubsídio para uma compreensão de aprendizagem por via auditiva»; terceiro prémio extraordinário (20 contos) aos drs. W. Oswald, J. Polónia e M. A. Polónia (Porto) pelo trabalho subordinado ao título «Derivados tetrahidroisoquinolitcos obtidos por condensação da adrenaleira com aldeído acético; preparação, características químicas e acções farmacológicas».

LICEU GARCIA DE ORTA

Professores suspendem as aulas

PORTO, 12 — Considerando não existirem as condições mínimas para o prosseguimento normal da vida escolar, a Assembleia de Professores do Liceu Garcia Orta decidiu suspender as aulas. Esta decisão vem na sequencia dos violentos confrontos que se têm verificado entre estudantes afectos ao C.D.S. e estudantes considerados de esquerda, decorrentes da campanha eleitoral com vista às eleições para os cargos directivos da Associação de Estudantes.

A propósito, o Conselho Directivo, demissionário desde Novembro, emitiu um comunicado em que informa: «A Assembleia de Professores e Funcionários Administrativos e Auxiliares, reunida em plenário no dia 11 de Fevereiro de 1976, decidiu que o liceu permanecesse fechado até ao princípio da próxima semana, data em que se prevê estarem elaboradas as normas básicas indispensáveis à normalização da vida do liceu, estar solucionado o problema da substituição da actual Comissão de Gestão demissionária, ter sido pedido ao M.E.I.C. o inquérito relativo aos graves acontecimentos ocorridos».

Santarém vai formar bacharéis em Agricultura

Segundo revelações de funcionários superiores do M.E.I.C. que ontem contactaram com os órgãos de Informação na sede da Junta Distrital de Santarém, está prevista a criação, nesta cidade, de uma Escola Superior de Agricultura apta a formar técnicos agrícolas com cursos de bacharelato.

O seu programa curricular incluirá novas disciplinas, especialmente atentas às necessidades da região.

A concretizar-se o projecto, esta escola será idêntica a outras que vão ser criadas em Vila Real, Coimbra e Évora, funcionando como complementar de uma Escola Secundária Agrícola, a integrar na Escola Técnica.

O prazo da instalação da escola «dependerá muito da vontade dos professores da actual Escola de Regentes Agrícolas de Santarém», segundo a opinião expressa pelo eng. Miguel Amado, um dos funcionários do M.E.I.C. presente em Santarém, aos órgãos de Informação.

REUNIÕES EM LETRAS

Realiza-se amanhã, às 10 horas, na Faculdade de Letras do anfiteatro de Lisboa, uma Assembleia Geral de Escola. Ponto único da ordem de trabalho: transmissão de poderes do Conselho Directivo actual para o Conselho Directivo recentemente eleito.

Entretanto, ainda na mesma Faculdade, na próxima segunda-feira, às 18 e 30, reúnem-se, no anfiteatro 1, os trabalhadores-estudantes para discutirem problemas que directamente lhes dizem respeito.

ORDEM DO INFANTE PARA UM ITALIANO

O cidadão italiano Enri' Angiolo Ferroni Carli foi agraciado com o grau de comendador da Ordem do Infante D. Henrique.

O alvará que atribui a concessão da honraria, dimanado da Chancelaria das Ordens Portuguesas, foi já publicado no «Diário do Governo».

PUB

MOÇÃO

A DIRECÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA, DELEGADOS SINDICAIS, COMISSÃO DE LUTA, GRUPO DA CONTRATAÇÃO E RESTANTES TRABALHADORES DO COMÉRCIO, REUNIDOS, HOJE, DIA 10 DE FEVEREIRO DE 1976, NA SUA SEDE, REPUDIAM NOTA OFICIOSA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOBRE A JUSTA LUTA DOS TRABALHADORES, BEM COMO AS MANOBRAS REACCIONÁRIAS DA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS COMERCIANTES DE LISBOA.

APROVADO POR ACLAMAÇÃO E DE PÉ.

AS DIRECÇÕES
SINDICATO DO COMÉRCIO
SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS
SINDICATO DOS TÉCNICOS DE DESENHO

Belgrado reforça o sistema de defesa popular

Continuação da pág. 3

no plano inicial contra *as manifestações negativas, na vida política e económica, na ideologia e na cultura contra os serviços de informação estrangeiros, as tentativas de diversão e terrorismo, e de propaganda hóstil e contra a corrupção e os ataques à propriedade social em geral.* Este sistema está em vias de formação nas empresas, nos aglomerados populacionais, nas comunas, nas regiões autónomas e nas Repúblicas Federais.

Durante uma reunião consagrada este mês à realização acelerada da autoprotecção social, Lazare Kolisevski, membro da presidência do Leste e da Liga Comunista, insistiu neste aspecto do problema. *O sentido fundamental da autoprotecção,* disse ele, *é descobrir e impedir a tempo as actividades hostis à nossa sociedade e aos trabalhadores.* Anton Vratusa, vice-primeiro-ministro, declarou por sua vez que a autoprotecção em que, de acordo com a nova Constituição, todos os cidadãos têm o direito e o dever de participar, é um instrumento de salvaguarda das aquisições da revolução.

Foram apresentados nessa reunião uns quarenta relatórios, entre eles o de Vidan Markovitch, Conselheiro especial para o Secretariado Federal do Interior. *Politika* reproduziu grandes excertos desse relatório, principalmente os que se referiam às formas de subversão dos serviços de informação estrangeiros para *fazer trabalho de sapa no nosso sistema social e na política independente e não-alinhada do nosso país.*

A lista é extremamente longa e refere-se principalmente às tentativas de infiltração em todos os poros da vida social, incluindo as comunidades religiosas que *exigem soluções contrárias à política e aos ideais da nossa sociedade.* Markovitch denunciou com força o «conluio» desses serviços com a emigração.

C «LE MONDE»

Almeida e Costa regressou dos Estados Unidos

O ministro da Administração Interna, comandante Almeida Costa, regressou esta manhã da sua visita aos Estados Unidos, onde permaneceu cerca de duas semanas a convite do Governo daquele país.

O ministro estabeleceu contactos com as autoridades norte-americanas visando estudar a possibilidade de assistência técnica na formação de pessoal para a função pública e gestão de autarquias, tendo igualmente contactado as comunidades portuguesas na costa Leste e Oeste dos Estados Unidos.

No aeroporto de Lisboa, o comandante Almeida Costa foi recebido pelo embaixador americano em Portugal, pelo secretário da Administração Geral, presidente da Câmara e governador civil de Lisboa, comandante-geral da P. S. P. e outras individualidades.

Referindo-se à viagem, o ministro da Administração Interna começou por afirmar que se tratou de uma viagem de trabalho, destinada a estabelecer contacto com o Governo dos Estados Unidos sobre assuntos relacionados com o seu Ministério.

Almeida e Costa: bons contactos com emigrantes

No aspecto político disse o comandante Almeida Costa:

«Tive ainda oportunidade de contactar com a comunidade de emigrantes portugueses e estou convicto que esse contacto foi extremamente positivo e virá a reflectir-se de uma forma benéfica na compreensão desses emigrantes para com a situação política portuguesa. Por outro lado, os contactos estabelecidos tanto com políticos como com entidades administrativas dos Estados Unidos foi extremamente profícuo, na medida em que permite vislumbrar possíveis cooperações que a nós, que estamos neste momento a procurar soluções novas para problemas com que se debate a nossa sociedade, (particularmente na Administração Interna) são extremamente promissoras.»

SEGUNDO ANTÓNIO BARRETO

Relações comerciais "satisfatórias" com Praga

«Verificamos que o nível de transacções entre Portugal e a Checoslováquia atingiu um nível satisfatório, mas ainda bastante baixo em função das potencialidades respectivas, das complementaridades de um país e do outro, mas estamos convencidos que dentro de um ou dois anos, conseguiremos, pelo menos, duplicar o volume de transacções», declarou o dr. António Barreto, secretário de Estado do Comércio Externo, no seu regresso de Praga, onde chefiou a delegação portuguesa que ali se deslocou a fim de participar na primeira sessão da «Comissão mista luso-checoslovaca para as trocas comerciais».

Da delegação fizeram parte elementos de vários Ministérios, entre os quais o dr. Alberto Regueira, director-geral do Comércio Externo. A delegação checoslovaca foi presidida pelo vice-ministro do Comércio Externo, daquele país, Jaroslav Jakuhed.

Relativamente a esta reunião, o Ministério do Comércio Externo e Turismo emitiu um comunicado em que afirma, nomeadamente, o seguinte:

. «A reunião decorreu de maneira bastante amistosa, tendo-se chegado a resultados que se pensa serem frutuosos para ambos os países.

«Durante as conversações estudaram-se as trocas comerciais, anteriores e posteriores à assinatura do acordo e processos de os aumentar e diversificar de forma harmoniosa. Foi elaborada uma lista que informará e orientará os importadores checoslovacos sobre as possibilidades de exportação de Portugal. Reconheceu-se a necessidade de participação recíproca dos dois países em feiras e exposições, bem como a de trocas de missões económicas, organização de simpósios, conferências e jornadas técnicas.

«Achou-se necessária a utilização de transportes de Portugal e da Checoslováquia e a cooperação industrial para o desenvolvimento das relações económicas entre ambos os países.»

SAMORA MACHEL SOBRE PORTUGAL

DESAPONTAMENTO E CRÍTICA

MAPUTO, 12 — (Especial para o «DL») — A deterioração das relações com Portugal e a a campanha desencadeada no nosso país por forças políticas de direita contra a República Popular de Moçambique, foram ontem referidas, pelo presidente Samora Machel, na sessão da 8.ª reunião do Comité Central da Frelimo depois do 2.º Congresso.

«Assiste-se à organização de uma campanha de calúnias e de descréditos da República Popular de Moçambique através da rádio e imprensa de países que nós pensávamos serem nossos amigos, incluindo aqueles com quem se pensava manter relações exemplares», disse Samora Machel aludindo especialmente ao caso de Portugal, onde, em vez de se fortalecer os laços de amizade com a ex-colónia, se assiste ao seu enquadramento entre «os primeiros a atacar a R.P. de Moçambique e a proclamar que o colonialismo mantinha a ordem e zelava pelos interesses do povo moçambicano».

8.ª reunião do C.C. da Frelimo, que se prolonga pelo dia de hoje, foi ainda marcada por novas revelações de Samora Machel sobre a consolidação e estabilização do processo revolucionário moçambicano, lgumas depurações de elementos do próprio C.C. e do actual Governo, e as quais se seguem às realizadas em Dezembro nos quadros das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM). Não foram indicados nomes, limitando-se o presidente da Frelimo e da R.P. de Moçambique a sublinhar que se se trata de elementos que «se deixaram ultrapassar pela Revolução». Espera-se, no entanto, que as individualidades visadas sejam indicadas nos próximos dias, na sequência das conclusões finais desta reunião.

Os trabalhos do C.C. da Frelimo decorrem, pela primeira vez, na cidade do Maputo (a última reunião realizou-se, antes da independência, na cidade de Inhambane). Participam o vice-presidente da Frelimo, Marcelino dos Santos, todos os elementos do C.C. e alguns do Comité Executivo, Estado-Maior das FPLM, elementos da sede do partido e do corpo ministerial.

Mil contos de prejuízo não "fecharam" exposição sobre a U.R.S.S.

VILA REAL, 12 — Esta cidade transmontana foi alarmada a nope passada (22 e 45) pela explosão de uma bomba de grande potência, colocada no rés-do-chão da Câmara Municipal.

Porquê a bomba naquele local? Simplesmente porque no primeiro andar do edifício se encontrava montada uma exposição fotogtáfica com motivos da U.R.S.S. Trata-se, pois, de mais um acto de anticomunismo primário, mas que no entanto não destruiu uma única fotografia.

Os estragos no rés-do-chão e no primeiro andar da Câmara Municipal foram, porém, consideráveis, elevando-se, segundo uma primeira estimativa, a cerca de mil contos.

Segundo o tenente Artur Guimarães, comandante da secção local da G.N.R., «nada ainda foi apurado quanto aos autores de mais este acto de terrorirmo.»

A G. N. R. tem participado maciçamente nas últimas «Operações Stop»

Rusgas no Norte, "Stop" no Sul

A detecção de marginais e a tentativa de descobrir os armazenamentos de droga e produtos tóxicos que consta encontrarem-se no Norte do País, têm estado na origem das rusgas e das operações «stop» que vêm sendo levadas a cabo no triângulo Porto-Braga-Viana do Castelo.

Embora essas operações não tenham sido culminadas com o êxito que seria de esperar, mesmo assim foi possivel, há dois dias, recapturar dois evadidos da Cadeia de Custóias em 22 de Setembro último, que na estrada entre Porto e Famalicão aguardavam transporte e levantaram suspeitas a uma das muitas brigadas formadas por agentes da P. J. P. S. P. e G. N. R.

Interrogados no próprio local, os dois evadidos não convenceram com as suas argumentações, sendo transportados para o quartel da GNR do Porto antes de transitarem para os calabouços da Polícia Judiciária, que depois os conduziu, de novo, à prisão de Custóias.

Enquanto continuam as rusgas para detectar marginais e traficantes de droga, prossegue, também, as investigações relacionadas com as rajadas disparadas contra um automóvel em Braga, e que se presume tenham «justificação política». Como resultado da «operação», uma patrulha da PSP-GNR prendeu anteontem três indivíduos, suspeitos de terem perpetrado o aludido atentado a troco de compensação material cuja origem ainda não está determinada.

Mas nem só no Porto e arredores têm sido efectuadas acções dessa natureza e operações «stop». Lisboa, ontem, foi palco de idêntica operação que se estendeu por todos os acessos à cidade. O Comando da GNR adiantou-nos esta manhã que a operação se relacionara com o assalto à agência do Banco Totta e Açores, no Estoril, na esperança de detectar os gatunos, que de acordo com testemunhos do ataque se teriam dirigido para a capital.

BOA COLOCAÇÃO
COM BOM VENCIMENTO

Obterá se frequentar os Cursos que se iniciam no **próximo dia 16 de Fevereiro**, de:

* Desenhador da Construção Civil
* Programacão de Computadores
* Medidor Orçamentista Const. Civil
* Secretaria * Contabilidade
* Gestão e Administração de Empresas
* Marketing e Técnica de Vendas
* Relações Públicas
* Perfuração-Verificação (IBM) (individual)
* Decoração de Interiores

A ÚNICA EMPRESA QUE ASSEGURA ESTÁGIO

Os nossos alunos beneficiam, em vários países, de BOLSAS DE ESTUDO e reconhecimento oficial dos seus cursos.

INSTITUTO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO ACELERADO

Rua Nova do Almada, 81, 3.º—LISBOA—Tel. 32 55 77
No PORTO — Rua Passos Manuel, 44 — Tel. 25007

Nacional

PUB

INTERSINDICAL NACIONAL

RUA VICTOR CORDON, 1, 3.º — TEL. 32 55 67 — LISBOA - 2

Intersindical contra ingerência do Ministério do Trabalho nas organizações dos trabalhadores

1. O Ministério do Trabalho lançou, através do DROT, um inquérito dirigido directamente às organizações de trabalhadores, ultrapassando e marginalizando as estruturas sindicais no sentido de conhecer qual a sua posição sobre matéria de grande importância para os trabalhadores, como sejam política salarial e a matéria da contratação colectiva, ao mesmo tempo que aproveitou essa acção para lançar mais um dos seus habituais ataques caluniosos à Intersindical.
2. A manobra agora lançada pelo Ministério do Trabalho é a continuação coerente da política divisionista que tem vindo a seguir, e as calúnias à Intersindical constituem mais uma tentativa de provocação ao Movimento Sindical para a abertura de conflitos que lhe permitam justificar a impossibilidade de diálogo com os órgãos dos trabalhadores, favorecendo objectivamente os intuitos da reacção fascista a quem interessa criar um clima de perturbação social propício às suas manobras criminosas.
3. A Intersindical reafirma mais uma vez, publicamente, como já afirmou directamente ao senhor Presidente da República, ao Conselho da Revolução e ao Primeiro-Ministro a sua vontade de dialogar com os Órgãos do Poder, a fim de se encontrarem as soluções justas e correctas que defendem os interesses das massas trabalhadoras.
4. A Intersindical, embora representando cerca de 220 Sindicatos que agrupam mais de 75 % dos trabalhadores portugueses, não reclama, nem podia fazê-lo, que somente os sindicatos nela filiados tenham direito a tomar posição sobre assuntos tão importantes. Pelo contrário, considera que nada impede que todos os sindicatos, filiados ou não na Intersindical, tomem uma posição comum sobre a política salarial e a contratação colectiva.
   As lutas levadas a cabo em todo o País, contra o aumento do custo de vida, o congelamento salarial e as acções terroristas do fascismo, tiveram a adesão e participação de sindicatos não filiados na Intersindical, demonstrando que os trabalhadores sabem encontrar formas de superar divergências secundárias para defenderem os seus interesses de classe dos ataques das forças do capital.
5. A Intersindical exorta os trabalhadores e as suas organizações a não responderem ao inquérito do DROT-MT, ao mesmo tempo que alerta para alguns perigos que resultariam de tomadas de posição isoladas.
   a) Quebra de **unidade** dos trabalhadores na defesa dos seus interesses.
   b) Cobertura «democrática» de medidas antipopulares e antioperárias que o Governo venha a tomar.
   c) Respostas incorrectas ou menos correctas à questão do inquérito (como por exemplo o problema da indexação) por falta de dados e conhecimentos técnicos adequados.
6. A Intersindical considera de grande importância para a vida dos trabalhadores a definição da política salarial e de contratação por isso vai promover urgentemente, através de todas as suas estruturas, a discussão e o esclarecimento dessas questões, por forma a que os trabalhadores possam reforçar a sua consciência e determinação na defesa da democracia através da luta por objectivos comuns.

PELA INDEPENDÊNCIA DO MOVIMENTO SINDICAL
A LUTA CONTINUA
UNIDOS VENCEREMOS

O SECRETARIADO DA INTERSINDICAL NACIONAL

saldos

de 2 a 14 de fevereiro

PARA HOMEM · CRIANÇA · SENHORA
MALHAS · CONFECÇÕES · PRONTO A VESTIR

Confecções
RR
RODRIGUES & RODRIGUES

RUA NOVA DO CARVALHO, 58 - 66/1º - LISBOA
RUA DE S. PAULO, 61 - LISBOA

Apoio às pequenas e médias empresas

Reestruturação ou crédito

O apoio às pequenas e médias empresas, quer através da Banca, quer por parte do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (I. A. P. M. E. I.), foi discutido num programa de televisão, sobre a «Economia Portuguesa».

O eng. Amadeu Pires, presidente do I. A. P. M. E. I. e o dr. Alves Serra, do Banto Totta e Açores, responderam a perguntas do dr. Arménio Cardo, da Confederação das Indústrias Portuguesas (C. I. P.), Ventura da Silva e Borges Pereira, membros da direcção do Banco Borges e Irmão, Borges da Costa, representante de uma empresa comercial de Coimbra e Ricardo Costa e Vítor Martins, trabalhadores bancários do Algarve, sobre investimentos, créditos e outros apoios às pequenas e médias empresas.

O dr. Alves Serra, que desempenhou um papel importante na abertura do crédito bancário às pequenas e médias empresas, afirmou que «numa perspectiva de banca nacionalizada passou a haver uma preocupação que não foi simplesmente determinada por riscos e rendibilidade, ou por um objectivo de promoção comercial, mas também por preocupações sociais. Daí que, se alguma coisa mudou depois do 25 de Abril e em particular depois da nacionalização da banca, foi exactamente a preocupação, que passou a estar cada vez mais presente no gestor de crédito, de saber quantas pessoas emprega a empresa, o que é que lá estão a fazer, se a empresa tem possibilidades de se manter, se a unidade tem capacidade de viver para além do seu conteúdo como unidade produtora de lucros, mas também como unidade de produção que ocupa pessoas e é uma fonte de emprego».

Sobre o apoio dado pelo I. A. P. M. E. I., o eng. Amadeu Pires referiu que «no que diz respeito ao financiamento para capital fixo, investimentos em equipamentos, realizaram-se até este momento cerca de 180 operações de que beneficiaram o mesmo número de empresas. O Instituto utilizou cerca de 200 mil contos do montante de 500 mil destinados para este tipo de operações e os financiamentos correspondentes são de cerca de 450 mil contos.

Por outro lado realizaram-se cerca de 320 operações para intervenção de fundo de maneio, para a criação de matérias-primas, para as encomendas confirmadas, e nalguns casos, e mesmo em determinados períodos, para operações de salários e pré-financiamentos de campanhas. Para operações de tipo de fundo de maneio efectuaram-se investimentos da ordem dos 310 mil contos, com uma intervenção através de aval de aproximadamente 210 mil contos, o que totaliza cerca de 410 mil contos, a que correspondeu um financiamento de cerca de 730 mil contos».

As recusas do Instituto — disse noutro passo Amadeu Pieres —, a pedidos de aval são inferiores a 12 por cento. Em cerca de 500 pedidos atendidos verificou-se que apenas cerca de uma dezena foram recusados.

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas está a dedicar especial atenção às acções de tipo colectivo, fusões de empresas, agrupamentos complementares, estando neste momento a apoiar algumas iniciativas no sector dos têxteis e dos costumes.

Recorda-se que, por despacho ministerial de 24 de Outubro de 1975, se consideram Pequenas e Médias Empresas todas as empresas que, exercendo actividades predominantemente extractivas ou transformadoras, preencham cumulativamente os seguintes requesitos:

— Empreguem mais de 5 e não mais de 400 pessoas;
— Não ultrapassem os 100 mil contos de vendas anuais;
— Não possuam nem sejam possuídas em mais de 50 por cento por outras empresas;
— Não sejam possuídas por accionistas, sócios ou conjunto de sócios que simultaneamente detenham mais de 50 por cento do capital da empresa em causa e de outra empresa.

Podem ainda beneficiar do apoio do Instituto:

— As empresas que em resultado da assistência que lhe tenha sido facultada no âmbito de esquemas de reestruturação deixem de reunir os requisitos que concorrem para a definição de P. M. E.;
— Os agrupamentos de P. M. E. constituídos de acordo com a legislação em vigor;
— As empresas com menos de 6 pessoas que entre si estabeleçam acordos de cooperação com vista à realização de finalidades de comum interesse;
— As empresas que, não tendo como predominante a actividade industrial, satisfaçam os restantes requisitos caracterizadores das P. M. E. e façam prova de que o apoio pretendido se destina exclusivamente àquela actividade, para fins específicos.

O despacho ministerial de 24 de Outubro de 1975 estabelece ainda a classificação das pequenas e médias empresas de construção civil, na qual estão incluídas empresas pertencentes a empreiteiros, industriais de construção civil e subempreiteiros de mão-de-obra ou de instalações que preencham determinados requisitos.

COMPENSAÇÃO DE JUROS ÀS P.M.E.

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI) poderá conceder financiamentos às P.M.E. sob a forma de bonificação de juros, desde que essas operações tenham determinado objectivos, de acordo com determinação dos Ministérios das Finanças e da Indústria e Tecnologia, publicada no «Diário do Governo».

Não será feita distinção, para efeito de bonificação de juros, entre financiamentos com ou sem aval estatal.

"Diário do Alentejo" espera decisão do Governo

BEJA, 12 — O futuro do «Diário do Alentejo» e a sorte das cinco dezenas e meia de trabalhadores (gráficos, administrativos e jornalistas) da respectiva empresa proprietária (Carlos Marques — Indústrias Gráficas, SARL) deverão ser decididos em próximo Conselho de Ministros, que apreciará o resultado do inquérito levado a efeito ao abrigo do Decreto-Lei n.º 660/74 e determinará o tipo de intervenção governamental ou, alternativa, a concessão de facilidades creditícias com vista a possibilitar o reaparecimento do jornal.

Aquele diário sul-alentejano, que, ao longo dos seus quarenta e três anos de existência, se evidenciou por uma orientação desafecta ao regime fascista, viu a sua publicação suspensa em 30 de Agosto do ano transacto, em consequência da demissão do conselho de administração, cujo presidente, dr. Augusto Henriques Pinheiro, exercia o cargo de director do periódico.

Face à gravidade da situação criada, os trabalhadores do «Diário do Alentejo» encetaram logo diligências junto dos Ministérios da Comunicação Social e do Trabalho no sentido de uma intervenção do Estado, credor largamente maioritário da empresa, cuja situação de falência técnica está consumada, conseguindo a nomeação, em Dezembro, de uma comissão de inquérito da Secretaria de Estado da Informação, presidida pelo capitão-tenente António Salvador Neves de Carvalho, assessoriado pelos drs. Pedro Pinto de Sousa (economista) e Manuel Vargas Madeira (advogado).

Também o presidente demissionário do conselho de administração de Carlos Marques — Indústrias Gráficas, SARL, dr. Henriques Pinheiro, tem vindo a desenvolver persistentes «démarches» com idêntico objectivo.

PARTIDOS DEFENDEM REAPARECIMENTO

A favor do imediato reaparecimento do «Diário do Alentejo» têm-se manifestado publicamente dirigentes políticos locais de diferentes quadrantes (da UDP ao PPD, passando pelo PS e PCP), todos assinalando a falta que faz falta à região transtagana um órgão de Informação (neste momento apenas um jornal — semanário da diocese — tem publicação regular em todo o distrito de Beja, o maior do País) das características e com a aceitação daquele periódico.

Os operários de referida empresa têm limitado a sua actividade à laboração no sector comercial, correndo agora o perigo de desemprego, pois prevê-se a paralisação para muito em breve, caso não sejam tomadas medidas oficiais tendentes a garantir os postos de trabalho em regime normal de laboração.

A resposta, conforme no mesmo texto se referia, cabe aos governantes e é lógico aguardar uma solução satisfatória do problema, tendo em vista evitar o silenciamento definitivo de um diário regionalista cujo prestígio conseguiu projectar-se para além da província que essencialmente servia.

Nacional

Este momento de aparente boa disposição na Comuna «Che Guevara» (Muxito) dissimula o constrnagimento sentido ontem pelos residentes quando — como noticiámos — uma força mista de Fuzileiros, Polícia Naval, G. N. R., P. S. P. e Polícia Judiciária ali se deslocou em buscas de armas e drogas, que aliás não foram encontradas. As queixas incidem sobretudo na alegada rudeza da força de intervenção, que teria forçado portas (de que havia chaves) e alterado o ritmo pacífico da creche. Uma outra busca foi feita, também ontem, na região do Couço, com reacções veementes da população. Aqui a operação envolveu nomeadamente as sedes locais do P. C. P., M. D. P./C. D. E. e P. S.

25 DE NOVEMBRO

Burocracia cede na libertação dos detidos

A burocracia na libertação dos militares e civis detidos em consequência dos acontecimentos de 25 de Novembro está a ceder lentamente. Ontem (como noticiámos) foram soltos Arnão Metelo, vice-primeiro-ministro no último Governo presidido por Vasco Gonçalves, e outros oficiais cujas identidades indicámos, tendo alguns pertencido ao Estado-Maior do Copcon e ao C. D. C. I.

Hoje outro oficial foi libertado de Custóias: o capitão-tenente José Manuel Ferreira Gouveia.

De Caxias, entretanto, saíram o capitão Gameiro e o 1.º sargento Pina Gonçalves.

Pode dizer-se que, presentemente, se encontram detidos em Custóias trinta e um militares e civis.

Nomes:

Major Cuco Rosa; capitães Nuno Pereira, Saldanha Duval, Porfírio Santos, Albano Pinela, Marçalo da Silva; tenentes Abreu Miranda, Ernesto Ceriz, Herlander Grácio; alferes Lima Correia, Parracho, Pereira Lima, Lopes Ferreira; primeiros-sargentos Amadeu Alves, Mariano Abalroado, António Felício, Chinita, Teodósio, Rasgado, Vieira de Sousa, Ascensão Martins, Serigado, Mata, José António Jacinto, Saragoça e Morais; furrieis-milicianos Lopes Guimarães, Esteves Lopes, Pinto Balsemão, Boa Estrela e Tavares; e o civil Armando Jesus Soares Cabrito.

Mas (e o povo sabe-o) há ainda antifascistas encarcerados em Caxias e Santarém. Dois nomes conhecidos: Dinis de Almeida, na Prisão-Hospital daquela primeira localidade, e Otelo Saraiva de Carvalho, no Presídio Militar daquela cidade. Outro nome ainda (também no Presídio Militar de Santarém): comandante Almada Contreiras.

«Não há nada para hoje», disse-nos, esta manhã, o major Faia daquele estabelecimento prisional.

«NÃO AOS REVOLUCIONÁRIOS NA PRISÃO», COMÍCIO AMANHÃ NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

«Ajudar a libertar os teus companheiros presos é defender a tua própria liberdade», salienta a Comissão de Familiares dos Militares Revolucionários Presos, convocando todos os antifascistas para um grande comício a realizar amanhã, pela libertação de dezenas de homens do 25 de Abril encarcerados em Custóias, Caxias, Santarém e outros locais, no momento em que ex-governantes fascistas, agentes e torturadores da P. I. D. E. são postos em liberdade.

Um amplo movimento de massas está a constituir uma impressionante base de solidariedade para com os militares revolucionários presos manifestado através das organizações populares de base que apoiam este comício.

Em comunicados distribuídos a Comissão de Familiares dos Militares Revolucionários Presos, depois de salientar que «a democracia não pode estar presa», considera que na primeira linha da defesa das liberdades conquistadas está a luta pela libertação dos revolucionários «vítimas da manobra provocatória de 25 de Novembro», e apela para a presença em massa amanhã, às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos, de todos os amigos, camaradas, companheiros de luta e trabalhadores verdadeiramente interessados na defesa das liberdades conquistadas no dia 25 de Abril, «agora seriamente ameaçadas».

O comício que amanhã se efectua no Pavilhão dos Desportos terá a presença de numerosas figuras de destaque da vida portuguesa desde sempre ligadas à causa da liberdade. Deveria, em princípio ser presidido pelo prof. Rui Luís Gomes, mas o seu estado de saúde não lhe permite deslocar-se a Lisboa. Numerosas organizações populares de base, núcleos antifascistas, comissões de moradores e de trabalhadores dão o seu apoio à iniciativa, que é igualmente apoiada pelo Movimento Democrático das Mulheres, Conselho Português para a Paz e Cooperação e Movimento Unitário de Trabalhadores Intelectuais (M. U. T. I.).

N.A.A.C. INTERVÉM NA POLÉMICA

"Há mais abortos que nascimentos"

O grupo N.A.A.C. (Não Ande Às Cegas) que participou no programa transmitido pela televisão «Aborto não é um Crime», emitiu um comunicado em que chama a atenção para o problema da contracepção e do aborto no nosso país.

Como é do conhecimento geral, o referido programa está a levantar uma onda de protestos tendo originado a publicação de comunicados por parte do PDC, CDS, PPD, e outras estruturas designadamente; Ordem dos Médicos da secção regional do Norte, Associação de Planeamento Familiar do Norte e Conselho Permanente da Conferência Episcopal.

O N.A.A.C. lembra que «entre nós o aborto é superior ao número dos nascimentos, sendo a sua prática feita em condições degradantes do ponto de vista moral, humano e psíquico. Por outro lado, a ausência de uma contracepção alargada é da responsabilidade inteira «das estruturas no poder e dos agentes de saúde», lê-se no comunicado.

«Face à impreparação das mentalidades em tudo o que respeita à sexualidade e às relações amorosas», que o N.A.A.C. reputa de base fundamental da cultura e da vida de um povo, propõem-se vários níveis de actividade. Em primeiro lugar, uma prática humana e fraterna através de grupos de discussão e de esclarecimento o mais completo possível sobre os métodos contraceptivos e, como último recurso, o aborto por aspiração.

Para uma transformação do quotidiano das classes trabalhadoras portuguesas, o N.A.A.C. preconiza a organização das mulheres nos locais de vida — residência ou trabalho. Por sua vez, «as mulheres organizadas, deverão adquirir meios que lhes dêem a independência necessária face às deficientíssimas estruturas sociais e lhes permitam organizar e decidir sobre o quotidiano dentro das suas possiblidades».

O novo grupo de consciencialização de mulheres pretende ainda uma desculpabilização moral relativamente à relação amorosa, combatendo os velhos tabus sobre a maternidade e paternidade.

«Esta acção de militância política não pode deixar de basear-se na autonomia dos grupos de base contra a dependência vital dos grupos de poder», lê-se no final do comunicado do N.A.A.C.»

SUSPENSOS DA INFORMAÇÃO

Integração "não avança um milímetro"

O Secretariado dos Trabalhadores Suspensos e Demitidos dos Orgãos de Informação após o 25 de Novembro afirma num comunicado que «após os contactos havidos com várias entidades oficiais constatou que no plano geral ou no plano disciplinar o seu caso não avançou um milímetro nas doze semanas que já levam de afastamento do seu local de trabalho».

Reivindicando desde já «a readmissão imediata de todos os suspensos» (venham ou não a ser alvo, ulteriormente, de processos de qualquer tipo), os trabalhadores suspensos perguntam, aludindo ao período eleitoral já iniciado «a quem aproveita o enfraquecimento da esquerda no domínio da Informação», onde (afirmam) «se está a assistir a uma escalada da direita exemplarmente ilustrada com o recente caso do «Jornal Novo».

Ontem à noite, em Moscavide, «Os Bonecreiros» dedicaram a peça de Sean O' Casey, «A sombra de um franco atirador», aos 154 suspensos da Informação.

Fernando Namora na Alta Cultura

Recentemente nomeado vice-presidente do Instituto de Alta Cultura, o escritor Fernando Namora fica especialmente incumbido das questões relativas à promoção e fomento do ensino e da difusão da Língua e Cultura portuguesas nas Universidades e instituições congéneres estrangeiras.

Enquanto se encontrar vago o lugar de presidente, Fernando Namora despachará directamente com o secretário de Estao do Ensino Superior e Investigação Cinetífica, eng. Costa Brotas.

Mário Silva reintegrado

Reformado compulsivamente em 1947 dos cargos de director do Instituto de Física e da regência da cadeira de Electricidade e Magnetismo da Faculdade de Ciências de Coimbra, Mário Silva, o discípulo predilecto de Maria Curie, acaba de ser reintegrado oficialmente como professor universitário da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

Durante o regime fascista, o prof. Mário Silva esteve dois meses incomunicável nos calabouços da P. I. D. E. e foi várias vezes incomodado pelos esbirros de Salazar devido às suas ideias e às suas tomadas de posição contra o regime fascista.

PUB

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 13.º n.º 5 alínea a) dos Estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no dia 26 de Fevereiro de 1976, pelas 21 horas no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Discutir e decidir da posição do Sindicato sobre a estatização da Previdência.

Nota:

1) Nos termos do n.º 7 do artigo 13.º desta Assembleia Geral Extraordinária só poderá realizar-se se estiverem presentes dois terços dos requerentes;
2) Os requerentes deverão assinar, à entrada do Pavilhão, lista própria de presenças;
3) A apresentação do cartão de sócio ou documento que o substitua é imprescindível para a entrada nas instalações.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1976 **O Presidente da Mesa da Assembleia Geral**
JOSÉ LUÍS PACHECO GASPAR

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

CONCERTO VERDI-WAGNER

Avisa-se o público que os concertos marcados para os próximos dias 12 e 14 de Fevereiro, não se realizam nas datas previstas, por LEONIE RYSANEK, a cantora-solista destes concertos, ter sido submetida a uma operação cirúrgica de emergência.

Oportunamente serão anunciadas as novas datas dos concertos, prevendo-se desde já como mais provável a sua realização na semana seguinte ao último espectáculo da Tetralogia de Wagner.

Trabalho

PARA DISCUSSÃO PÚBLICA

Divulgado o projecto da lei do horário de trabalho nacional

No sentido de proprocionar a discussão pública do projecto de lei do horário de trabalho nacional, o Ministério do Trabalho enviou o respectivo texto aos órgãos de comunicação social. As críticas e sugestões por parte dos interessados devem ser dirigidas ao gabinete jurídico daquele Ministério.

O texto do projecto aqui fica.

CAPITULO I

PRINCÍPIOS GERAIS

Artigo 1.º — A duração de trabalho prestado por efeito do contrato de trabalho está sujeita ao regime estabelecido no presente diploma.

Art.º 2.º — 1. A duração normal do trabalho não poderá ser superior a 9 horas por dia e a 45 horas por semana.

2. A título indicativo considera-se que de acordo com um princípio de justiça social, a duração normal do trabalho deverá vir a situar-se entre 40 e 45 horas semanais.

3. Não poderão ser introduzidos ajustamentos que reduzam abaixo das 40 horas semanais a duração do trabalho com excepção do disposto no n.º 2 do Art.º 3.º.

4. Considera-se duração normal de trabalho o período de tempo em que sição da entidade patronal de acordo com o horário de trabalho fixado por força de instrumento de regulamentação de trabalho ou contrato individual de trabalho.

5. Em relação a pessoas cujo trabalho seja acentuadamente intermitente ou de simples presença, poderão ser elevados por decreto regulamentar os limites da respectiva duração desde que se mostre incomportável a aplicação dos limites estabelecidos no n.º «:

Art.º 3.º — 1. Poderão ser autorizados por despacho do ministro do Trabalho ajustamentos da duração do trabalho entre 45 e 40 horas semanais, desde que tais reduções não ponham em causa o desenvolvimento económico da actividade a que respeitem e não provoquem inconvenientes de ordem social.

2. Os períodos de duração normal de trabalho inferiores a 40 horas semanais só serão permitidos, mediante despacho do ministro para tarefas especialmente penosas ou prestadas em condições executadas por menores ou insalubres ou perigosas ou para efeito da aplicação das normas referentes à jornada contínua.

Art. 4.º — 1. Nas actividades em que a duração normal do trabalho em vigor ultrapasse 45 horas semanais proceder-se-á a ajustamentos sucessivos da duração do trabalho até estes limites.

2. Estas modificações não poderão acarretar diminuição quantitativa ou qualificativa da produção, nem afectar as relações entre sectores de actividades complementares.

3. Os ajustamentos referidos no n.º 1 operar-se ao por despacho do ministro do Trabalho, precedido de inquérito e ouvido o ministro da tutela do sector em causa.

Art. 5.º — A redução da duração semanal do trabalho prevista no artigo anterior deverá ser adoptada concomitantemente com medidas conducentes a um aumento correlativo da produtividade horária de modo a não aumentar de maneira incomportável a massa salarial.

Art.º 6.º — 1. A redução da duração normal do trabalho deverá efectuar-se sem prejuízo da satisfação das necessidades do público nomeadamente através da manutenção do tempo de funcionamento dos estabelecimentos.

2. Os períodos de funcionamento das empresas serão escalonados por despacho conjunto dos ministros do Trabalho e da tutela ouvidas as câmaras municipais dos respectivos concelhos, quando necessário.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO

Art. 7.º — A organização do tempo de trabalho deverá ter em conta os interesses gerais dos trabalhadores, as necessidades do público e os imperativos de ordem técnica.

Art. 8.º — 1. Entende-se por horário de trabalho a determinação das horas de início e de termo do período normal de trabalho diário e bem assim dos intervalos de descanso.

2. Os órgãos representativos dos trabalhadores, nomeadamente as comissões de trabalhadores, quando existam, deverão obrigatoriamente ser consultados sobretudo o que se refira ao estabelecimento e organização de horário de trabalho.

Art.. 9.º — Com o acordo dos órgãos representativos dos trabalhadores, poderão ser autorizados pelo ministro do Trabalho horários de trabalho flexíveis, desde que não ponham em causa a organização das empresas, nem o desenvolvimento normal da actividade em que se verifiquem.

Art. 10.º — 1. O período normal de trabalho diário deverá ser interrompido por um intervalo de duração não inferior a 1 hora nem superior a 2 horas, de modo que os trabalhadores não prestem mais de 5 horas de trabalho consecutivo.

2. Os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho poderão estabelecer intervalos de descanso diferentes dos fixados no número anterior, nomeadamente em relação a determinadas épocas do ano, bem como impor a frequência e duração de quaisquer outros intervalos de descanso no período de trabalho diário.

3. Exceptuam-se ao disposto no n.º 1 os casos sem que tenha sido autorizado o regime de jornada contínua ou seja em que o período de trabalho diário é ininterrupto; salvo uma pequena pausa; não superior a 30 minutos; que neles se inclui como tempo de serviço.

/: Mediante requerimento fundamentado da entidade patronal acompanhado de parecer favorável da comissão de trabalhadores ou, na sua falta, de parecer dos sindicatos abrangidos poderá o ministro do Trabalho autorizar por despacho emitido em relação a cada caso, a prática do regime de jornada contínua.

Art. 11.º — 1. Em todos os locais de trabalho abrangidos pelo presente diploma deve ser afixado, em lugar bem visível um mapa de horário de trabalho, elaborado pela entidade patronal, de harmonia com as disposições legais e com os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho aplicáveis.

2. As condições de publicidade dos horários de trabalho do pessoal afecto à exploração de veículos automóveis, propriedade de empresas de transportes ou privativos de outras entidades sujeitas às disposições do presente diploma serão estabelecidas em despacho conjunto do ministro do Trabalho e do ministro dos Transportes e Comunicações, ouvidos os interessados.

Art. 12.º — 1. As entidades patronais indicarão também nos mapas de horário de trabalho o começo e o termo do período de funcionamento e o dia de encerramento semanal.

2. Nos estabelecimentos que não tenham trabalhadores ao seu serviço serão afixados mapas contendo apenas as indicações referidas no número anterior.

Art. 13.º — 1. Os mapas de horário de trabalho são elaborados em duplicado sendo uma cópia enviada aos serviços competentes do Ministério do Trabalho.

2. As condições e formalidades a observar na elaboração dos mapas de Trabalho.

2. As condições e formalidades a observar na elaboração dos mapas de horário de trabalho e nas suas eventuais alterações serão estabelecidas por despacho do ministro do Trabalho.

CAPÍTULO III

DESCANSO SEMANAL E FERIADOS

Art. 14.º — 1. Os trabalhadores têm direito a um dia de descanso por semana.

2. O dia de descanso semanal só poderá deixar de ser o domingo quando os trabalhadores prestem serviço a entidades patronais que estejam dispensadas, por despacho do ministro do Trabalho, de encerrar ou suspender a laboração um dia completo por semana.

3. Poderá também deixar de coincidir com o domingo o dia de descanso semanal: a) dos trabalhadores necessários para assegurar a continuidade de serviços que não possam ser interrompidos; b) do pessoal dos serviços de limpeza, guarda e vigilância ou encarregado de outros trabalhos preparatórios e complementares que devam necessariamente ser efectuados no dia de descanso dos restantes trabalhadores.

Art. 15.º — Por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho ou contrato individual pode ser concedido em todas ou em determinadas semanas do ano, meio dia ou um dia de descanso além do descanso semanal obrigatório.

Art.º 16.º — 1. Os trabalhadores só podem trabalhar em dia de descanso semanal; a) quando, em face de circunstâncias excepcionais, a entidade patronal tenha sido para esse efeito previamente autorizada, pelos serviços competentes do Ministério do Trabalho; b) em casos de força maior, cuja ocorrência deverá ser comunicada aos mesmos serviços no prazo de quarenta e oito horas.

2. Os trabalhadores que prestem serviço no período do descanso semanal obrigatório ou complementar têm direito um período correspondente de descanso num dos três dias seguintes.

Art.º 17.º — 1. Sempre que o trabalhador preste serviço em período de descanso semanal ou em feriado obrigatório tem direito a um acréscimo de 100 por cento obre a remuneração normal.

2. As entidades patronais deverão possuir um registo das horas de trabalho a que se refere o número anterior onde se farão as respectivas anotações, antes do início da prestação do trabalho, e após o seu termo.

CAPÍTULO IV

TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

Art. 18.º — Considera-se trabalho extraordinário o prestado fora, do período normal.

Art. 19.º — A realização de trabalho extraordinário só é permitido nos seguintes casos: a) Para fazer face a um acidente passado ou iminente; b) Para efectuar trabalhos urgentes ou imprevistos em máquinas e material indespensáveis ao normal funcionamento da empresa; c) Para a realização de trabalhos que pela sua natureza devam ser executados sem interrupção; d) Para executar trabalhos de natureza sazonal e para efeitos de balanço e inventário; e) Para operações de salvamento.

Art. 20.º — O número de horas extraordinárias efectuadas nos termos do artigo anterior não poderá ultrapassar cento e vinte por ano de trabalho efectivo por cada trabalhador.

Art.. 21.º — A primeira hora de trabalho diário extraordinário será remunerada com um aumento correspondente a 25 por cento de retribuição normal; a segunda hora com um aumento correspondente a 50 por cento.

Art. 22.º — Nenhum trabalhador poderá ser obrigado a prestar trabalho extraordinário fora dos casos previstos nas alíneas a), b) e c) do artigo 19.

Art. 23.º — As entidades patronais deverão possuir um registo de horas extraordinárias onde se farão as respectivas anotações, antes do início da prestação de trabalho e após o seu termo.

CAPÍTULO V

TRABALHO NOCTURNO

Art. 24.º — Considera-se trabalho nocturno o prestado entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte.

Art. 25.º — 1. Nos trabalhos cuja execução não possa, em razão da sua natureza ou das matérias utilizadas ser interrompida ou retardada, ou não possa ter lugar as horas determinadas ou durante o dia a remuneração a atribuir ao trabalho nocturno será valorizado de acordo com o facto de o trabalho se realizar durante a noite.

2. Nos restantes casos o trabalho nocturno será remunerado com o aumento de 25 por cento em relação ao trabalho equivalente realizado durante o dia.

3. A aplicação do disposto no n.º 1 fica dependente de despacho do Ministerio do Trabalho.

Art. 26.º — 1. Não são autorizados a prestar trabalho nocturno os menores de 18 anos.

2. Durante os ultimos 6 meses de gravidez e até 6 meses após o parto te dispensadas da prestação de trabalho nocturno sempre que o requeiram.

Art. 27.º — Os trabalhadores que prestem trabalho nocturno contínua ou alternadamente, devem ser previamente submetidos a exame médico, que se repetirá anualmente, se outra frequência mais baixa não for estabelecida por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.

CAPÍTULO VI

TRABALHOS POR TURNOS

Art. 28.º — 1. Deverão ser organizados turnos de pessoal sempre que o período do funcionamento das empresas ultrapasse os limites máximos de duração normal de trabalho diário.

2. Os turnos deverão ter em conta os interesses dos trabalhadores.

3. A duração de trabalho de cada turno pode ultrapassar os limites fixados no Art. 2.º desde que a duração média do trabalho calculada sobre um período máximo de quatro semanas não ultrapasse esses mesmos limites.

4. A duração efectiva de trabalho de cada turno não poderá exceder 10 horas por dia nem 50 horas por semana.

5. — Os horários de trabalho com turnos instruidos com parecer da comissão de trabalhadores e dos sindicatos interessados deverão ser sujeitos à aprovação do Ministério do Trabalho.

Art. 29.º — 1. A circunstância de o trabalho ser prestado em turnos rotativos dá ao trabalhador direito a receber uma retribuição superior fixada pela contratação colectiva ou disposição específica.

2. Ao trabalho prestado em turnos rotativos não é aplicável o disposto no n.º 2 do Art.º 25.º.

Art. 30.º — Os trabalhadores por turnos terão obrigatoriamente sete dias de descanso dos quais um será sempre o domingo em cada período de sete semanas de trabalho e não poderão ter mais de sete dias de trabalho entre dois dias de descanso semanal.

CAPÍTULO VII

TRABALHO A TEMPO PARCIAL

Art. 31.º — Poderão ser permitidos horários de trabalho a tempo parcial, sempre que tal seja, consentido pela natureza das actividades ou profissões a que respeitem.

Art. 32.º — Na admissão de trabalhadores em regime de tempo parcial deverá dar-se preferência aos trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida e aos que frequentem estabelecimentos de ensino.

Art. 33.º — A retribuição-hora dos da e aos que frequentem estabelecimentos de ensino.

Art. 33.º — A retribuição-hora dos trabalhadores em regime de tempo parcial não poderá ser inferiror à dos trabalhadores a tempo inteiro, devendo sempre que possivel ter em conta a produtividade dos trabalhadores naquele regime.

CAPÍTULO VIII

ISENÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

Art. 34.º — 1. Poderão ser isentos de horário de trabalho mediante requerimento das entidades patronais, os trabalhadores que exerçam funções cuja natureza o justifique.

2. Os requerimentos de isenção de horário de trabalho dirigidos ao ministro do Trabalho, serão acompanhados da declaração de concordância dos trabalhadores com o parecer do sindicato bem como dos documentos que sejam necessários para comprovar os factos alegados.

Art. 35.º — 1. As isenções de horário de trabalho não dão direito a qualquer retribuição especial.

2. Em relação aos trabalhadores actualmente isentos a retribuição especial será integrada na retribuição normal.

3. Os trabalhadores isentos de horário de trabalho estão excluidos da aplicação das disposições do cap. IV DO PRESENTE DIPLOMA:

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 36.º — 1. As entidades patronais que infrinjam o preceituado no presente diploma ou nos regimes criados ao abrigo das suas disposições serão punidas com a multa de 4 000$00 a 12 000$00 por cada trabalhador em relação ao qual se verificou a infracção, salvo o disposto no número seguinte e no artigo seguinte.

2. As infracções às disposições que regulam o trabalho de menores e o trabalho de mulheres serão punidas com a multa de 5 000$00 a 50 000$00 por cada trabalhador em relação ao qual se verifique a transgressão.

3. Se forem opostas dificuldades à contagem ou a identificação dos trabalhadores, presume-se que a infracção se verificou em relação a todos os trabalhadores que normalmente prestam serviço no local onde a mesma se consumou.

Art. 37.º — 1. A falta de afixação dos mapas de horários de trabalho e a falta de envio das suas cópias serão punidas com multas calculadas nos termos seguintes: a) 3 000$00 se o infractor não tiver pessoal ao seu serviço; b) 3 000$00 a 10 000$00, se o número de trabalhadores normalmente ao servico não exceder cinco, c) 10 000$00 a 20 000$00, se forem de seis a vinte; d) 20 000$00 a 50 000$00, se forem de vinte e um a cinquenta; E) 50 000$00 a 100 000$00, se forem de cinquenta e um a cem; f) 100 000$00 a 200 000$00, se forem mais de cem.

2. Na contagem dos trabalhadores para efeito da aplicação das multas previstas no número anterior, atender-se-á apenas àqueles que prestam normalmente serviço no estabelecimento, agência ou filial onde se verificar a infracção.

Art. 38.º — 1. A reincidência será punida nos termos previstos no Art. 129.º do regime jurídico do contrato individual de trabalho aprovado pelo Decreto-Lei n.º 49 408, de 24 de Novembro de 1969.

Art. 39.º — 1. As multas serão graduadas obrigatoriamente pelo julgador em função da gravidade da informação da culpabilidade do infractor e das possibilidades económicas deste.

2. Para o efeito previsto no número anterior deverão as entidades autuantes fazer constar das participações ou dos autos de notícia, remetidos a juízo, o número total de trabalhadores normalmente ao serviço do arguido e o grupo da contribuição industrial em que o mesmo esteja incluido.

3. Os limites fixados os artigos 36.º e 37.º serão elevados para o dobro sempre que o infractor se de coacção sobre os trabalhadores, falsificação, simulação ou outro meio fraudulento.

4. A transgressão de disposições deste diploma que implique a aplicação de duas ou mais multas, será punida com a multa mais elevada.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40.º — Havendo lugar à aplicação de mais de uma percentagem de aumento sobre a retribuição normal o acréescimo deverá ser calculado através da soma das percentagens aplicáveis.

Art. 41.º — Não são abrangidos pelo presente diploma legal: a) Os trabalhadores ao serviço de empresas concessionárias e subconcessionárias de serviço público, de empresas públicas e de empresas nacionalizadas, que deverão estar sujeitas a regimes especiais que incorporarão com as necessárias adaptações, o regime geral consagrado no presente diploma; b) Os trabalhadores ligados por contratos de serviço doméstico; c) Os trabalhadores agrícolas.

Art. 42.º — 1. O disposto no presente diploma não prejudica a actual regulamentação do trabalho nos seguintes sectores; trabalho portuário e a bordo; trabalho piscatório; trabalhos subterrâneo e trabalho em transportes públicos.

Art. 43.º — 2. A regulamentação da duração de trabalhos dos sectores referidos no número anterior incorporará com as necessárias adaptações, o disposto no presente diploma.

Art. 44.º — Fica revogado o Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Setembro, bem como todas as disposições legais que dispuserem em contrário do regime de duração do trabalho estabelecido no presente diploma.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL E ILHAS ADJACENTES

COMUNICADO

QUEM PRETENDE CONVOCAR OS TRABALHADORES GRÁFICOS?

Tomou este Sindicato conhecimento duma convocatória distribuída pelas emoresas gráficas, para uma reunião a realizar na próxima sexta-feira, dia 13, na Rua de São Pedro de Alcântara, n.º 81, com todos os trabalhadores nele filiados para assuntos ditos de extrema importância para a classe.

Tanto quanto sabemos situa-se na morada acima indicada a sede do partido socialista.

Será que é este partido a fazer a convocatória?

Na afirmativa, lembramos o Decreto-Lei 215-B/75, que no artigo 6.º ponto 2 diz o seguinte:

«As associações sindicais são independentes do Estado, dos partidos políticos e das instituições religiosas, sendo proibida qualquer ingerência destes na sua organização e direcção, bem como o seu recíproco financiamento.»

Por conseguinte não se compreende que qualquer partido político faça convocatórias como as que estão a ser distribuídas aos gráficos.

Os gráficos têm o seu Sindicato para reuniões, não aceitam convites com objectivos divisionistas, antioperários e antipopulares. Os trabalhadores deste País conhecem a sua unidade e as suas posições verdadeiramente revolucionárias em defesa duma sociedade justa para todos os explorados e oprimidos.

Nesta conformidade, o Sindicato vê-se na obrigação de alertar todos os camaradas para mais uma manobra que os tenta dividir e afirma!

NADA NEM NINGUÉM CONSEGUIRÁ ESSE OBJECTIVO.

NÃO À REUNIÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

GRÁFICO FICA ALERTA, PORQUE SÓ ASSIM VENCERÁS QUEM TE QUER ENGANAR E EXPLORAR.

A DIRECÇÃO

CURSOS

Estão abertas as matrículas até 19-2-76 para os cursos de Perfuração/Verificação. Sistemas: IBM e UNIVAC. Início dos cursos 20-2-76. As inscrições são limitadas. Matrículas no

EXTERNATO CONTINENTAL
T. 364272-R. do Arsenal, 100-1.º

ÓLEOS, AGUARELAS E DESENHOS

LEILÃO

AMANHÃ 6.ª FEIRA às 21 h., na nossa SEDE
Av. Duque de Loulé, 1 - A

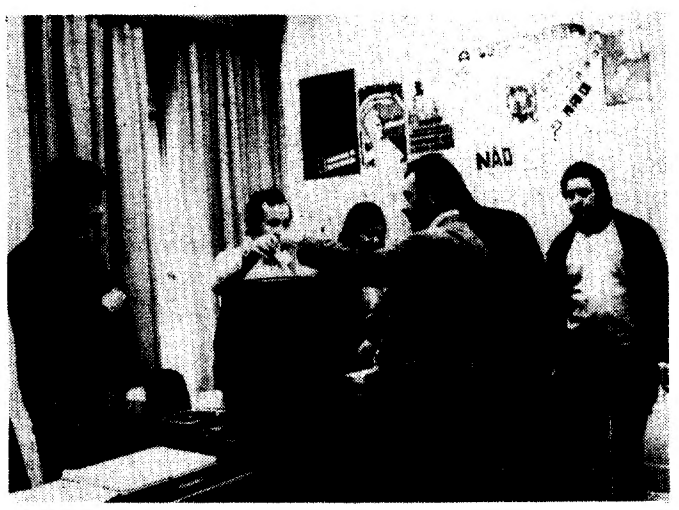
Para venda pela maior oferta da 3.ª e melhor fase de colecção particular de autores portugueses, dos quais salientamos apenas: Armando Batista — M. A. Lima Cruz — António Ramalho — Anjos Teixeira — Constantino Fernandes — José Campas — Rebocho — Sonceição Silva — Joaq. Porfírio — Isaías Newton — Resende — Vespeira — João Vaz — Man. Pavia — Fig. Sobral — João Segurado — Luciano Freire — Alberto Sousa — Roque Gameiro — Anunciação — Carlos Porfírio — Jorge Colaço — Carlos Reis — D. Carlos — Keil — Miguel Lupi — Stuart — Botelho (belo óleo) — Abel Salazar — Acácio Lino — Malhoa — (grande óleo) — Ezequiel Pereira — Valença — Jorge Barradas — Victor Bastos — Higyno Mendonça — Mário Eloy — Malangatana — António Costa, e outros num total de 150 obras.

EXPOSIÇÃO AMANHÃ, das 10 às 13 e das 15 às 19 horas

SOC. DE LEILÕES
AV. DUQUE DE LOULÉ, Nº 1
Tel's. P.P.C. (9 Linhas)
532929 · 51478 · 47018/9

AFRA FILHOS, Lda

Trabalho



Eleições na Construção Civil

Estão a decorrer as eleições para a Direcção do Sindicado da Construção Civil do Distrito de Lisboa. Concorre apenas uma lista. Os resultados, com a percentagem de votantes, apenas deverão ser conhecidos amanhã.

Os dirigentes que serão eleitos para os próximos três anos têm graves problemas a resolver: o cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho, o desemprego que atingiu dezenas de milhares de trabalhadores, os milhares de processos acumulados no Tribunal do Trabalho, o número assustador de analfabetos entre os operários da construção civil, etc, etc.

Todos estes problemas merecem atenção no programa da direcção que agora deverá ser eleita. A sua resolução terá de ser feita com grandes esforços.

Delegações de trabalhadores viram costas ao D.R.O.T.

Representantes de cerca de uma centena de sindicatos e comissões de trabalhadores recusaram-se, ontem à noite, a participar numa reunião com elementos do D.R.O.T. (Departamento de Relações com Organizações do Trabalho), do Ministério do Trabalho, para análise de um documento intitulado «Opções gerais relativas aos projectos de lei sobre salários e contratação colectiva».

Por esmagadora maioria, as delegações dos trabalhadores presentes aprovaram uma proposta em que se repudia a «actual política praticada pelo Ministério do Trabalho, por lesiva dos mais elementares interesses dos trabalhadores»; e denunciaram o D.R.O.T. como «repartição corporativa, conforme o atestam as suas acções de carácter divisionista e declarações ofensivas da dignidade dos trabalhadores e da sua organização de classe».

O Ministério foi igualmente criticado pelo seu «apoio» à «recuperação capitalista». Em consequência, os sindicatos e comissões de trabalhadores pesentes decidiram abandonar a reunião, emitindo também um voto de desconfiança ao Ministério do Trabalho.

A figura do dr. Júlio Dias, adjunto do ministro e responsável pelo D.R.O.T., pessoa conhecida pelas suas ligações à A.O.C., foi vivamente contestada durante o encontro. Este funcionário foi acusado de ter boicotado «a luta dos trabalhadores químicos», e de «manipular» as eleições há tempos realizadas nesse sindicato.

Supermercados recusam os novos administradores

«Por não terem sido consultados sobre o assunto», os trabalhadores dos supermercados Pão de Açúcar, A. C. Santos, Nutripol, Boa Ajuda Modelar, Solnave, Planco e Fábrica de Rebuçados Aniluza, reunidos ontem em plenário, na FIL, decidiram não aceitar a nomeação da nova comissão administrativa para aqueles estabelecimentos (Conselho de Ministros do dia 6).

Na moção então aprovada (696 votos, a favor, 493 contra), os trabalhadores exigem, ainda, que «o ministro proponente da nova comissão administrativa submeta à sua apreciação uma lista de nomes de pessoas que entenda poderem ser nomeados para que os trabalhadores digam se têm alguma objecção a fazer sobre alguma dessas pessoas».

O plenário considerou que «os trabalhadores têm o direito de se opôr a que sejam nomeados para a comissão administrativa indivíduos que se sabe não respeitarem os direitos dos trabalhadores».

SEM INCIDENTES

A Baixa "comandou" a greve do comércio

A greve dos trabalhadores do comércio retalhista decorreu sem incidentes e com uma adesão considerada satisfatória pela Comissão de Luta para início das negociações do contrato colectivo de trabalho.

Na «Baixa», a paralisação foi cumprida em cerca de 90 por cento dos estabelecimentos. Nos arredores de Lisboa, a adesão foi muito mais fraca, tendo sido praticamente ignorada em certas zonas, como o Estoril, a Amadora ou Queluz.

A maior parte dos estabelecimentos comerciais de pequena dimensão mantinha as portas abertas, com funcionamento assegurado pelos respectivos proprietários. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, «nas zonas de pequenos estabelecimentos, onde a influência dos patrões é mais directa, há um maior número de lojas abertas».

O Sindicato considera que a actuação dos órgãos de Informação, pelo destaque que deram à nota do Ministério do Trabalho, a qual classificada a greve de «injustificada», «contribuiu para uma certa renitência no fecho dos estabelecimentos».

NOVA GREVE?

Os trabalhadores do comércio retalhista vão decidir esta noite, na Voz do Operário, novas formas de luta, e analisar os resultados e consequências da greve de ontem. Será tentada nova paralisação antes de 29 de Fevereiro, dia em que termina o congelamento da contratação colectiva, para pressionar o patronato a começar as negociações? — esta uma das questões que deverá ser discutida esta noite.

O contrato já devia estar em vigor desde Setembro, beneficiando cerca de 40 mil trabalhadores. O patronato mantém-se intransigente apesar de, no espaço de um mês, se terem registado duas greves. Escuda-se no congelamento da contratação colectiva. Apesar desse congelamento não abranger «as negociações», as entidades patronais assim o interpretaram. E não cedem.

João Pimenta ficou à porta

João Pimenta, ex-administrador da conhecida empresa de construção, tentou ontem voltar a entrar nas instalações da sede social da empresa, no que foi energicamente impedido pela Comissão de Trabalhadores, «cumprindo assim a vontade inequívoca dos trabalhadores» — informa esta comissão.

O antigo administrador, que agora regressou a Portugal, depois de ter fugido para o Brasil deixando atrás de si um défice de 650 mil contos, já há alguns dias fora visto a passar «furtivamente de carro por diversos sectores de trabalho». Desta vez, procurou entrar na sede, argumentando que «vinha à procura dos seus rendimentos», segundo revela a Comissão de Trabalhadores da J. Pimenta.

«Exactamente no momento em que as entidades governamentais estão prestes a aprovar o projecto de reconversão da Empresa J. Pimenta, elaborado pelos trabalhadores, que passa pela nacionalização da empresa, é sintomática esta atitude», concluem os trabalhadores.

Aliás, a comissão administrativa daquela empresa, nomeada pelo Governo, apresentou já às entidades governamentais um relatório respeitante a uma das sociedades do «Grupo Pimenta», no qual haveria «matéria mais que suficiente para remeter imediatamente o ex-administrador J. Pimenta à Polícia Judiciária».

A C.T. da J. Pimenta aproveita a oportunidade para alertar o povo para este tipo de actuação «do patronato reaccionário, que parece neste momento estar estimulado pelos órgãos do Poder, para levantar a cabeça e tentar recuperar as empresas que abandonou falidas e que hoje, devido aos muitos sacrifícios dos trabalhadores, se transformaram em sectores de produção rentáveis».

Facilidades para estudo da Reforma Agrária

Tendo em vista possibilitar à «comissão de análise e estudo dos problemas surgidos com a aplicação da Reforma Agrária» o prosseguimento dos sus trabalhos com a maior rapidez e eficiência, o ministro da Agricultura e Pescas exarou um despacho em que determina:

— Que por todas as secretarias de Estado, através das direcções-gerais delas dependentes, sejam postas à disposição daquela Comissão os meios materiais e humanos que lhes forem solicitados pelo presidente da referida Comissão.

— Que todos os organismos e repartições dependentes deste Ministério prestem expeditamente toda a colaboração que lhes for solicitada, por qualquer dos membros da Comissão.

— Que pela secretaria-geral se passe documento que credendie os membros da Comissão junto de quaisquer organismos ou repartições oficiais.

ESCLARECIMENTO

MONTARGIL, 12 — A Reforma Agrária foi o tema de uma sessão de esclarecimento que se efectuou na Casa do Povo desta vila, promovida pela Cooperativa 12 de Maio que tem 35 herdades ocupadas por 500 rurais.

Com o salão repleto de homens e mulheres, que seguiram com grande interesse o desenrolar da sessão, falaram Hermínio Mendes Godinho e Joaquim Gracinhas, de Montargil, António Gervásio do Comité Central do P.C.P., e ainda José Luis e António Gaspar dos Ramos, de Avis.

CREDENCIAIS

Ministério esclarece

O Ministério do Trabalho tornou público o seguinte esclarecimento, acerca da passagem de credenciais:

«Sempre que, no caso concreto em questão, os efeitos para que é passada a credencial seja a prática dos actos económicos e jurídicos que integram o conceito de gestão ordinária da empresa, deverá expressão obens patrimoniais não de seguida um novo ponto no qual se excluam dos poderes conferidos «os actos de administração extraordinária da actividade da empresa, designadamente os que respeitam à capacidade de disposição do capital fixo, envolvendo esta expressão bens patrionais não consumíveis, o capital social, reservas legais e direitos reais devidamente titulado.

Não se considera necessário um novo modelo de credencial para estes casos, pois cabem perfeitamente dentro dos dois modelos superiores aprovados.

S.T.C.P.

Diligências em Lisboa

Quatro elementos da comissão de luta dos funcionários dos serviços administrativos do Serviço de Transportes Colectivos do Porto estão em Lisboa, a fim de se avistarem com o ministro dos Transportes, na tentativa de solucionar o conflito que levou à paralisação total dos serviços administrativos daquela empresa pública. Entretanto, a greve, que está a ser cumprida a cem por cento, pode terminar de um momento para o outro, logo que se encontre uma plataforma de acordo no Ministério dos Transportes.

Estivadores da "rua" no desemprego?

Cerca de 150 trabalhadores eventuais («rua») do Porto de Lisboa encontram-se sem trabalho desde o princípio deste ano, apesar de ter aumentado consideravelmente a oferta de trabalho na Casa do Conto desde o dia 6 do corrente mês. Motivo: não se encontram sindicalizados, apesar de trabalharem no sector há muitos anos.

Sucessivos contactos junto do Ministério do Trabalho ainda não conduziram a uma situação satisfatória. A situação agora criada deriva da alteração de um despacho do tempo de Costa Martins, que permitia a sindicalização de todo o «pessoal da rua» com mais de um ano de serviço.

Representantes dos trabalhadores afectados chamam a atenção para o facto de, na sua maioria, contarem entre três e 16 anos de serviço, tendo descontado sempre para a Caixa de Previdência e para o respectivo Sindicato, apesar de nele não estarem inscritos.

A alternativa para a presente situação surgiu-lhes numa proposta do fundo de Desemprego: um subsídio mensal de 2500 escudos. Mas — perguntam os estivadores eventuais, que, aliás, pretendem o trabalho — e não o desemprego —, o que é esta quantia, comparada com o subsídio atribuído aos retornados das ex-colónias?

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

PLENÁRIO

PROFESSORES DE TODOS OS GRAUS E RAMOS DE ENSINO

DIUTURNIDADES DA FUNÇÃO PÚBLICA

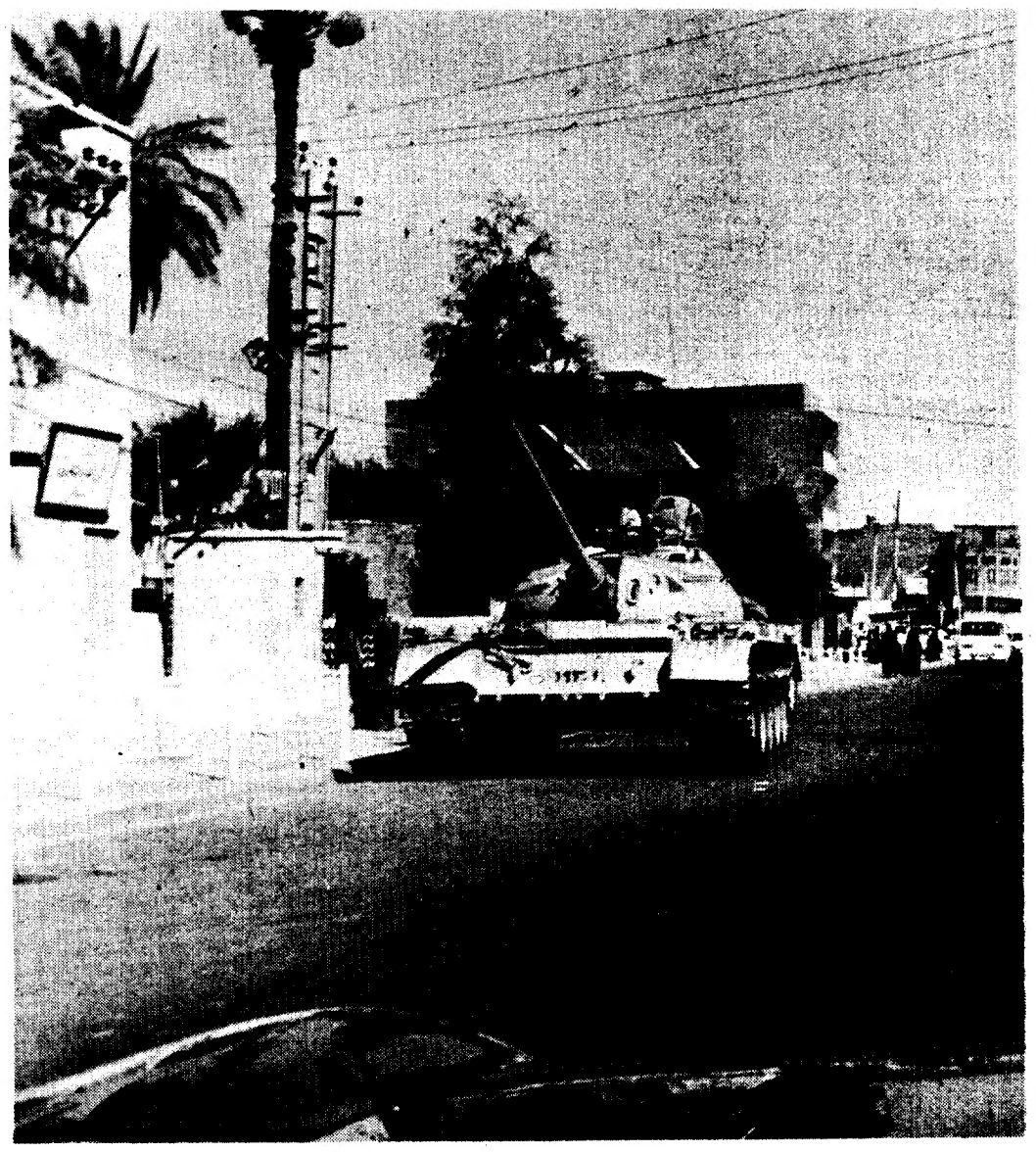
Convocam-se os professores sindicalizados de todos os graus e ramos de ensino para um Plenário a realizar no **sábado, dia 14 de Fevereiro, às 17 horas, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa,** para definir a posição da classe face à discriminação que a Secretaria de Estado da Função Pública pretende institucionalizar para a classe docente no projecto do sistema de diuturnidades para a função pública, actualmente em discussão.

Foram enviadas para todas as escolas as súmulas das posições chegadas ao Sindicato, provenientes dos NSB, apelando-se aos delegados sindicais para que dinamizem durante esta semana a discussão em torno deste problema e mobilizem os professores sindicalizados para uma presença massiva neste plenário.

NOTA: Para entrada neste Plenário é imprescindível a apresentação do cartão de sócio.

A COMISSÃO DIRECTIVA PROVISÓRIA

Estrangeiro



Um tanque patrulhando uma rua da capital. «Liberdade espezinhada» — comentava há tempos o «Nouvel Observateur».

O IRAQUE EM 1976

1. Uma socieda

. BAGDAD — À entrada da grande mesquita Al Quadhemia, mausoléu do imanchiita Mussa Al Quadhem, estão reproduzidas, em letra preta sobre quadro branco, as palavras do iman Ali sobre as «mulheres do fim do mundo»: *Quando chegar o mais terrível dos tempos e a hora derradeira se aproximar, as mulheres andarão vestidas, as mulheres andarão nuas. Pintadas, serão lançadas pelo caos, fora da religião, e eternizadas no Inferno.* Comentando esta evocação, um conselho: «oh! mulheres que entrais neste lugar, tapai-vos, velai os vossos cabelos».

Em redor do templo, um pátio imenso vedado pela grande muralha da mesquita. No chão, dezenas de mulheres de traje preto (*ábá a*), estão em pequenos grupos, em família.

Conversam, amamentam os filhos, comem, meditam, passam o tempo. Esse pátio é um lugar de encontro. As mulheres encontram-se ali como num salão de chá popular ou num jardim público, entre o espiritual e o temporal, entre a oração e a espera. À volta delas as crianças brincam, as jovens observam discretamente os rapazes que passam só para beijar o túmulo do iman e fazer a sua oração. Quase todas as mulheres são idosas. Todas de negro, nesse pátio, a poucos passos do mausoléu, fumam cigarro sobre cigarro. Espantados, surpresos, interrogamos um amigo iraquiano: «Todas estas mulheres», diz-nos ele, «vêm dos campos. São velhas portanto podem fumar!». A sua desenvoltura não escandaliza.

Fumar não significa nada, socialmente, visto elas terem deixado de existir no campo do desejo.

É a hora da oração. Apagam os cigarros, entram na mesquita, oram e regressam ao pátio onde as crianças, indiferentes às hordas da mesquita, olham para o céu.

LUZES DISCRETAS DA SOLIDÃO

Ao longo da margem esquerda do Tigre estende-se a Avenida Abu-Nawass. O Sol incendiou as cúpulas da cidade. Há poeira ocre suspensa entre as palmeiras fatigadas e a areia, véu esse que sobe e separa o céu do horizonte. É a noite de Bagdad. A cidade ilumina-se de solidão vermelha. O astro voltou o seu olhar para outros continentes. As pedras e as árvores estão cobertas pelo branco da terra. Nas ruas é a vertigem dos faróis contrastando com as luzes tamizadas dos bares e dos cafés.

O local parece um aquário. É um café. Homens, só homens, bebem limonada ou chá. A mão tímida empurra a porta de um bar, a Salva de Prata. Uma luz filtrada e uma canção popular. Um punhado de homens espalharam-se pelos cantos da solidão, em frente de grandes copos de cerveja.

Do outro lado, na grande avenida da cidade, os restaurantes luxuosos. Jantares à luz de velas. Homens de negócios. Homens sem mulheres. Outros bares igualmente elegantes. Luzes discretas, abafadas em cores que murmuram o desejo. Nem um leve perfume de mulher. Nem mesmo mulheres que vendessem a ilusão por alguns *dinars*. As casas de prostituição são proibidas e não há prostitutas nas ruas. Quase não há prostituição. As suas causas reais (o desemprego e a miséria) foram travadas desde a revolução de 1968. No entanto algumas «casas» (muito raras) propõem à sua clientela mulheres, na sua maioria estrangeiras.

Lá fora, a noite envolve a rua que pertence aos homens. Há adolescentes agrupados no *hall* de um cinema, onde passa um filme de amor. Alguns estão de mão dada. Que rapariga, que mulher ousaria entrar nessa multidão?

Estar de mão dada é, nos países árabes, uma manifestação natural de amizade. É exagerado concluir que se trata de ligações homossexuais. No Irque a homossecualidade é um assunto tabu. Sente-se, no entanto, que nessa sociedade demasiado masculinizada, se pratica a homossexualidade, como nos confessou um grupo de estudantes. Sobretudo no Sul do país, como sexualidade de substituição.

Há locais preservados da multidão onde as famílias iraquianas se encontram. Os clubes privados — à moda inglesa — são lugares de descanso e de diversão. Restaurantes, bares, salas de jogos de sociedade, cinema, salas de exposições, pista de dança, etc. As pessoas encontram-se ali por afinidade profissional. Para os jovens, o clube é uma válvula de escape.

De manhã a rua é redistribuída a uns e a outros. No autocarro há tantas mulheres como homens. Apertados, vão para o trabalho suportando o calvário dos transportes em comum. «Uma das conquistas da revolução de 17 de Julho de 1968», diz-nos a senhora Batoun Naquib, uma das dirigentes da União das Mulheres Iraquianas «é o facto de a mulher trabalhar como o homem e participar como ele no desenvolvimento do país».

COLABORAR COM O HOMEM

Com efeito, se à noite a mulher está ausente da rua, dos cafés, dos cinemas e dos restaurantes da cidade, ela está presente e impõe-se nos sectores mais importantes da vida do país. «Nós lutamos pela independência económica da mulher, pelo fim de toda a segregação e para que a mulher, mesmo funcionária, continue a ser mãe de família. Essa luta não exclui o homem, pelo contrário fazemos tudo para que haja uma colaboração com ele. Os nossos esforços tendem a suscitar uma tomada de consciência cada vez maior do papel essencial que a mulher deve ter na nossa sociedade». No entanto, pode perguntar-se se essa colaboração com o homem está preparada. No Iraque só as escolas primárias e as faculdades são mistas. O mistismo nos cursos secundários é proibido (salvo a título experimental num liceu do bairro residencial Al Mansur). «Compreende», disse-nos a senhora Naqib, «o período do liceu é o da adolescência, uma idade difícil. Então mais vale não a perturbar com o mixismo».

Mas que resultado tem a brutal aproximação dos rapazes e das raparigas na Universidade? Na realidade a mistura é pequena. As raparigas encontram-se geralmente entre si e os rapazes igualmente, mas isso não exclui o diálogo de olhares ou palavras.

Dalia, um estudante de economia, recorda o choque que teve no primeiro dia em que se encontrou juntamente com rapazes. «Tive medo. Esperava outra coisa. Pensava começar, graças aos estudos universitários, uma mudança, uma libertação. Mas à minha volta ninguém parecia preparado para isso. Tudo se passou através de olhares de desejo, reprovadores, moralizadores. Todos os nossos gestos são vigiados, *protegidos*».

Soad aprova Dalia e diz: «Aprendi muito ali. As coisas parece que vão mudar. O número de estudantes, rapazes e raparigas, aumenta continuamente. Nós reivindicamos os nossos direitos, mas a sociedade opõe-se».

É verdade. A sociedade é muda. O seu olhar é pesado. As tradições são mais fortes, mais enraizadas do que se julga. E não é a vida moderna, o desenvolvimento e a via socialista que podem apagá-las depressa. Mas as coisas evoluem. Pouco importa o ritmo. O poder luta contra as resistências. «Nos anos 20», diz-nos Ali Al Vardi, sociólogo e professor na Faculdade de Letras de Baqdad, autor de vários trabalhos sobre a história social do Iraque «abriam-se escolas mas ninguém as frequentava. Eu, por exemplo, fui às aulas contra a vontade de meu pai. Quanto às raparigas, só conquistaram o direito ao ensino pelos anos 30. Hoje, um milhão e meio de rapazes e raparigas frequenta as escolas».

Este formidável salto do Iraque no domínio da educação, deixa esperar um melhoramento da condição da mulher. No entanto, o problema tem as suas raízes nas próprias estruturas sociais: «O Iraque», prossegue Al Vardi, «é um país 70 por cento rural. Nos campos, a vida social repousa em valores como a especificidade tribal, a ideia fanática da honra, uma relação forte entre os elos do sangue, e tudo isso se conjuga para que a mulher seja rodeada de uma atenção particularmente violenta. Ela é objecto e símbolo de honra. Tocar-lhe é inverter todos os valores. A mulher iraquiana que emigrou do campo para a cidade, passou com demasiada brutalidade de um quadro rígido e fechado para um quadro que subentende outro modo de vida. Ela abandonou o véu (físico e moral) que a abafava, para adoptar as roupas europeias que simbolizavam a sua libertação, mas no fundo de si mesma ainda está presente a herança do passado. Continua a ser habitada pelos mesmos entraves que pesaram na vida da mãe».

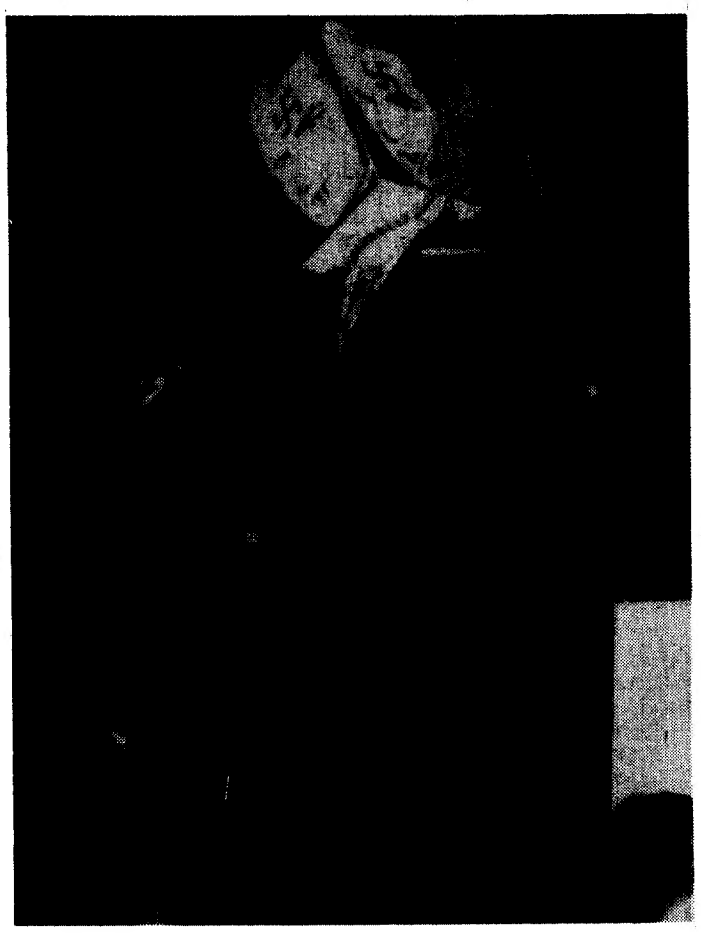
O homem iraquiano de hoje, o que vive na cidade, que viaja, que se cultiva e se abre ao mundo exterior, também continua prisioneiro dessa herança da sociedade beduína. A virgindade da mulher ainda é exigida pelo casamento. Os «crimes passionais» (aqui chamados «crimes de honra») são geralmente atribuídos a camponeses que não se adaptaram à vida moderna.

Al Vardi explica a sobrevivência desse fenómeno, também frequente nos países mediterrânicos, a esta «memória colectiva transmitida de pai a filho numa sociedade conservadora, centrada na pureza dos elos de sangue». «Lavar a honra», diz-nos um estudante, «é considerado um dever de qualquer homem. A justiça devia ser clemente e compreensiva» Interrogado, um juiz diz-nos que, se este crime é bastante frequente, a justiça evoluiu: «Em todo o caso é mais severa neste domínio do que há trinta anos».

UMA EVOLUÇÃO LENTA

Se noutros palnos, principalmente económico (a reforma agrária é um êxito que pode dar-se como exemplo) e cultural, o Iraque tem uma evolução lenta mas profunda, no plano da vida social e dos costumes a transformação das estruturas é bastante difícil de realizar. Assim, a revolução de 17 de Julho de 1968 anda não pôde modificar o código de estatuto pessoal (1959), que é conservador e ligado à tradição secular.

A poligamia existe embora tenda a desaparecer. Na prática tornou-se difícil: para que um homem possa casar com



Reza Pahlevi, figura obrigatória do «jet set», enforcado em efígie numa rua de Estocolmo quando em 1971 decorriam as celebrações do segundo milénio do império de Ciro.

O IRÃO DE REZA PAHL

R

A repressão aumenta constantemente no Irão. Aos nove «terroristas», entre eles uma jovem, acusados de ter assassinado três oficiais americanos, e executados a 24 de Janeiro, juntaram-se agora, a 2 de Fevereiro, mais dois suplicados. Os processos decorrem perante os tribunais militares e todo e qualquer delito de porte de arma é da sua competência. Mas as autoridades iranianas recusam-se a distinguir entre os delitos de direito comum e os actos inspirados por motivos políticos. Os guerrilheiros são pois julgados e condenados como criminosos.

Todas as tentativas das organizações internacionais para enviar observadores seguir o processo, fracassaram. Só uma equipa de televisão alemã pôde filmar recentemente a sala de audiências de um tribunal militar e o «box» dos acusados. Cenas de confissão difundidas pela televisão iraniana mostraram condenados falando dos seus crimes e, estranho processo, diante das próprias famílias em lágrimas. A

ade masculina

TAHAR BEN JELLOUN

Nómadas e decididamente avessos a qualquer enquadramento, os beduínos continuam a pesar nas preocupações do poder central de Bagdad.

nais de uma mulher precisa e uma autorização do juiz. O epúdio (privilégio exclusivo ue o homem tem de dissolver casamento) é corrente nos ampos. Nas cidades é mais praticado o divórcio judiciário. Em todos os casos, a guarda das crianças não cabe à mãe. Deve dizer-se que no Iraque há poucos divórcios. Assim, em 1973, houve 60 288 casamentos de 5998 divórcios. Em 1971 a proporção foi idêntica: 42 331 casamentos e 4806 divóricos.

Uma mulher pode pedir o divórcio mas, para o obter, tem de renunciar a todos os seus direitos. Se todas as culpas cabem à mulher, o juiz pode separá-la do marido por um período de 7 anos. Passada essa exclusão da vida conjugal, ela pode voltar a casa do marido. Entretanto não teve vida sexual. Se tivesse tido qualquer ligação, seria acusada de *zina* (pecado de adultério) e moral e socialmente posta de parte.

A União das Mulheres Iraquianas apresentou ao Governo um projecto de reforma do estatuto pessoal. «laborámo-lo», disse-nos a senhora Nagib, «baseando-nos na nossa realidade, na nossa fé muçulmana e na nossa cultura».

Todo o iraquiano que sai do país com demora — estudos ou estágios — assina uma declaração em que se compromete a não trazer consigo uma esposa estrangeira (estrangeira é toda a mulher não árabe). Quanto aos iraquianos há muito casados com estrangeiras, o Estado retirou-os dos postos de Governo, por exemplo dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa. Quanto ao casamento de uma iraquiana com um estrangeiro, tal facto é impossível por razões sociais e religiosas.

Sociedade masculina, presa nas raízes da tradição herdada, o Iraque continua ligado à célula familiar e à autoridade patriarcal. Sociedade portanto fechada, em si própria, de difícil acesso ao estrangeiro e que prefere abrir-se política, económica e culturalmente.

© *LE MONDE*

EVI

epressão e morte

ossível exaustão desses jo- ens podia deixar supor tudo cerca da maneira como as uas confissões foram obtidas. Savak, polícia política triste- ente célebre, utiliza regular- ente a tortura. Todos os tes- emunhos dos advogados que, urante os últimos anos pude- am de longe em longe aproxi- ar-se dos prisioneiros políti- os, concordam neste ponto.

Nem o número real das exe- uções (avaliadas em trezentas urante os três últimos anos) em o dos prisioneiros políti- os — os cálculos oscilam en- e vinte e cinco mil e cem mil são conhecidos com exacti- ão. Os raptos, os atentados os desaparecimentos multi- icaram-se nos últimos tem- os.

Pode perguntar-se qual a ra- ão que leva o regime do xá, recorrer a uma tal repressão: parentemente não precisa de . Após a eliminação dos co- unistas, em 1953, e o encar- o tomado pelo Estado, dos re- ursos petrolíferos, o regime ntrara resolutamente no cami- nho de reformas, decerto autoritárias mas que pareciam eficazes. O xá, através da «revolução branca» procedera a uma reforma agrária e distribuira terras aos camponeses. Os lucros do petróleo, quadruplicados desde 1973, asseguravam, apesar de um certo afrouxamento das vendas desde o Verão de 1975, os meios de uma expansão industrial que os próprios adversários do regime não negam, embora afirmem que os frutos foram mal repartidos.

A oposição enerva-se. Ela tomou mesmo nos últimos anos a forma de luta armada, conduzida por duas organizações, os combatentes do povo e os «Fedayin» do povo. A primeira é de inspiração islamo-progressista; a segunda, marxista. Segundo informações recentes, ambas adoptaram posições marxistas-leninistas intransigentes. Nas universidades, a agitação é mantida pelos estudantes que regressam da República Federal ou de França, onde organizaram a sua resistência.

De facto, o recurso à tortura e à morte está na lógica de um regime que trata os adversários — sejam quais forem as causas da sua insatisfação ou as formas da sua oposição — como francos atiradores na retaguarda de um exercito em campanha. Quando em Março de 1975, o soberano iraniano anunciou com grande pompa que uma «união nacional» intitulada «Renovo do Irão» absorveria todos os partidos, proclamou também que quem quer que recusasse aderir «seria comunista ou apátrida», e prometeu a tais rebeldes, prisão ou exílio. Desejando construir uma grande potência industrial e militar — e conseguindo-o, decerto modo — o xá não se preocupa grandemente em obter adesões sinceras. Ele quer fazer a unidade à volta da sua pessoa por medo ao castigo, à maneira dos antigos monarcas cujo exemplo gosta de seguir.

© *«Le Monde»*

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LISBOA

PLENÁRIO DE ZONA V. F. de XIRA

C. C. T. VERTICAL DA INDÚSTRIA METALÚRGICA

CONVOCAMOS TODOS OS OPERÁRIOS METALÚRGICOS PARA UM PLENÁRIO A REALIZAR NO PRÓXIMO DIA 13 FEV. PELAS 20.30 H., NA DELEGAÇÃO, RUA SERPA PINTO, 136-2.º V. FRANCA DE XIRA.

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

1. CONGELAMENTO DOS SALÁRIOS
2. CONTRATO COLECTIVO VERTICAL
3. INFORMAÇÕES

COMPANHEIRO! A BURGUESIA CONSEGUIU IMPOR O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS E O AUMENTO DE PREÇOS NOS GÉNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE.

O PATRONATO AUMENTOU OS SEUS LUCROS E NÓS PAGAMOS TUDO MAIS CARO!

VAMOS ORGANIZAR A NOSSA RESPOSTA A ESTA OFENSIVA DO CAPITALISMO!

CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS!
CONTRA A SUBIDA DO CUSTO DE VIDA!
EM FRENTE PELO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL!

LISBOA, 5 FEV. 76

A DIRECÇÃO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

CONSELHO ADMINISTRATIVO

1 — Faz-se saber que no Conselho Administrativo da Direcção do Serviço de Intendência, Travessa de Santo António da Sé, n.º 21 em Lisboa se encontra aberto o seguinte concurso público:

VENDA DE MATERIAL INCAPAZ NÃO UTILIZÁVEL NO EXÉRCITO

N.º do Concurso Público	Venda de:	Data de entrega das propostas	Data de abertura das propostas
1/76	Artigos de Fardamento, Calçado e Equipamento	Até às 19,00 h. do dia 9/3/76 no CA/DSI	Às 15,00 h. do dia 10/3/76 no D.G.F.E.

2 O Caderno de Encargos que serve de base ao referido concurso pode ser consultado todos os dias úteis das 14.00 h às 18.00 h, excepto aos sábados.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
Luciano Antunes Caldeira
Major

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73 — LISBOA

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL

Dia 12 de Fevereiro de 1976, às 21.30 horas, na Voz do Operário, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Continuação da apreciação do orçamento para 1976

Lisboa, 9 de Fevereiro de 1976.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Geral

Primeira Semana Mundial do Turismo

UMA INDÚSTRIA NA OPULÊNCIA

Os organizadores da Primeira Semana Mundial do Turismo e das Viagens, que está a decorrer no Centro Internacional de Paris, entre 6 e 14 de Fevereiro, têm em vista dois objectivos: dar a conhecer aos profissionais do turismo, franceses e estrangeiros, as possibilidades oferecidas no domínio da importação e da exportação da actividade turística, e apresentar a um público, desejoso de se informar, novas fórmulas de viagens e de estadias tanto em França como fora dela. Essa «feira» de viagens, a primeira do género realizada em França, permitirá aos especialistas do turismo, aos homens de negócios e aos organizadores de congressos, a um largo público, enfim, tomar conhecimento, numa época favorável do ano, junto de trezentos expositores, dos itinerários mais diversos, e até marcar desde já as suas férias de Verão.

A actividade turística aumenta constantemente no mundo. A indústria do turismo com o seu carácter particular — sobrepõe-se aos sectores primário e secundário — torna-se uma das primeiras actividades económicas dos países desenvolvidos. Menos sensível aos efeitos da crise, é uma das raras actividades que não sentiram uma paragem brutal nos últimos anos. E, após um curto período de quebra, o turismo mundial regista de novo **records** de receitas.

Os franceses nunca partiram em tão grande número como este ano. Um francês em cinco passou a fronteira. As estatísticas do turismo indicam que, em dez anos — de 1964 a 1974 — o número de permanências de franceses no estrangeiro, passara de 3 800 000 para 5 600 000.

Em Inglaterra, o Comissariado Britânico do Turismo, que acaba de publicar o seu relatório de 1974, anuncia a chegada durante esse ano, de 7 724 000 visitantes estrangeiros, que levaram ao país a quantia de 1.072.000.000 de libras esterlinas. A balança comercial do turismo britânico saldou-se pois durante esse período, com um excedente, e se os números, que no ano passado aumentaram 2,5 por cento, já não são espectaculares, isso acontece porque os turistas americanos voltaram, em 1974, as costas à Europa. No mesmo período, a Itália acusou uma baixa de 30 por cento dos visitantes de além Atlântico.

A Espanha, país que sofreu mais do que os outros, as duplas consequências da crise económica e dos acontecimentos políticos, os lucros turísticos estão de novo a aumentar. 12,9 por cento mais do que o ano passado.

Entre Janeiro e Dezembro de 1975, as divisas estrangeiras deram bastante lucro às nove províncias austriacas.

Os alemães do Ocidente, que são os «maiores viajantes» gastaram este ano 20,7 biliões de marcos. Mesmo a União Soviética considera a actividade turística elemento importante da sua economia nacional. Em 1975, um turismo individual importador de divisas foi organizado pelos responsáveis soviéticos dessa indústria, paralelamente ao turismo de grupo, mais social mas menos remunerador.

Desde o início dos anos 50, o turismo desenvolveu-se na Europa com uma taxa média de expansão anual, da ordem dos 15 por cento. Este ano registam-se no conjunto dos países da Comunidade, mais de 100 milhões de visitantes estrangeiros.

Em 1974 as receitas globais já eram avaliadas em 14 biliões de dóares, e as despesas em 13 biliões de dólares.

Um tal volume de trocas, basta para provar que o turismo é uma das indústrias mais florescentes para a Europa. De resto, os Governos europeus interessam-se de perto por esse sector essencial da actividade humana dos nossos dias. Em França, um Secretariado de Estado; na Alemanha um Secretariado Central; em Itália organismos regionais ajudados por um Comité Internacional de Programação Económica promovem políticas do turismo que vão tendo todos os anos um lugar mais importante na causa pública e demonstram com que actividade os dirigentes desses países desenvolvidos compreendem o papel do turismo nas relações internacionais e o futuro da Comunidade europeia.

Por sua vez, os países em vias de desenvolvimento não se esforçam por realizar um turismo específico que possa atrair os visitantes fora das suas zonas tradicionais — a Europa e a América do Norte — que, já há vinte anos, recebem 90 por cento dos turistas internacionais? Esses países tentam extrair da diferença dos climas e dos níveis de vida entre regiões «emissoras» e regiões «receptoras», as melhores condições para um turismo exótico.

Desde 1974, Marrocos construiu mais de 80 por cento das camas dos seus hotéis; a Roménia acolheu em 1974 à volta de 4 milhões de turistas estrangeiros. A Costa do Marfim e Sri-Lanka também consagraram à actividade turística uma parte importante das suas finanças públicas. O turismo desses países em vias de desenvolvimento continua apesar de tudo frágil e a política nesse domínio continua ameaçada pelo poder dos monopólios que, muitas vezes, impõem a sua vontade.

Para a OCDE, não há dúvidas sobre o desenvolvimento turístico internacional. As previsões dos anos 80 são da ordem de 280 a 300 milhões de chegadas. Compreende-se que tais perspectivas incitem os responsáveis desse sector a preparar com a máxima eficácia o impressionante assalto previsto.

NOVAS DIMENSÕES

Partindo do facto de o turismo se ter tornado em França a segunda indústria de importação, com receitas de 15 biliões de francos em divisas, e ele ser de longe a mais rendível de todas as actividades produzidas no nosso país, a iniciativa da Primeira Semana Mundial do Turismo e das viagens, só pode ajudar a abordar as novas dimensões do turismo internacional nos anos próximos.

Este grande «forum» deveria permitir, por um lado, prospectar um novo mercado: o dos organizadores de congressos e dos homens de negócios que praticam cada vez com mais frequência uma forma de turismo original que alia o trabalho ao ócio. Enfim, o confronto das ideias, os debates previstos no programa, darão, sem dúvida, ao público, ocasião de se familiarizar com a indústria turística. E evitar talvez que um dia, cansado, se afaste das falsas conquistas do fim do mundo.

(C) «Le Monde»

Os castelos do Loire (na foto o de Chambord) continuam a ser um pólo de atracção da França histórica

QUEM É O SUCESSOR DE CHU EN-LAI

A nomeação, há dias, de Hua Kuo-Feng como primeiro-ministro interino da China deu projecção mundial a um obscuro dirigente chinês que apareceu, assim, de um dia para o outro, como sucessor, embora temporariamente, de Chu En-Lai. Quem é o novo primeiro-ministro? É a esta pergunta que se pretende responder nas linhas seguintes:

Hua Kuo-feng, de cinquenta e quatro anos, é ao mesmo tempo um técnico do governo e um homem de ordem. Nomeado em Janeiro de 1975 ministro da segurança pública, interessa-se muito por economia e apresentou no Outono passado perante a conferência nacional o mais importante relatório sobre agricultura. É ele o homem do governo que mais claramente se dedicou à preparação do V Plano de desenvolvimento.

É natural da província de Hunan, e logo nos primeiros anos da sua carreira, no início dos anos 50, tem responsabilidades na organização local do partido e na agricultura, principalmente como animador dos projectos de irrigação. De Julho de 1958 a 1967 é vice-governador do Hunan e, ao mesmo tempo, membro do comité provincial do partido, onde, a partir de Setembro de 1958, é especialmente encarregado dos assuntos económicos da província. Sempre vice-governador provincial. Torna-se em 1959 um dos secretários do comité humanense do partido. Continua a ser especialista dos trabalhos de irrigação e entre outras coisas supervisa a realização de trabalhos neste domínio, em Shaoshan, região natal de Mao.

NENHUMA SIMPATIA PELOS GUARDAS VERMELHOS

Hua Kuo-feng é uma personagem do **establishment** político provincial quando em 1966 começa a revolução cultural. De início não mostrou nenhuma simpatia aparente pelos guardas vermelhos e opôs-se mesmo à sua actividade. Isto valeu-lhe ser atacado com bastante severidade, mas em todo o caso não de modo a que não pudesse ser nomeado vice-presidente do comité revolucionário da província do Hunan, em 1968, quando as coisas começaram a regressar à ordem.

Foi nessa altura que começou a sua ascensão nos órgãos centrais do regime. O IX Congresso, em Abril de 1969 nomeia-o membro do seu presidium e membro do Comité central do partido. Não abandona, em todo o caso, a sua província, onde em 1970 se torna presidente em exercício do comité revolucionário. Depois, quando o partido se reorganiza, torna-se primeiro-secretário do comité provincial do PC hunanense. A partir de Novembro de 1971, Hua Kuo-feng reside essencialmente em Pequim, e é aí que se ocupa dos assuntos da sua província.

Parece ter atravessado um período delicado durante o ano de 1970 e princípios de 71, aquando da nomeação para o Hunan de um comissário político do distrito militar provincial, que era mundo próximo de Lin Piao. Daí data uma oposição entre o antigo marechal e o novo primeiro-ministro, que parece ter tido um papel importante na sequência da sua ascensão. De facto, Hua Kuo-feng alargou as suas actividades depois de ter exercido, durante muito pouco tempo, as funções de primeiro-comissário político da importante região militar de Cantão. O X Congresso faz com que entre como membro de direito no secretariado político do partido. Em Janeiro de 1975 a assembleia nacional popular, que já o nomeara para o seu presidium encarrega-o do ministério da Segurança Pública.

Hua Kuo-feng dá a impressão de um homem forte, usa cabelo cortado em escova e o seu aperto de mão é enérgico. É um administrador que os seus interlocutores estrangeiros sempre acharam tão aberto às ideias como bem informado acerca de assuntos que, à primeira vista, não diziam respeito às suas especialidades na ordem pública nem à sua competência na agricultura.

C «Le Monde»

Anunciada no Porto

PLATAFORMA UNITÁRIA PELA EMANCIPAÇÃO DA GALIZA

Quatro organizações políticas da Galiza criaram uma organização como plataforma de partidos, tendo alguns dos seus representantes dado uma conferência de Imprensa no Porto. Assim, o Conselho das Forças Políticas Galegas engloba o Partido Galego Social-Democrata, o Partido Socialista Galego a União Democrática Galega e a União do Povo Galego e tem como pressupostos básicos para a abertura do processo democrático na Galiza os seguintes pontos: livre autodeterminação da Galiza criação de um Governo Provisório que iniciará um processo constituinte e convocará eleições livres, implantação imediata das liberdades de expressão, associação, sindicalização, manifestação e greve de acordo com as declarações internacionais sobre a matéria, bem como a amnistia de presos e exilados políticos, adopção de medidas políticas, económicas, sociais e culturais que garantam os interesses das classes trabalhadoras e do povo em geral através do programa do Governo Provisório, reconhecimento oficial do idioma galego para todos os efeitos, nova estrutura do Estado espanhol de modo a que o Governo Provisório Galego participe no processo constituinte que dê forma a um Estado federal ou confederal em que as atribuições e competências fiquem garantidas no plano de igualdade.

Aqueles elementos, que se consideraram apenas porta-vozes de uma plataforma política, deram ainda conta de vários aspectos da evolução recente da política nas várias regiões de Espanha afirmando que o Conselho agora criado «assumirá a representaçao da alternativa democrática galega sem prejuízo das alianças que existem com diferentes organizações políticas dos povos do Estado espanhol que não poderão atentar contra os princípios deste pacto».

Afirmaram também que a já existente Assembleia Nacional Popular Galega é uma alternativa democrática não partidária da institucionalização de um poder galego, mas que não será menos necessária a plataforma interpartidária que surge com a criação do Conselho das Forças Políticas Galegas.

O Conselho distribuiu ao povo galego, com data de 5 de Janeiro último, um comunicado subscrito pelas quatro organizações que o integram dando conta dos seus objectivos.

A F.R.A.P. DENUNCIA TORTURAS

Em comunicado datado de 8 do corrente dirigido «a todo o Povo Português» e subscrito pela organização revolucionária espanhola F.R.A.P., são denunciadas as medidas que continuam a pesar sobre combatentes antifascistas e revolucionários detidos pela Polícia espanhola.

Afirma-se a dado passo: «apesar das medidas demagógicas do Governo e de toda a sua farsa «democratizante», «liberalizante», etc., na Espanha de hoje as prisões encontram-se cheias de presos políticos antifascistas que sofrem directamente na sua pele a repressão de um regime ainda tirano e fascista».

Acrescenta-se que Silvia Carretero, companheira de Sanchez Bravo, fuzilado em 27 de Setembro último, foi posta em liberdade provisória e agoara de novo detida e acusada «de conhecer as intenções do seu marido».

Por outro lado, Garcia Benito, acusado de ser militante da F.R.A.P., encontra-se há um mês detido e hospitalizado com transfusões contantes de sangue por ter sido torturado e sofrido choques eléctricos.

A F.R.A.P. apela para todos os órgãos de vontade popular, operários, camponeses, intelectuais e todos os antifascistas portugueses a fim de se solidarizarem para apoio da luta do povo espanhol pela liberdade dos presos políticos e regresso dos exilados. Exigem ainda um inquérito sobre o caso de Garcia Benite e a sua libertação imediata, anulação dos conselhos de guerra de Goloso, Burgos e outros e liberdade imediata de todos os presos políticos.

Governo democrata-cristão formado em Itália

. ROMA, 12 — (ANOP) — O presidente Giovanni Leone, da Itália, aprovou o novo Governo formado por Aldo Moro, o que põe termo à crise política existente há 35 dias no país.

Este é o trigésimo oitavo Governo na Itália em 32 anos e o quinto Governo formado por Aldo Moro.

QUINTO GOVERNO DE ALDO MORO

ROMA, 12 (ANOP) — O primeiro-ministro indigitado, Aldo Moro, apresentou ontem ao presidente da República italiana a lista oficial dos novos ministros do seu quinto Governo, constituído totalmente por elementos da Democracia Cristã.

São os seguintes os nomes que constam na lista:

— Ministro sem pasta — Tomasso Morlino e Francesco Cossiga.

— Negócios Estrangeiros — Mariano Rumor.

— Interino do Interior — Arnaldo Forlani.

— Justiça — Francesco Paolo Bonifacio.

— Orçamento e Programação Económica — Giulio Andreotti.

— Finanças — Caetano Stammati.

— Tesouro — Emilio Colombo.

— Defesa — Arnaldo Forlani.

— Educação — Franco Maria Malfatti.

— Obras Públicas — António Pietro Gullotti.

— Agricultura — Giovanni Marcora.

— Transportes — Mário Martinelli.

— Correios e Telecomunicações — Giulio Orlando.

— Indústria, Comércio e Artesanato — Carlo Donat Cattin.

— Trabalho e Previdência Social — Mario Toros.

— Comércio Externo — Luigi Ciriaco de Mita.

— Marinha Mercante — Giovanni Gioia.

— Participação Estatal — Antonio Bisagla.

— Saúde — Luciano dal Falco.

— Turismo e Espectáculos — Adolfo Sarti.

— Bens Culturais e do Ambiente — Mario Pedini.

Moro constituiu o novo Governo, que é formado apenas por democratas-cristãos e que prestaram juramente hoje.

Do novo Governo foi excluído a seu pedido Luigi Gui, ministro do Interior no último Governo, que foi substituído interinamente pelo ministro da Defesa do anterior Governo, Arnaldo Forlani.

A Imprensa italiana publicou ultimamente notícias segundo as quais Luigi Gui teria recebido dinheiro da companhhia norte-americana Lockheed de modo a favorecer a compra de aviões àquela companhia quando ele era ministro da Defesa, nos anos 60.

O secretário-geral da Democracia Cristã, Benigno Zaccagnini, declarou aos jornalis que Luigi Gui tinha pedido, pessoalmente e por escrito, a Aldo Moro para não fazer parte do Governo.

Gui, de 61 anos, desmentiu que tivesse recebido quaisquer verbas da Lockheed relacionadas com a venda à Itália em 1970 de 14 aviões de carga C-130, e apresentou uma declaração ao Procurador da República pedindo que realize um inquérito sobre o caso.

Antes de Aldo Moro ter preparado o seu gabinete e de ter apresentado a lista ao presidente Leone, uma comissão parlamentar especial anunciou iniciar hoje investigações sobre as notícias de pagamentos efectuados pela Lockheed a políticos italianos.

Um memorando da Lockheed, datado de 1970 e revelado em Washington na passada semana por umà subcomissão do senado, revelou que aquela companhia de aviação pagou 1.600.000 dólares para promover a venda dos seus aviões na Itália.

O memorando não continha nomes, mas dois jornais italianos apontam os nomes de Luigi Gui e de Mario Tanassi, também antigo ministro da Defesa e actual secretário-geral do Partido Social-Democrático.

Tanassi desmentiu também a acusação e ameaçou processar os dois jornais: «Il Messaggero» e «Paese Sera», ambos de Roma.

Na terça-feira, o Partido Comunista, que está a fazer uma campanha para conseguir participação no Governo usando como tema «as nossas mãos estão limpas», solicitou um inquérito parlamentar oficial sobre o assunto.

Ontem, o Partido Socialista, cuja abstenção é necessária para a sobrevivência do Governo minoritário de democratas-cristãos, juntou-se aos comunistas no pedido para um inquérito oficial. O Partido Socialista anunciou que o caso envolvia não só «pagamento de verbas a políticos italianos, mas questões de materiais estratégicos que envolvem directamente a segurança nacional e a defesa».

O escândalo Lockheed ameaça fazer com que o Governo de Moro seja um nado-morto ou que tenha apenas escassos meses de vida.

Aldo Moro, que pela quinta vez formou Governo, criou um gabinte composto apenas por democratas-cristãos, depois de não ter conseguido uma coligação centro-esquerda.

Moro, no entanto, desapontou muitos elementos do seu partido por se ter recusado a afastar os postos-chave ministros da velha guarda.

Apenas três novas caras foram incluídas no Governo: o senador Luciano dal Falco, como ministro da Saúde, o juiz-presidente do Tribunal Constitucional Francesco Bonifacio, como ministro da Justiça, e o economista Gaetano Stammati, como ministro das Finanças.

CONSTITUIÇÃO CUBANA: VOTAÇÃO NO DOMINGO

HAVANA, 12 — (ANOP) — O gabinete político do Comité Central do Partido Comunista de Cuba exortou todo o povo «a cumprir o dever revolucionário de votar pela nossa Constituição democrática, socialista e revolucionária» no próximo domingo.

O comunicado respectivo sublinha que este acto propícia ao país ums «Constituição socialista que corresponde integralmente às transformações económicas, sociais e políticas determinadas pelo combate heróico e o trabalho abnegado do nosso povo».

«Esta Constituição» — acrescenta o comunicado — «consolidará juridicamente as conquistas da revolução e será um passo decisivo no processo de institucionalização do nosso poder revolucionário, do nosso Estado socialista e do desenvolvimento da legalidade socialista.»

Juristas denunciam tortura no Uruguai

GENEBRA, 12 (R) — A Comissão Internacional de Juristas (I. C. J.) anunciou hoje que violações dos direitos humanos no Uruguai — incluindo numerosas mortes por tortura — prosseguem 18 meses após a I. C. J. ter condenado os abusos num extenso relatório.

A I. C. J. noticiou prisões em massa de suspeitos políticos, especialmente estudantes, sindicalistas e intelectuais, o ano passado.

A Polícia ou oficiais do exército à paisana estão a levar a cabo «prisões, anónimas e ilegais», e os suspeitos são mantidos incomunicáveis em quartéis, durante longos períodos além de serem maltratados e torturados», acrescentou a I. C. J.

No suplemento anual ao seu primeiro relatório, publicado em Junho de 1974, a comissão de juristas afirma que o Governo apoiado pelos militares alargou também os poderes dos tribunais militares, retroactivamente, a fim de cobrirem todas as ofensas políticas.

No último ano, o Governo intensificou o seu domínio sobre a educação, aumentou a repressão à Imprensa e aprovou novo decreto autorizando a confiscação de propriedades de suspeitos políticos — salienta a referida comissão.

A I. C. J., com sede em Genebra, é uma organização independente de advogados que conduzem uma campanha a favor de Governo pela lei em todo o Mundo.

RELATÓRIO SOBRE O CHILE

GENEBRA, 12 — (ANOP) — A Junta Militar chilena mandou executar sem julgamento ou assassinou em consequência das torturas mais de três mil presos políticos, segundo comprovou uma investigação da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

O relatório dessa comissão publicado na sede das Nações Unidos em Genebra sublinha que «a tortura se transformou numa parte integrante do actual regime».

Caleidoscópio

■ CIDADE DA GUATEMALA, 12 — (ANOP e R) — Um novo e violento sismo abalou ontem, à noite, a cidade da Guatemala, pouco depois de ter sido anunciado que o balanço trágico em consequência dos terramotos tinha aumentado para 18 982 mortos.

Entretanto, a agência noticiosa mexicana Notimex, reportou que o presidente da Guatemala rejeitou uma oferta britânica de alimentos e medicamentos, destinados às vítimas dos tremores de terra.

Há anos que a Guatemala e a Grã-Bretanha discutem por causa do estatuto da colónia britânica de Belize, que a Guatemala afirma ser parte do seu território.

■ LONDRES, 12 — (R) — Patrulhas da polícia foram reforçadas hoje à volta de edifícios públicos e foram tomadas mais precauções para guardar figuras de destaque em toda a Grã-Bretanha, após o falecimento, ontem, à noite, de Frank Stagg, um elemento do IRA que fazia uma greve de fome, na prisão de Wakefield.

O IRA anunciou imediatamente em Belfast e em Dublin que represálias seriam exercidas por causa da morte de Stagg.

As autoridades temem que as represálias possam incluir atentados bombistas e contra a vida de funcionários governamentais.

■ QUITO (EQUADOR), 12 — (R) — Receia-se que tenham morrido pelo menos 60 pessoas ao regístar-se a noite passada um desprendimento de terras em Esmeraldas City, a 200 quilómetros a norte de Quito — anunciou a polícia.

■ SAN FRANCISCO (CALIFORNIA), 12 — (ANOP) — Um juiz federal decidiu ontem que Patricia Hearst actuou de livre vontade quando fez gravações e fugiu com os seus raptores depois do assalto a um banco de San Francisco.

■ LONDRES, 12 — (R) — Faleceu ontem o major-general «Sir» Colin Gubbins, director dos serviços secretos britânicos durante a Segunda Guerra Mundial, que foi o homem que teve a ideia de organizar a resistência clandestina armada contra as potências do Eixo. Tinha 79 anos.

A C.I.A. PRETENDEU ASSASSINAR NASSER

. WASHINGTON, 12 — (R.) — A C. I. A. esteve prestes a assassinar por erro o presidente egípcio Nasser — declarou hoje um antigo funcionário dos serviços secretos.

As alegações de uma conspiração da C. I. A. contra o falecido dirigente egípcio estão contidas no primeiro número de «Washington Newsworks», uma revista anti-«establishment» que entrevistou o antigo analista dos serviços secretos da C. I. A., John Marks.

Marks, co-autor de um «best-seller» intitulado «The Cia and the cult of Intelligence», foi citado como dizendo que a agência organizou três unidades de assassínio árabes devido a um mal entendido entre o então secretário de Estado, John Foster Dulles, e o seu irmão, Allen Dulles, chefe da C. I. A.

Marks declarou que, de acordo com o relato feito por um antigo agente da C. I. A., John Foster Dulles queixou-se numa reunião política de alto nível de que a viragem do presidente Nasser para a União Soviética estava a provocar problemas aos Estados Unidos.

Em resposta às queixas, o seu irmão Allen inquiriu se havia algo que a C. I. A. pudesse fazer, ao que o secretário de Estado respondeu que a agência devia «eliminar esse problema» — prossegue o artigo.

«A palavra espalhou-se e a agência organizou três equipas árabes de assassínio.

Meses após a primeira reunião política, John Foster Dulles contínuava a queixar-se do presidente Nasser e Allen Dulles declarou: «Não se preocupe. Vamos eliminar esse problema. Ainda temos uma equipa a funcionar».

Nesse ponto — relata ainda Marks — «a confusão espalhou-se pela sala e foi dada ordem para fazer parar a equipa (...) Tratava-se de uma autêntica má interpretação».

Morreu o actor Lee Cobb

LOS ANGELES, 12 (R) — Lee J. Cobb, o actor veterano de tantos filmes e séries de televisão, faleceu ontem, vitimado aparentemente por ataque cardíaco, na sua residência em Woodland Hills, um subúrbio de Los Angeles. Tinha 64 anos.

Entre os filmes em que apareceu contam-se «Há Lodo no Cais» e «O Homem do Fato Cinzento».

Um novaiorquino, Cobb começou a sua carreira na Califórnia, em 1931, na Pasadena Community Playhouse, de que foi, mais tarde, director.

Nos últimos anos, o actor apareceu na série da televisão «O Maioral».

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA GOLEGÃ

A N Ú N C I O

Pelo Tribunal Judicial da Comarca da Golegã e Secção de Proessos respectiva — P.º 34/75, correm éditos de sessenta (60) dias, contados da segunda e última publicação do presente anúncio, citando o Réu AGOSTINHO MARQUES, solteiro, operário, actualmente ausente em parte incerta de África do Sul e com última residência conhecida na Estrada de A-dos-Loucos, Bairro Fernanda Maria, Alhandra, comarca de Vila Franca de Xira, para no prazo de dez (10) dias findo que seja aquele dos éditos, contestar, querendo, a Acção Especial de Divisão de Águas que António dos Santos e mulher Emília Maria movem ao citando e outros, cujo pedido consiste em ser reconhecido o direito dos Autores a 840 litros de água diários dos poços instalados num prédio rústico dos Réus, sob pena de se proceder à nomeação de peritos, conforme tudo melhor consta do duplicado da petição inicial que se encontra na Secretaria deste Tribunal à disposição do citando.

Golegã, 7/2/76

O JUIZ DE DIREITO, (a) **Joaquim José Garcês Palha da Silveira.**

O ESCRIVÃO DE DIREITO, (a) **José Augusto Temido Caetano.**

PUB

ESCLARECIMENTO

Dado que as notícias publicadas nos Órgãos de Informação podem ter lançado a confusão no público, e não só, as Comissões de Trabalhadores do Sector Cervejeiro reunidas em 11/2/1976, esclarecem:

1.º — Não estão contra o aumento do preço da cerveja, estão sim, por ele ter incidido sómente sobre o Imposto de Transacções sem contemplar a produção,

2.º — Baseiam a sua posição no facto do preço da cerveja na produção ser o mesmo de 1947, pois os aumentos que têm sobrecarregado o consumidor são devidos apenas ao Imposto de Transacções.

3.º — Não podem ainda deixar de reafirmar que a determinação do Governo contrariou o compromisso assumido com as Comissões Administrativas do Sector de que não haveria aumento de preços sem que os trabalhadores fossem previamente ouvidos.

AS COMISSÕES DE TRABALHADORES DA CERGAL, COPEJA, CUFP, IMPERIAL e S.C.C. (Fábricas n.º 1, 2 e 3, Entreposto n.º 1 e 2, Entreposto n.º 3, Cervejaria Trindade e Sede).

11 de Fevereiro de 1976

Espectáculos

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

Ó My God (Spell)!

«GODSPELL», de John Michael Tabelak. Música: Stephen Schwartz. Tradução: Fátima Fernandes. Adaptação: Companhia Godspell. Canções: António de Cabo e Carlos Quintas. Direcção: António de Cabo. Direcção Musical: Jorge Machado. Direcção Coreográfica: José Luís Ardiz. Assistente de Direcção: Fernando Jorge Marques. Cenários, Luzes, Som e Guarda-Roupa inspirados na montagem original. Intérpretes: Alexandra, Ana Bel, Carlos Quintas, Joel Branco, Norberto de Sousa, Nuno Emanuel, Miguel Falcão, Rita Ribeiro, Vera Mónica, Verónica. Quarteto 1111. Produção: Vasco Morgado. Teatro Villaret. 7/2/1976.

Diálogo à saída do Villaret:

Ele — Eh, pá! Isto é bestial!

Ela — Adorei, adorei. Um espanto! Depois venham dizer-me que nós não somos capazes de fazer tão bom como lá fora...

Ele — Tu viste o espectáculo em Londres?

Ela — Vi, pois. E digo-te uma coisa: esta não fica a dever-lhe nada, mas nada.

Ele — Que eu até acho que este num aspecto é superior: percebe-se muito melhor!

Ela — Pois é, pá. E a categoria do cenário e da encenação!

Ele — Não exageremos. Lá nisso o espectáculo pode não ser original, e também não percebo — se há coisas já feitas em bom para que diabo se há-de gastar tempo a fazer outras?

Ela — Tens toda a razão. Isso é que é moderno. É a técnica do supermercado, do enlatado.

Ele — E não me digas que não houve um grande esforço de inteligência e de imaginação na adaptação que até é um trabalho colectivo. Aquilo às vezes até parece uma revista à portuguesa, das boas, é ou não é?

Ela — Foi uma ideia girissima aquela de meterem um fado bem castiço.

Ele — E a mula da cooperativa e a cidade maravilhosa...

Ela — E o gozo com o «Somos livres, somos livres».

Ele — E não te esqueças daquelas piadas novas e bem mandadas a esses palermas que estão sempre a dizer «fim de citação», «e não só», e coisas dessas.

Ela — E aquela ideia de porem uns a falar à moda do Porto, outros à alentejana...

Ele — Até pareciam que estavam a imitar o compadre alentejano dos Parodiantes...

Ela — ...Outros à Alfama — é um desarricanço.

Ele — Outra coisa bem metida é aquele aparte do Norberto de Sousa, a dizer que sempre haverá oprimidos, pois então.

Ela — Achas que ele diz aquilo a sério?

Ele — Clarissimo, filha.

Ela — Não há dúvida, quando queremos — quando o Vasco (1) quer — até somos bestialmente criativos.

Ele — E não te esqueças daquela lição de moral, melhor política...

Ela — O filho, não me venhas com políticas que estou farta...

Ele — Tem que ser, filha, tem que ser. O que é preciso é que seja séria, como nesta peça...

Ela — Eu gostei muito daquela cena em que o patrão topa os trabalhadores na boa vai ela, e atira-se a eles como manda a lei.

Ele — ...E a história dos dois irmãos! Um deu cabo da herança, foi estroinar para o Brasil e quando regressou vinha teso como um carapau. O outro ficou na terra a trabalhar no duro. Mas depois ficaram os dois amigos e iguais. E até lamberam do mesmo sorvete. É bonito. Viva a fraternidade universal!

Ela — Abaixo a luta de classes!

. Ele — Viva a liberdade!

. Ela — Abaixo o socialismo!

. **Nota do crítico** — Se um espectáculo musical se pode fazer sem artistas que tenham voz para cantar e saibam dançar — então «Godspell» é um bom espectáculo; se os artistas dispendem imensa energia em saltos e correrias e no entanto o espectáculo não tem ritmo, arrasta-se, chateia (é a falta de chamado **timing**, não é?) — então «Godspell» está o.k.

De sublinhar a participação do Quarteto 1111, o à-vontade e facilidade de criação da personagem por parte da jovem Ana Bel (muito desfavorecida pelo traje que lhe coube), os esforços dispendidos por todos na tentativa de fazerem o que não podiam: um musical a sério. Em Cristo, Carlos Quintas representa pior do que canta, no mau da festa, Norberto de Sousa antes pelo contrário.

O espectáculo foi um êxito. O êxito vai continuar. É bastante adequado à clientela do Saldanha e Av. de Roma. Ou do Campo Pequeno dominical.

(1) Morgado, certamente.

José Cid, que se popularizou à frente dos «Green Windows», aparece agora a dirigir «Preâmbulo Que»

José Cid dirige novo agrupamento

José Cid é produtor e director de um novo agrupamento musical que se formou no Norte, o «Preâmbulo Que», a estrear com um «single» na marca «Emi» da Valentim de Carvalho.

As composições que o grupo estreia — «Tens um País» e «Longe de mim e do mundo» são da autoria de dois dos elementos que o integram.

MARIA VITÓRIA TODOS OS DIAS 2 SESSÕES

Não aconselhável a menores de 18 anos em novos horários:

1.ª SESSÃO, às 20.30
2.ª SESSÃO, às 22.45
terminando os espectáculos à 1 hora

Força, Força,

Camarada Zé!

FLORBELA em «A Visita da Velha Senhora»

Salvador•Florbela
Henrique Santana

Vítor Mendes
Carlos Gonçalves

Atracção:
Cidália Moreira

LOURDES LIMA ★ DANIEL GARCIA ★ ODETE ANTUNES ★ NELA DUARTE ★ IGOR SAMPAIO ★ AIDA GOUVEIA
à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

●

AOS DOMINGOS E FERIADOS
«MATINÉE» às 16 horas
Às 2.ªs-feiras: Descanso da Companhia

●

TEATRO INFANTIL
AOS SÁBADOS
às 16 horas (para todos)
«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»

●

Entradas a 10$00, 15$00 e 20$00 (SÓ!)

"Mel Pastel, um boneco de papel"

Até meados de Março continua em cena a peça infantil «Mel Pastel, um boneco de papel», que o grupo CITEC encenou e leva à cena para as crianças do concelho de Leiria.

O grupo CITEC — Centro de Iniciação Teatral Ester de Carvalho, de Montemor-o-Velho — apresentou já dois espectáculos, nas Colmeias e na Barosa. Está prevista uma próxima apresentação no dia 28, no salão paroquial do Souto de Carpalhosa, e, no dia seguinte, no salão junto à capela das Chás, na freguesia de Regueira de Pontes.

Até ao dia 21 do próximo mês, o CITEC representará a peça infantil em várias localidades do concelho.

O espectáculo tem o patrocínio dos Bombeiros Municipais, da Câmara Municipal, da direcção do distrito escolar, da escola do Magistério Primário, da GNR, da PSP e do Regimento de Artilharia de Leiria.

Animação no Palácio Foz

Sob o tema «Animação como forma de divertimento» prossegue hoje o ciclo que está decorrer no Palácio Foz, dedicado a este tipo de cinema.

As sessões estão marcadas para as 15, 18.15 e 21 horas, podendo os bilhetes ser adquiridos na agência de Turismo — Palácio Foz — ao preço unitário de cinco escudos.

José Régio e Redol encenados em Setúbal

Está marcada para Março a estreia do segundo espectáculo do Teatro de Animação de Setúbal (TAS), que incluirá textos dos dramaturgos portugueses José Régio e Alves Redol, interpretados por António Assunção, António Banha, Carlos César, Carlos Daniel, Francisco Costa, Gonzaga Natércia, João Manuel, Luís Amaral, Luís Jacobetty, Maria Simões e Mário Anjos, com encenação de Carlos César.

O TAS, primeira companhia profissional descentralizada, com sede em Setúbal, continua entretanto em digressão pelo Norte do distrito com a peça de Claude Confortés «A Maratona». Os próximos espectáculos são no sábado, às 21,30 horas no Barreiro — Clube 22 de Novembro, e no domingo, às 15 horas, no mesmo local, onde o TAS leva à cena o espectáculo infantil «Mini-Maratona», patrocinado pelo FAOJ (Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis).

Concurso em Viseu de Teatro Amador

Inscreveram-se dez agrupamentos teatrais no I Concurso de Teatro Amador, integrado nas Jornadas Culturais que o Orfeão de Viseu leva a efeito.

O prazo de inscrição foi prorrogado até ao dia 16, em virtude dos numerosos pedidos que nesse sentido foram dirigidos aos organizadores.

Os grupos que até agora se inscreveram são: «Teatro Amador Gruta», de S. João de Lourosa, «Orfeão de Viseu», «Ceifeiras da Beselga», de Penedono, «Cénico e Cultural da Casa do Povo de Tonda», de Tondela, «Cénico da Casa do Povo de Nespereira», de Gouveia, «CATEC — Amador de Teatro de Empregados de Comércio», da Póvoa do Varzim, «Casa de Cultura de Viseu», «Teatro Popular», de S. Pedro do Sul, «T. A. C.», Canas de Santa Maria, «Recreativo Musical Rerizense», de Castro Daire.

As peças que os grupos inscreveram para apresentação são «O doido e a morte», «As mãos de Abraão Zacut», «As duas caras do patrão», «Senhor de Pourceaugnanc», «Casa de Pais», «O herói», «Auto da Compadecida», «Arraia Miúda», «O avejão», e «O louco da aldeia».

O júri será constituído por elementos do F. A. O. J., A. P. T. A., e Inatel.

Após o fecho da inscrição, os organizadores enviarão a todos os grupos a relação definitiva dos concorrentes e peças, e será marcada uma reunião para tratar de assuntos respeitantes à orgânica do Concurso.

Os grupos interessados em fazer a sua inscrição não poderão apresentar nenhuma das peças já inscritas pelos agrupamentos que se lhe antecederam.

O contacto deverá ser feito para Orfeão de Viseu, Rua Direita, 149, Viseu.

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal
AVENIDA ALMIRANTE REIS, 45, 1.º
TELEFS.: 83 93 18 / 84 86 33 — LISBOA - 1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo dos art.os n.os 35.º n.º 1, alínea b) e 43.º, alínea g) dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral do Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento, Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul, em sessão extraordinária, para o dia 28 de Fevereiro de 1976, às 21 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, à Av. Rovisco Pais, em Lisboa.

ORDEM DE TRABALHOS:

1.º — Deliberar sobre a associação do Sindicato a uma pretendida Federação de Sindicatos do sector, a constituir;
2.º — Deliberar sobre o projecto de Estatutos dessa Federação;
3.º — Deliberar sobre os poderes a atribuir à Direcção para praticar os actos necessários à materialização daqueles objectivos.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) Filipe de Morais Farias

NOTA — Os sócios devem fazer-se acompanhar dos seus cartões de associados

Pasta Medicinal Couto
Evita e trata doenças da boca
PORQUE É MEDICINAL

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

JENNIE E COCA-COLA

Lá prossegue o romance de *Jennie,* capaz de fazer as delícias da burguesia inglesa, com aquelas turbulências parlamentares, aquelas piadinhas de compadres nos bastidores, aquelas intrigazinhas — familiares, claro — de velhos com barba e jovens que hão-de tê-la, enfronhados no carreirismo político, a ver quem mais depressa trepa no coqueiro, perdão!, no poleiro. Tudo isso misturado com uma pitadinha de...*flirt* que tão vai aos ingleses na hora do chá. A lei seca sexual da era vitoriana foi um acidente ou, se preferirem, um quiproquo.

Simplesmente eu não pertenço, à burguesia aristocrática da Inglaterra, ou à sua aristocracia burguesa. Fico estranhamente de fora destes malabarismos de fotonovela. Prefiro os jogos de râguebi, aos sábados. Prefiro, por exemplo, saber notícias dos mercenários ingleses e da triste sorte que tiveram na República Popular de Angola, quando lutavam por uma injusta causa. Prefiro — ninguém me pode levar a mal — saber notícias do meu país.

A propósito de Angola: foram dadas notícias breves, secas, telegráficas dos êxitos do M. P. L. A. quer no plano militar, quer político. Desta vez foi o Togo que reconheceu a República Popular de Angola. De cada vez que anunciam o *Telejornal* digo com os meus botões: hoje é que o Governo Provisório Português reconhece o Governo definitivo de Angola...

Ainda não foi ontem. Não sei o que se passa, devem ser coisas muito importantes e danosas para o nosso país. T'arrenego! Ou se calhar ainda estamos na fase expressa por Medeiros Ferreira, perante as câmaras de Televisão, quando veio da reunião internacional, de se considerar apenas para Angola uma solução política, através do entendimento entre os três «movimentos». Posição que, por coincidência era assumida pelo sr. Kissinger. Digo *era* porque parece que já não é...

De qualquer modo ainda não foi ontem. Certamente o será dentro dos próximos dez anos.

O PAI DA ZÂMBIA

Meus Deus!, é um alívio quando não há Momento *Político* depois do *Telejornal*. Meia hora de promoção eleitoralista depois de informação...«pluralista», é demasiado, mesmo para estômagos pesados e olhos experimentados como os meus. De modo que é assim: ou *Jennie,* ou Carneiro; ou *Eleonora* ou Zenha; ou *Thibault,* ou Machete. Ou a imaginação, ou a realidade. A ficção em luta com a fricção. Antes a ficção, claro.

O serão de ontem depois da *Jennie* transportou-nos à África. Estivemos na Zâmbia do sr. Kenneth Kaunda. Zâmbia, com a sua imensa riqueza de cobre (em mãos de quem, Zâmbia, em mãos de quem?), com os seus quatro milhões de habitantes, com a sua capital Lusaka, de 350 mil habitantes entre os quais 160 mil a viver em bairros de lata.

Isto não foi dito ontem. Ontem foi, principalmente, para ouvirmos Kenneth Kaunda dissertar sobre a sua invenção de «humanismo africano».

Kaunda, quando o repórter foi ter com ele, estava a treinar-se no *golf*. Entre uma e outra pancada, o «Pai da Zâmbia» vai explanando as suas teorias, após o que, em resumo, ficamos a saber que o humanismo dele se baseia em Cristo mais espírito africano mais social-democracia.

Começa a ser tudo muito complicado a esta hora da noite, e com tão reduzidas informações que possuimos sobre Trás-os-Montes, quanto mais sobre a Zâmbia. Algumas afirmações de Kaunda não deixam de parecer estranhas na Zâmbia como em qualquer outra parte.

Diz ele, por exemplo, que conhece as obras de Marx, Engels, Lenine, e Mao-Tsé-Tung. Prefere Cristo, entre outras razões, porque aquilo que aqueles diziam já se encontrava na mensagem de Cristo. Quer dizer: segundo Kaunda a teorização da mais-valia, a capitalização, da flutuação dos salários, da alienação, do imperialismo, como etapa derradeira do capitalismo, etc., etc., isso tudo já vinha nos sermões da Montanha e do lago Tiberíades bem como, a maneira mais aprofundada, na parábola do filho pródigo.

Escusado será dizer que para ouvirmos Kaunda dissertar com tamanha convicção sobre a sua confiança na «unidade mundial», ficámos sem saber uma data de coisas, como por exemplo, as relações da Zâmbia com o capitalismo mundial, essa história do cobre, etc.

A câmara foca, de maneira bem visível, o carrinho de mão cheio de garrafas de coca-cola. Um símbolo? Talvez. Não sei porquê, mas onde há bairros de lata, operários explorados, riqueza em mãos estranhas, quando isso acontece, acontece sempre *coca-cola*. Não sei porquê.

"Voo" de livros para o Brasil

A Sociedade de Língua Portuguesa corre o risco de não recuperar cerca de três mil livros raros que desapareceram do seu património bibliográfico. De acordo com uma carta que nos foi remetida, esses três mil livros teriam sido abusivamente enviados para o Brasil, onde se encontra o presidente da direcção, que renunciou ao cargo que ocupava desde Janeiro de 1975.

Entretanto, alguns dos sócios daquela instituição resolveram criar um secretariado provisório que velará pela integridade do património da sociedade e a quem incumbirá também convocar, com a máxima urgência, uma assembleia geral a fim de eleger os novos corpos gerentes e clarificar a questão da saída dos livros.

Acerca desse problema contactámos um dos elementos do secretariado provisório, o sócio-fundador José de Almeida (outros membros do mesmo secretariado são Hortênsia Neves de Sousa, capitão Correia Campos, Fernando Sylvan e João Cabanita), o qual nos afirmou que aqueles três mil exemplares raros se encontram no Brasil, onde também está o presidente cessante, um antigo coronel que prestou serviço militar em Angola.

«O caso será debatido na nossa próxima reunião geral» — adiantou-nos aquele associado — «bem como as «demarches» que deveremos encetar para recuperar o recheio agora desaparecido».

"BOLSA MALHOA" PARA JÚLIO PEREIRA

Um pintor oriundo da classe operária, Júlio Pereira (conhecido na intimidade por Júlio «caldeireiro»), ganhou este ano a bolsa de viagem José Malhoa, já atribuída, entre outros, a mestre Abel Manta, Celestino Alves, Nikias Skapinakis, etc.

De facto, a Sociedade Nacional de Belas Artes retomou nos últimos anos a atribuição, que lhe compete da Bolsa de Viagem José Malhoa, (doze contos) através da organização de um «Salão» denominado Convívio, a que todos os sócios podem concorrer e votar no autor que mereça beneficiar da herança deixada por José Malhoa à S.N.B.A.

Teatro Maria Matos

A RTP apresenta

«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»
de Bertolt Brecht
com
RAUL SOLNADO
no protagonista
Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinées», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia
Bilheteira Tel.: 897017
A.B.E.P. Tel.: 328823
Não aconselhável a menores de 13 anos

COMUNA
Teatro de Pesquisa
DIARIAMENTE, às 21.30
FOGO!
TEXTO COLECTIVO
DOMINGO — Matinée às 18 h.
2.ª FEIRA — DESCANSO
Preço único — 20$00
PRAÇA DE ESPANHA
METRO - PALHAVÃ
Tel. 762624

A C. P. INFORMA

LEILÃO

Em 16 de Fevereiro e dias seguintes, às 10 horas, na estação de Alcântara-Terra, proceder-se-á à venda, em hasta pública, de todas as remessas que não tenham sido retiradas nos prazos legais, bem como de outros volumes abandonados e que não tenham sido reclamados.

Avisam-se os Srs. Expedidores e Consignatários das remessas e donos dos volumes de que podem ainda retirá-los até ao dia 13 de Fevereiro, nos dias úteis, excepto aos sábados, das 10 às 17 horas.

Para o efeito devem ser pagos aos Caminhos de Ferro os débitos que corresponde em para o que os interessados poderão dirigir-se ao Serviço Comercial de Mercadorias, Edifício da Estação de Santa Apolónia, em Lisboa.

Nas estações encontram-se afixados os Avisos correspondentes ao referido leilão.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA

CONVOCATÓRIA

Em cumprimento do disposto no art.º 23.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral do Sindicato para reunir nos dias 27, 28 e 29 do corrente nos locais e horas abaixo indicados e com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único — Aprovação do Relatório e Contas.

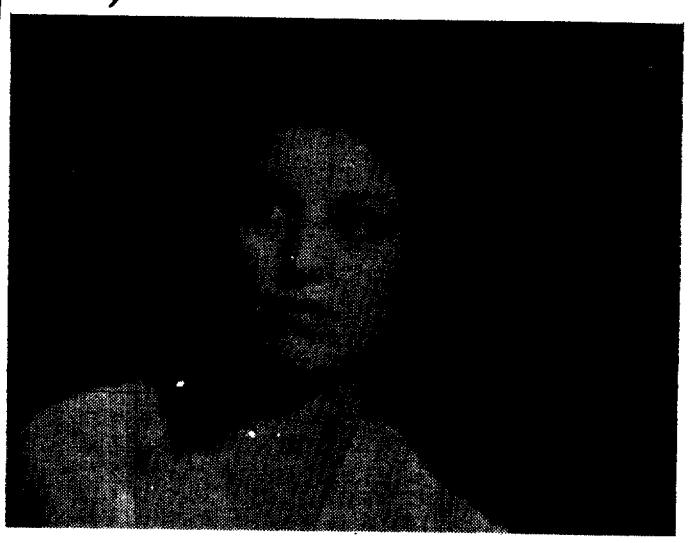
Secção Regional Centro:
Dia 27 de Fevereiro corrente, às 18.00 horas no Teatro Stephens — Marinha Grande.

Secção Regional do Norte:
Dia 28 de Fevereiro corrente, às 16.00 horas, Rua dos Bragas, Salão Nobre de Engenharia, Porto.

Secção Regional do Sul:
Dia 29 de Fevereiro corrente, às 10.00 horas, Rua da Voz do Operário, Salão da Voz do Operário, Lisboa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Ilegível)

Hoje



«Os Thibault»

I PROGRAMA

19.00 Abertura e **Vem Ver como se Faz** — calçadas de Lisboa.
19.15 **Eurovisão** — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — resumo das provas. Transmissão de Innsbruck (Áustria).
19.30 **Momento Desportivo**
20.00 **Com Todas as Letras** — «Benevila», o novo canto popular alentejano.
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.00 **Momento Político** — com o subsecretário do Estado do Tesouro, dr. Herlander Estrela.
21.35 **«Os Thibault»** — série realizada para a Televisão Francesa por André Michel e Alain Boudet e inspirada na famosa obra com o mesmo título da autoria de Roger Martin du Gard, Prémio Nobel da Literatura.
22.25 **Temas e Problemas** — rubrica apresentada pelo Departamento de Programas Político-Sociais.
22.50 **Telejornal** — 3.ª edição
23.10 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **Desenhos Animados**
20.15 **Eurovisão** — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — transmissão directa de Innsbruck na Áustria de um jogo de hóquei sobre o gelo.
22.30 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
23.00 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

....**12.45**: Abertura e Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — resumo dos jogos do dia anterior realizados em Innsbruck na Áustria; **13.15**: Telejornal — 1.ª edição; **13.30**: Largo do Pelourinho — um programa de Isabel da Nóbrega; **14.00**: Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e da TV. **Ciclo Preparatório TV** — **14.10**: Língua Portuguesa (2.º ano); **14.35**: Matemática (1.º ano); **15.00**: Francês (2.º ano); **15.25**: Ciências da Natureza (1.º ano); **15.50**: Educação Visual (2.º ano); **17.35**: Língua Portuguesa (1.º ano); **18.00**: Trabalhos Manuais (2.º ano). **2.º Período** — **19.00**: Programa produzido pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis; **19.15**: Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — resumo dos jogos do dia. Transmissão directa; 19.30: **Impacto**; **20.30**; **Telejornal** — 2.ª edição; **21.00**: Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — Patinagem Artística — transmissão directa; **23.00**: Telejornal — 3.ª edição; **23.20**: Fecho.

II PROGRAMA

....**20.15**: Abertura e Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — transmissão directa de Innsbruck na Áustria, da Patinagem Artística; **21.00**: Noite de Cinema — «O Que Viram os Meus Olhos» («The Window») — ano de produção: 1949: Realização de Ted Tezlaff com Arthur Kenedy, Barvara Hale e Bobby Driscoll; **22.20**: Telejornal — em diferido a edição transmitida às 20 e 30 no I Programa; **22.45**: Fecho.

Desporto

INNSBRUCK, HORA OLÍMPICA

John Curry, da Grã-Bretanha conquistou a medalha de ouro na prova de patinagem artística (homens) dos Jogos Olímpicos de Inverno, que estão a decorrer em Innscbruck. A seguir classificaram-se: Vladimir Kovalev, URSS, 28,0 — 187,64 (prata); Toller Cranston, Canadá, 30,0 — 187, 38 (bronze); Jan Hoffmann, RDA, 34,0 — 187, 34; Sergei Volkov, URSS, 53,0 — 184,08; David Santee, EUA, 49,0 — 184, 28; Terry Kubicka, EUA, 56,0 — 183,30; Juri Ovchinnikov, URSS, 75,0 — 180,04; Minoru Sano, Japão, 79,0 — 178,72 e Robin Cousins, Grã-Bretanha, 83,0 — 178, 14.

Reservas de chutadores: profissionalismo vincado

Sob a égide da A. F. L., começou a disputar-se ontem, em três terrenos (Torres Vedras, Tapadinha e Sintra) um campeonato destinado a turmas de chutadores reservistas. Os desfechos falam por si, vincando a superioridade do profissionalismo sobre o encapotado meio amadorismo: Torriense, 0-Benfica, 1 e Atlético, 0-Sporting, 4. No outro jogo realizado, o Oriental bateu tangencialmente o Sintrense (1-0) no campo contrário.

Eis as linhas e marcadores dos diferentes desafios, começando pelo espectáculo desenrolado no campo «Manuel Marques», em Torres Vedras:

TORRIENSE — Vassalo, Ventura, Aníbal, Carlos Manuel e Jorge; Luís, Ivó (Mário) e Sá Quintas; António Carlos (Perez), Américo e Pombo.

BENFICA — Fidalgo, Malta da Silva, Eduardo Luís, Eurico e Alberto; Carlos (Salvador), Nelinho e Moia; José Domingos, Diamantino e Ibraim.

O único golo da partida foi logrado em nítida posição de fora-de-jogo, por Salvado. Dois cartões amarelos foram mostrados aos benfiquistas Diamantino e Alberto.

No embate na Tapadinha, dirigido por Tolentino Marques, as formações:

. ATLÉTICO — Damião; Costa, Alípio, Vaz e Miranda; Florêncio (Fernando Alves), Leal e Humberto; Luís Filipe, Guerreiro e Seidi.

SPORTING — Matos; Inácio, Amândio, Quaresma e Da Costa (Barão), Vítor Gomes, Paulo Rocha e Baltasar (Santa Clara), Jesus, Libânio e Palhares.

Golos de Vítor Gomes, Costa e Baltasar (2). A desigualdade numérica foi obra da chamada de muitos juniores à turma alcantarense, em face de doenças ou lesões que pesam sobre os pupilos de Carlos Silva, o técnico que, de uma assentada, fez um apelo a sete inexperientes, como efectivos ou suplentes: Barbosa II, Quim, Vítor, Alípio, Cerdeira, Florêncio e Humberto. Notas a destacar: a correcção do «show», a volta aos relvados de Palhares (após a intervenção cirúrgica a que foi submetido) e, especialmente, a animosa réplica que foi possível dar a um «team» altamente profissionalizado pela juventude de Alcantara-Santo Amaro.

Por último, digamos que o jogo em Sintra foi dirigido pelo árbitro lisboeta Santos Ruivo, que teve no seu comando os seguintes jogadores:

. SINTRENSE — Tó; Pedroso, Luís, Sacó e Salvador; Marques II, Sérgio e Arnaldo, Salgado, João (Aires) e Caetano.

ORIENTAL — Artur, Armando Albuquerque, Tozé e Almeida; Jorge, Mateus e Armando Luís; Madeira (Teles), Jerónimo e Carrapito.

Por três vezes a falta de luz fez interromper o jogo.

O solitário remate certeiro foi obra de Jorge.

Para o Campeonato de reservas da 3.ª Divisão, o Atlético do Cacém levou a melhor sobre o Império do Cruzeiro, por marca concludente: 7-2.

AUTOMOBILISMO

10 a 14 de Março: 2100 km de "Vinho do Porto"

A contar para o Campeonato do Mundo realiza-se de 10 a 14 de Março próximo o Rallye de Portugal — Vinho do Porto. A prova, que tem como um dos seus principais objectivos a promoção do Turismo e a divulgação internacional do Vinho do Porto, é apoiada pelo Ministério do Comércio Externo.

Do itinerário do Rallye faz parte um significativo percurso na região do Vinho do Porto, incluindo algumas provas de classificação das quais se destacam a que se disputará no interior da Quinta das Carvalhas, no Pinhão.

O Estoril será o ponto de partida e chegada do Rallye e ainda o termo de uma das etapas intermediárias. Outra zona «contemplada» é a serra da Estrada, onde se disputam também duas provas de classificação.

O Rallye de Portugal 76 terá um percurso total de 2150 quilómetros divididos em três etapas: Estoril-Porto (cerca de 800 km), Porto-Estoril (1100 km) e Estoril-Estoril (250 km). Ao longo destes 2150 km estão previstas 39 provas especiais de classificação que determinarão as classificações.

Entre as equipas oficiais que asseguraram já a sua presença conta-se a Lancia que inscreverá carros para os seus pilotos Sandro Munari e Rafaelle Pinto. Munari, que conta no seu palmarés três vitórias no Rallye de Monte Carlo e Pinto que foi já campeão da Europa e vencedor do Rallye TAP em 1974, disporão de dois Lancia Stratos.

O alemão Walter Rohrl e o escandinavo Kullang serão os dois pilotos oficiais da Opel. Ove Andersson e Hannu Mikkola constituem a equipa da Toyota. Embora sem confirmação oficial, a organização espera ainda a presença da Seat, da Polski e da Ford. A Citröen estará também presente sendo um dos pilotos Francisco Romãozinho.

Para incentivar a participação de pilotos nacionais provenientes dos iniciados e da promoção, a organização reduziu em 50 por cento a taxa de inscrição para os concorrentes que em 1975 tenham participado nos campeonatos nacionais daquelas categorias.

Morte de Burnay Bastos

Vítima de uma doença que já se manifestava há algum tempo, faleceu subitamente o eng. Henrique Burnay Bastos, figura há longos anos ligada ao desporto automóvel quer como praticante quer como dirigente, nomeadamente no Clube 100 À Hora, onde desempenhou diversos cargos.

Burnay Bastos, que foi um dos mais destacados pilotos portugueses de «rallyes», esteve associado ao período de maior desenvolvimento do automobilismo nacional.

PORTUGAL

Encontros de basquetebol realizados ontem, em Lisboa: Queluz, 78-Barreirense, 64 (1.ª Divisão); Seixal, 45-Algés, 59 e C.I.F., 57-C.D.U.L., 59 (juniores).

Chegou um convite da Federação Soviética de Ginástica para duas atletas portuguesas e um dirigente se deslocarem à U.R.S.S., de 31 de Março a 10 de Abril, e alí participarem em competições que vão ocorrer em Moscovo e Riga.

No rol de castigos aplicados esta semana pelo Conselho de Disciplina da Federação de Futebol avistam-se os nomes de 45 jogadores, sofrendo um total de 85 encontros de suspensão, em face de problemas ocorridos na mais recente jornada dos «nacionais». Entre os praticantes mais conhecidos, foi aplicado um jogo de paragem obrigatória ao portista Gomes, ao vimaranense Pedroto e ao benfiquista Barros. Nos escalões secundários, salienta-se (com tristeza) a punição sofrida por Vítor Pereira, do Amora: oito jogos na bancada por «tentativa de agressão ao árbitro, agravada por acumulação e sucessão de faltas». Clubes multados: Varzim, Paços de Brandão e Chaves. Processo de inquérito instaurado ao Amora, castigos a dois dirigentes (Rogério António Amaral, do Vila Real; Guilherme Barros, do Penalva do Castelo), multa e repreensão ao massagista do Lusitano (Fernando José Miguel) e punição idêntica ao treinador de juniores do Atlético (João Aureliano Santos).

Imbróglio sacudido para a D.G.D.: o processo de inquérito referente aos casos verificados no jogo Parede-Sintra, em hóquei patinado, não conseguiu chegar a qualquer conclusão quanto à identidade do agressor ao juiz da partida. Agora, foi entregue a boas mãos.

Árbitros da Escócia vêm dirigir o jogo Benfica-Bayern, para a Taça dos Campeões Europeus.

Os ciclistas profissionais Joaquim Agostinho e Fernando Mendes, envergando a camisola da formação espanhola «Teka», iniciam amanhã o seu trabalho pelo novo patrão, correndo a Volta à Andaluzia (em sete dias, 994 quilómetros a percorrer).

Cartas assinadas pelo técnico Mário Wilson e por quase todos os integrantes do «plantel» futebolístico do Benfica valeram a Vítor Baptista, o «internacional» suspenso pelos «encranados» em face de sucessivos actos de indisciplina. Os processos a que foi submetido estão concluídos, o jogador será castigado mas, para já, foi levantada a interdição de frequentar as instalações na Luz, pelo que já hoje volta a treinar com os companheiros.

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 24, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1976

	RESUMO			BOLAS (a)		
	1	X	2	1	X	2
1. BENFICA-BELENENSES	61	2	1	10	1	1
2. ACADÉMICO-FARENSE	52	11	1	9	2	1
3. UNIÃO TOMAR-BRAGA	47	14	3	9	2	1
4. PORTO-CUF	62	2	0	11	1	1
5. SETÚBAL-SPORTING	16	32	16	3	6	3
6. GUIMARÃES-BOAVISTA	18	40	6	3	8	1
7. ESTORIL-LEIXÕES	55	7	2	10	1	1
8. ATLÉTICO-BEIRA MAR	57	6	1	10	1	1
9. PAÇOS FERREIRA-RIOPELE	53	9	2	9	2	1
10. COVILHÃ-ESPINHO	42	19	3	8	3	1
11. GIL VICENTE-VARZIM	7	17	40	1	3	8
12. SESIMBRA-MONTIJO	24	29	11	4	6	2
13. PORTIMONENSE-CALDAS	59	4	1	10	1	1

a) Nos termos do Artº. 10º. do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será: 111 1XX 111 12X1

O Algarve — 1x1 122 11x 1211; Badaladas — 111 12x 11x 12x1; Boa Nova — 111 12x 111 1221; A Comarca de Arganil — 111 1xx 111 x211; Cavalgada do Ritmo — 111 112 111 1221; O Distrito de Setúbal — 11x 1xx 111 x2x1; Rádio Totobola — 1x1 1x1 1x1 12x1; Barlavento — x12 x21 x1x 21x1; Correio de Coimbra — 111 11x 111 1x21; Correio do Vouga — 111 111 111 1x11; Diário de Coimbra — 111 1x1 111 1xx1; Diário de Lisboa — 111 1xx xx1 xx21; Ecos de Cacia — 111 11x 111 1221; Estrela da Manhã — 111 11x 111 x211; Eu Sei Tudo — 111 12x 111 1xx1; Folha do Domingo — 1xx 1xx 111 12x1; Gazeta das Caldas — 1x1 12x 111 1121; Jornal da Beira — 111 1xx x11 1x21; O Jornal de Felgueiras — 11x 1xx 111 x2x1; O Jornal da Lixa — 111 1x1 111 xx11; Jornal de Sintra — 111 1xx 11x 1221; O Mensageiro — 111 1xx 111 x111; Linhas de Elvas — 1x2 12x 111 1x11; Litoral — 111 12x 121 1x21; Manchete Desportiva — 111 1xx 111 1111; Maria da Fonte — 111 1xx 111 1221; Mundo Desportivo — 1x1 12x 111 12x1; O Norte Desportivo — 11x 1xx x11 12x1; Notícias de Chaves — 11x 121 111 12x1; Notícias de Évora — 11x 1xx 111 12x1; O Diário — 11x 1xx 111 x2x1; Notícias de Felgueiras — 1x1 1xx 111 xxx1; Notícias de Gouveia — 11x x2x 111 1211; Notícias de Guimarães — 111 1x1 111 xx11; Penalti — 111 111 111 12x1; Presença Coimbrã — 111 121 111 1x11; Rádio Altitude — 111 1xx 11x 11x1; Reconquista — 111 1xx 111 1211; Renovação — 111 1xx 111 x2x1; Encontro Musical — 111 1xx 111 1xx1; A Voz do Domingo — 111 111 111 12x1; Voz de Lamego — 11x 1x2 xx1 1221; A Defesa — 211 1x2 1x2 1111; A Voz das Beiras — 1x1 11x 111 1xx1; Alvo Desportivo — 111 12x 111 1xx1; Auto Rádio — 121 11x 11x 121x; O Comércio de Leixões — 111 1x1 x1x x2x1; Estúdio 64 — 1xx 111 1xx 12xx; Jornal de Notícias — 11x 1xx 111 x211; Placard Desportivo — 1x2 11x 111 x 211; O Primeiro de Janeiro — 111 1xx 111 12x1; Rádio Alvo — x11 112 111 x211; Panorama — 11x 111 111 x2x1; Rádio Placard — 111 111 111 1111; Rádio Sports — 111 121 111 1211; A Voz do Casa Pia — 111 1xx 111 12x1; Clube do Ar — 111 1x1 111 121x; Diário do Porto — 111 11x 21x x2x1; Programa Sem Nome — 11x 121 111 1x1x; Quadrante Desportivo — 111 1xx x11 2211; Quadrante Norte — 111 112 111 2211; Repórter do Dia — 1x1 1xx 111 12x1; Resenha Desportiva — 111 1x1 111 x2x1; Ritmo e Amizade — 11x 12x 2x2 xx12.

"PÉ-DI-BOLA CÁ DA CASA": FESTA EM DUAS JORNADAS

A rapaziada cá da casa, dividida por quatro bem **fortes** e **pesadas** equipas de pontapeadores, está a disputar uma «Taça Latina», pretexto (evidente) para mais um motivo de confraternização e estreitamento de laços entre as várias secções da Renascença Gráfica.

Os embates (de características aguerridas, mas de recorte puramente desportivo) decorreram em Pina Manique, no terreno do Casa Pia, e colocaram em duelo **jovens, assim-assim** e **menos jovens,** escolhidos por sorteio para o quadrunvirato de formações, que alinharam do modo que indicamos:

. **«Supersónicos»**: Nicolau, José Teixeira, Rebelo, Magalhães, Plantier, Martins, Vieira, Eugénio Alves, Assis Pacheco e Rogério Rodrigues. Durante o aquecimento prévio, lesionou-se Josué da Silva, pelo que os seus préstimos seriam exclusivamente utilizados no plano arbitral do encontro imediato.

«Marcianos»: Amarante, Gonçalves, Gil. Gonçalves Pereira, Chico Carvalho, Neves, Luís António, Zé Moita, Martins e Fernando Gaspar.

Resultado final: «Supersónicos», 6-«Marcianos», 4. Golos de Assis Pacheco (2), Eugénio Alves (2), Martins e Zé Moita, (na própria baliza), a favor dos «Supersónicos»; Chico Carvalho (3) e Martins (nas suas balizas), pelos «Marcianos».

Segundo jogo:

«Magriços»: Cardoso, Ruella Ramos, Quim Lopes, Augusto, Pimentel, Quim Almada, Vitorino Clóvis, Lourenço e Joaquim Baptista.

«Flechas»: Adelino, Roque, Fernando, Salvador, Rui Madeira, Aparicio, Luís Silva, Neves de Sousa, Ruella Ramos e um colaborador do «DL» que, muito modestamente, se oculta sobre as iniciais de N.N.

Desfecho: «Magriços», 3-«Flechas», 5. Os tentos dos «Magriços» foram assinados por Clóvis, Vitorino e Roque (nas malhas próprias) e os remates certeiros dos «Flechas» pertenceram a Neves de Sousa (2), Fernando (2) e Roque.

Nota quase inédita: Roque conseguiu fazer um golo a favor e outro contra as suas cores, o que significa que é perigosíssimo «craque» e chuta para onde está virado. Um perigo público...

No próximo domingo, tem lugar a jornada decisiva. Vai ocorrer na Tapadinha (a partir das 10 e 30) e engloba dois encontros: «Marcianos»-«Magriços» (para os lugares secundários) e «Flechas»-«Supersónicos» **estando em equação um valioso troféu,** como é hábito dizer-se). Há, também, uma bota especial para o melhor marcador do torneio. E, depois de uns pontapés na bola e outros na atmosfera (esperamos que, inadvertidamente, nenhum pé encontre canela contrária) toca a marchar para uma almoçarada, onde se irá retemperar o físico e preparar nova incursão no palco dos chutadores **eméritos.**

«Supersónicos»: verdes-listados confiam no triunfo final

«Marcianos»: o eng.º Gonçalves Pereira bem tentou...

«Magriços»: nem o dr. Ruella os safou

«Flechas»: atingir a final foi obra

Carlos Carvalho novo director do "Mundo Desportivo"

. Tal como tinhamos informado nas nossas edições de 7 de Janeiro, o lugar de director do colega «Mundo Desportivo» passa a ser desempenhado por Carlos Carvalho, antigo dirigente benfiquista que possue larga experiência da gerência de organismos desportivos sobretudo cimentada pela sua passagem na A.F.L. e na Federação de Futebol. Autor de muitas crónicas sobre problemas de futebol, especialmente vindas a lume em «A Bola» e no jornal do Benfica, Carlos Carvalho sucede a Mário Zambujal que, assoberbado pelos seus afazeres como chefe de redacção do «Diário de Notícias», não podia entregar ao «Mundo Desportivo» o melhor do seu esforço.

Para Carlos Carvalho, no desempenho da sua missão, tal como para «Mundo Desportivo», os nossos melhores cumprimentos.

"O GOVERNO PRETENDE REFORÇAR A CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" — Beja não está de acordo

Comentando e corrigindo a notícia em epígrafe, inserta na nossa edição da passada segunda-feira, recebemos do governador civil de Lisboa, dr. Jose Manuel Duarte, um ofício de que transcrevemos a passagem mais significativa:

. «Publicou o V. jornal de 9 do corrente uma prosa com o título «O Governo pretende reforçar a centralização administrativa — Beja não está de acordo», mosaico de notícias onde a turva intenção começa pelo título e onde, também, a propósito ou a despropósito, é feita uma referência à minha pessoa e à recente nomeação da actual Comissão Administrativa do Concelho de Mafra, em cuja designação tive interferência relevante.

Isso me obriga a vir pedir-lhe a publicação destes esclarecimentos devidos ao público, certo desde já do seu bom acolhimento:

. a) Todos os membros da anterior Comissão Administrativa do Concelho de Mafra haviam apresentado há tempos o seu pedido de exoneração, por razões puramente intrinsecas e sem que o Ministério da Administração Interna ou o Governo Civil tivessem em tal decisão a mínima interferência;

. b) A nova Comissão Administrativa não foi pois «inesperadamente nomeada pelo Governo», como erradamente (?) se diz nessa notícia, antes os elementos demissionários insistiram várias vezes e por diversas formas, junto do governador civil, pela sua substituição;

. c) Falar de eleições para uma comissão administrativa (porquê então comissão administrativa ?) é evidentemente um dislate (que a ignorância pode desculpar, nuns casos, e a má-fé explicar, noutros), sobre o qual não abusarei do seu precioso espaço num esclarecimento devido ao público, que o sabe bem, pois não se ensina o Padre Nosso ao vigário, mormente quando quem carece de lições é o sacristão;

. d) A composição e a distribuição dos lugares da nova Comissão Administrativa haviam sido fixadas em reuniões do signatário com os representantes dos três partidos políticos com maior implantação no concelho — os mesmo que estão representados no VI Governo — e chegara-se a um acordo completo;

. e) Já depois de formado esse consenso, foi comunicado ao governador civil que teria havido várias reuniões de organizações de base concelhias, nas quais teria sido designado um «concelho municipal» que, por sua vez, teria designado uma comissão executiva;

. f) Muito embora sabendo que se tratava daquilo que o redactor parece exclusivamente considerar como «eleições» — reuniões de residentes (e nem sempre só), sem indicação do número de presenças nem da sua relação com o total dos eleitores locais; por vezes sem base geográfica definida; sem certificação de convocatórias para o acto eleitoral; sem acção prévia de apresentação de candidaturas e de esclarecimento; sem qualquer caderno de recenseamento que limite e identifique os participantes nas votações, feitas estas, geralmente, pelo sistema de braço levantado ou, pelo menos, sem qualquer garantia de escrutínio secreto (formas muito apreciadas por minoritários e por caciques); sem actas das reuniões e sem indicação de mesas que presidam ao sufrágio e garantam a genuidade dos resultados apurados — apesar de tudo isso, não deixou o governador civil de, ao mesmo tempo que chamava a atenção para o carácter inaceitável de tais «eleições», mormente dum «conselho municipal», afirmar que nem assim era indiferente à indicação final dos nomes que considerava «sugeridos», e isto porque, pelas longas conversas que tivera com representantes locais dos partidos, «os conhecia já antes a todos» e havia chegado à conclusão de se tratar de pessoas honestas e capazes, muito embora apresentando, quando globalmente consideradas, um evidente desequilíbrio político, que é aliás o que se pretende, na maior parte dos casos, quando se defende esta forma de «eleições» em detrimento (ou com aparente esquecimento) das eleições verdadeiras e próprias;

g) Propôs por isso o governador civil, em novo contacto com os partidos, que fosse aumentada a composição anteriormente fixada, para, obtendo-se embora com a entrada de outros elementos o desejável equilíbrio político, não deixar de fora os nomes sugeridos e contra os quais, repete-se, individualmente considerados, nenhuma objecção se impunha;

. h) Foi assim que, dos «nove» nomes sugeridos nas tais reuniões populares, «oito» vieram a integrar a actual Comissão Administrativa, não sem a pública declaração de que o nono elemento só por razões técnicas e de respeito pelas bases do acordo firmado não fora incluído, mas desejava-se sinceramente que o pudesse ser na primeira oportunidade, para tal se havendo suscitado até o interesse da própria Comissão Administrativa.»

RECRUTAS AUXILIARES

O Estado-Maior do Exército emitiu um comunicado avisando os recrutas apurados para os serviços auxiliares do Exército pelas juntas de recrutamento de 1975, de que, com vista à regularização da sua situação militar e consequente alistamento na Reserva Territorial, deverão urgentemente fazer a entrega no respectivo distrito de recrutamento e mobilização de três fotografias tipo passe e um selo da Liga dos Combatentes no valor de cinco escudos.

PUB

Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante

EDITAL

Dando cumprimento à decisão da Assembleia Geral de 3 de Junho de 1975 é fixado nos termos dos ESTATUTOS o prazo de recepção de candidaturas a Corpos Gerentes deste Sindicato até às 17.00 horas do dia 6 de Maio de 1976.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Júlio Quintela Paixão de Almeida Dias

(Capitão da Marinha Mercante)

AOS TRABALHADORES DO CONSÓRCIO «SOMAFEL - BORIÉ - DÉHÉ»

Solicita-se a todos os trabalhadores que à data de 30/9/975, se encontravam ao serviço do consórcio «SOMAFEL-BORIÉ-DÉHÉ» (ENTREPRISES A. BORIÉ) e que ainda não tenham contactado a C. P. (Sector de Recrutamento, no átrio inferior da estação de Lisboa-Rossio), que o devem fazer, inadiavelmente, até 29/2/76, fornecendo pessoalmente, por escrito ou pelo telefone (363181 — extensão 253) os elementos a seguir indicados:

— Nome
— Idade
— Habilitações escolares
— Categoria profissional atribuída pelo Consórcio.

Geral

Actos eleitorais serão pagos pelo M.A.I.

As despesas com a preparação e realização dos actos eleitorais deste ano serão pagas através do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos do Ministério da Administração Interna, dentro das verbas que constam do respectivo orçamento, de acordo com decreto publicado no «Diário do Governo».

O decreto destabelece que a ligitimação das referidas despesas será feita mediante o visto do ministro, seguindo-se igual tratamento com as despesas de funcionamento do Secretariado.

Nota oficiosa

Capacidade eleitoral dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro

A Secretaria de Estado da Emigração divulgou a seguinte nota oficiosa sobre a capacidade eleitoral dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro:

«Nos termos de legislação sobre recenseamento publicada e em via de publicação, têm capacidade eleitoral todos os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, desde que sejam maiores de 18 anos e tenham feito a sua inscrição consular no consulado da área do seu domicílio.

Também têm capacidade eleitoral os portugueses que residam fora do território nacional em virtude de missão de Estado ou de serviço público reconhecido como tal pela autoridade competentes, ou sejam conjuges ou filhos menores de quem se encontre nessa situação e com ele residam.

A inscrição consular de que depende a capacidade eleitoral, deverá ser efectuada até oito dias antes do fim do recenseamento eleitoral, o que, de acordo com o calendário adiante comunicado, significa que a inscrição consular terá que ser efectuada por aqueles portugueses que ainda a não possuirem, até 27 de Fevereiro de 1976, inclusive.

O completamento de 18 anos, para efeito de aquisição de capacidade eleitoral terá de se verificar até oito dias antes do fim do recenseamento, isto é, até ao dia 27 de Fevereiro de 1976, inclusive.»

RECENSEAMENTO

«Em princípio, o recenseamento a levar a cabo em 1976, não terá qualquer relação com o efectuado em 1975. Deste modo, as pessoas que se recensearam no ano passado em postos de recenseamento situados no estrangeiro deverão fazê-lo de novo se quiserem participar no próximo acto eleitoral.

É o seguinte o calendário das operações de recenseamento:

1) Até 14 de Fevereiro de 1976: constituição das comissões de recenseamento.

Cada comissão de recenseamento será composta de um mínimo de três membros, um dos quais presidirá, escolhidos pelo gerente do consulado ou secção consular onde ficará.

Até esta data poderão os partidos políticos indicar delegados para cooperar com as comissões de recenseamento, os quais poderão assistir sem direito de voto, às reuniões das mesmas comissões.

As comissões de recenseamento funcionarão em princípio nas chancelarias dos consulados de carreira e nas secções consulares das embaixadas e só excepcionalmente noutro local.

2) Até 17 de Fevereiro de 1976, qualquer cidadão eleitor ou partido político pode expor ao gerente do posto consular as razões que em seu entender desaconselhem a escolha de qualquer dos designados.

3) Até 19 de Fevereiro de 1976: posse das comissões de recenseamento conferida pelo gerente do posto consular.

4) De 20 de Fevereiro a 5 de Março de 1976, incluindo sábados, domingos e eventuais feriados: período durante o qual decorre a inscrição no recenseamento dos cidadãos eleitores residentes no estrangeiro.

Deverão recensear-se tambem aqueles que já o fizeram em 1975.

Os boletins de inscrição no recenseamento serão distribuidos em todos os consulados de carreira, secções consulares e consulados honorários.

O recenseamento faz-se mediante a apresentação do boletim à comissão de recenseamento. A apresentação pode ser feita pelo próprio ou por intermédio de um apresentante, desde que este seja também cidadão eleitor e já recenseado no mesmo local.

No acto de inscrição para o recenseamento, deverão ser exibidos ou certificado de inscrição consular (o qual é passado gratuitamente para o efeito) ou passaporte em que conste a inscrição consular do recenseado.

5) Até 20 de Março de 1976: eventuais reclamações, por parte de qualquer cidadão eleitor ou partido político, das omissões ou inscrições, indevidas, perante a comissão de recenseamento.

6) Até 22 de Março de 1976: decisões das comissões de recenseamento sobre as reclamações.

7) Até 24 de Março de 1976: recurso das decisões da comissão para o gerente do posto consular.

8) Até 27 de Março de 1976: correcção dos cadernos de recenseamento.

9) Até 29 de Março, de 1976: indicação por via telegráfica e por intermédio do posto consular, aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna, do número total de eleitores inscritos no recenseamento.

10) Até 30 de Março de 1976: expedição das cópias dos cadernos definitivos do recenseamento para os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna.»

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado na zona Norte e muito nublado a sul do sistema montanhoso Montejunto-Estrela o vento era fraco de Norte.

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA
Máxima 18º
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
Mínima 04,6º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13,5º
Atmosfera 8º

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H.

PORTO	—
P. DOURADAS	—
COIMBRA	5º
PORTALEGRE	6º
LISBOA	8º
FARO	10º
FUNCHAL	14º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
1.31	3,4 m	7.18	1,4 m
14.01	3,4 m	19.36	1,4 m
Dia 13			
2.24	3,6 m	8.09	1,2 m
14.51	3,6 m	20.24	1,1 m
Dia 14			
3.11	3,9 m	8.54	0,9 m
15.36	3,8 m	21.08	0,9 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado temporariamente muito nublado nas regiões de Norte e Centro; vento fraco predominando de Norte; nevoeiro ou neblina matinal no Litoral Oeste a Norte do Cabo da Roca

AMANHÃ

NASCER ÁS 8.32
OCASO ÁS 19.12

DIA 15 — DIA 22 — DIA 1 — DIA 9

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA PARADENSE

Secretaria Notarial de Caldas da Rainha

SEGUNDO CARTÓRIO

A cargo do Notário, Licenciado em Direito, Domingos José Fernandes Canela Lopes:

Da fotocópia parcial extraída para efeitos de publicação da escritura de onze do corrente mês, exarada de folhas trinta e sete, verso, a folhas trinta e oito, verso, do livro de notas para escrituras diversas número D-dois, deste Cartório, da constituição de uma associação com a denominação «ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA PARADENSE», nos termos constantes dos artigos adiante indicados e vai conforme ao original, o que certifico.

Declara-se que na parte omitida nada há que amplic, restrinja, modifique, ou condicione a parte transcrita.

O NOTÁRIO

Domingos José Fernandes Canela Lopes

ARTIGO PRIMEIRO: — A Associação Cultural e Desportiva Paradense, visa a promoção cultural, desportiva e recreativa dos seus associados e tem a sua sede social no lugar de Chão da Parada, freguesia de Tornada, deste concelho de Caldas da Rainha, e a sua duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO SEGUNDO: — Constituem receitas próprias da Associação as quotas e quaisquer outras que a Direcção resolva criar ou aceitar.

ARTIGO TERCEIRO: — Podem ser sócios ordinários as pessoas maiores de dezassete anos.

ARTIGO QUARTO: — São órgãos da Associação a Mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O mandato da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal, têm a duração de um ano, podendo os respectivos elementos serem reeleitos.

ARTIGO QUINTO: — A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos sendo presidida por uma mesa constituída por um presidente e dois secretários.

ARTIGO SEXTO: — A competência e forma de funcionamento da Assembleia Geral são prescritas nas disposições legais aplicáveis, nomeadamente nas normas dos artigos cento e setenta a cento setenta e nove do Código Civil e em tudo o que não forem contrárias ao disposto no Decreto-Lei número quinhentos noventa e quatro/setenta e quatro de sete de Novembro.

ARTIGO SÉTIMO: — A Direcção é composta por sete sócios que entre si distribuirão os cargos de Presidente, Vice-Presidente, secretário, três vogais e um tesoureiro com funções que entre si designarem.

PARÁGRAFO ÚNICO: — Compete-lhe a gerência social administrativa, financeira e disciplinar devendo reunir pelo menos uma vez por mês.

ARTIGO OITAVO: — O Conselho Fiscal é composto por três associados, sendo um presidente e dois vogais, competindo-lhes fiscalizar os actos administrativos e financeiros da Direcção, verificar as suas contas e relatório anual, dando o seu parecer.

ARTIGO NONO: — No caso de dissolução, os bens da Associação terão o destino que a Assembleia Geral designar.

ARTIGO DÉCIMO: — Para os casos omissos regerá em primeiro lugar o regulamento interno cuja aprovação e alterações são da competência da Assembleia Geral, o qual deverá ser elaborado de harmonia com as leis em vigor.

BARES • BOITES

RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 T.elef. 364859/368197. Tina. Stripteaseuse

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621, /264946

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA FERREIRA Rua Manuel Maria, Vieira, 7-

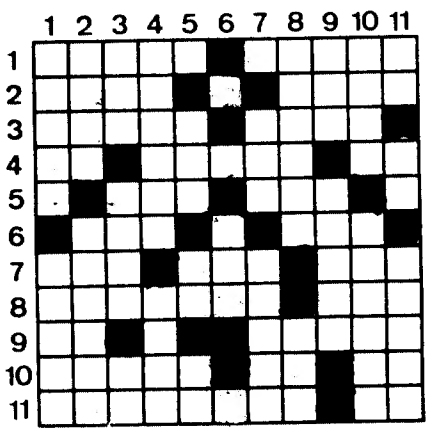
Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11294

HORIZONTAIS

1 Auxílio. Afastes.
2 Move os remos. Zombará.
3 Patrona da ilha de Malta. Rio da Alemanha e da França.
4 Gálio (s.q.). Causem amuo a. Pertences.
5 Nome de jogo. Senhor em inglês.
6 Senhora. Raer.
7 Culpado. Recusa. Rio de França.
8 Apanou. Caminhar para cá.
9 Mulo. Derramamento contínuo e involuntário, em regra de lágrimas (Med).
10 Oráculo. Abreviatura que se usa em música. Antes do meio dia.
11 Gostosa. Pronome reflexo.



VERTICAIS

1 Cidade de Portugal. Apelido.
2 Borrifa. Fixa.
3 Gosta muito de. Cruel. Prefixo que designa afastamento.
4 Pesquisara. Valeta.
5 Patrão. Abreviatura da palavra inglesa mister. Sufixo que designa estado.
6 Negativa.
7 Catedraia. Naipe das cartas de jogar.
8 Berrar alto. Uma das Novas Hébridas na Melanésia. (inv.).
9 Esteiro. Capim (rasteiro).
10 Apre! Ratadas.
11 Apelido. Isolado. Oscila.

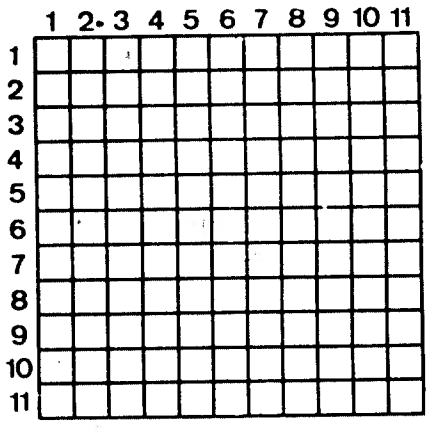
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7454

HORIZONTAIS

1 Conserta. Fecham as asas para descer mais depressa.
2 Ave trepadora. Miriare. Letra grega.
3 Em as. Reze.
4 Césio (s.q.). Nome de mulher. Artigo definido (ant.)
5 Nome que se dá ao combóio expresso de Paris. Milho torrado que se reduz a pó temperado com azeite de cheiro e mel de abelhas.
6 Sem mistura. Escarnecido.
7 Nome de fruto. Zombará.
8 Anel. Cruel. Organização das Nações Unidas.
9 Caminhar. Gemera. Brisa.
10 Apara. Gostara muito de.
11 Tostas. Emblemas.



VERTICAIS

1 Velharia. Adeja.
2 Estavas. Cadelas.
3 Utensílios domésticos. Que não tem cauda. Abreviatura de Santíssimo.
4 Aparência. Parede. Peneira em furos.
5 Latada. Remas para trás.
6 Pedra de altar.
7 Assassinar. Rio da Rússia.
8 Apelido. Acrescentar. Estime.
9 Aversão. Amónio (s.q.)
10 Apre! Enfeitara.
11 Terceiro estômago das aves. Brisas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11293

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 QUEM. MAIS.	1 Quero. Calam.
2 Ura. Faias.	2 Urrem. Ugara.
3 Er. Perto. SE.	3 Ea. Piara. Mi.
4 Repara. Soar.	4 Patear. As.
5 Omitira.	5 Feri. Rer.
6 Ae. Varas.	6 Parar. Mamãe.
7 CURA. Man.	7 It. Avaras.
8 Agarraremos.	8 Mãos. Anel.
9 Lã. Emalara.	9 Ás. Rio. Ma.
10 Armaras. Am.	10 Sa. Adorar.
11 MAIS. DURA.	11 Soeras. Sama.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7453

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Moca. Socara.	1 Mu. Alcanena.
2 Uta. Fadem.	2 Ota. Irmanar.
3 Asi. Redes.	3 Cassa. Atara.
4 Samaria.	4 Ia. Aoro.
5 Lia. Em. Lia.	5 Meras. Ás.
6 Cr. Broa. Has!	6 Saramos. Cr.
7 Ama. Assoais.	7 Oder. Asaria.
8 Natas. Saa.	8 Cedi. Iam.
9 Enão. Cri.	9 Amealhas. Mo.
10 Narraríamos.	10 Iaia. Or.
11 Araós. Amor.	11 Au. Passais.

Provérbio: QUEM MAIS SE CURA, MAIS DURA

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO M-1

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
Alentejo, A. da Igreja, 28-B (T.712682)
AMOREIRAS
D.João V, R.D.João V, 16 (T.682772)
ANJOS
Confiança, Av. Almirante Reis, 46-B (T.821653)
AREEIRO
Algarve, Av. de Roma, 7-B (T.801478); **Nova Lisboa**, R.Guilhermina Suggia, 12 (T.727721)
AVENIDAS NOVAS
Cruz Nunes, P.Duque Saldanha, 14 (T.41845)
BELÉM
Remísio, R.dos Jerónimos, 14-C (T.631699)
BENFICA
Benfica, E.de Benfica, 678-E (T.702532)
CAMPOLIDE
Central de Campolide, R.General Taborda, 17 (T.680304)
OLIVAIS SUL
Fernandes Borges, R.Cidade de Benguela, lote 300 (T.31109)
PENA
Americana, C.de Santana, 3 (T.863984)
PICHELEIRA
Marluz, C.da Picheleira, 140-B (T.720703/728395)
S.BENTO
Confiança, P.das Flores, 59 (T.690401)
S.SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sírius, R.Fialho de Almeida, 38-A (junto da Escola Técnica do Bairro Azul) (T.44000)
SETE RIOS
Laranjeiras, R.Filipe da Mata, 160 (T.761035)

TURNO M-2

TODA A NOITE

ALCÂNTARA
Correia de Azevedo, R.Luís de Camões, 42-B (T.638625)
ALVALADE
Avis, Av. de Roma, 56-B (T.715370)
AREEIRO
S.Jorge, L.do Leão, 3-B (T.534027)
BAIRRO ALTO
Azevedo, Irmão e Veiga, R.da Misericórdia, 24 (T.323540)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, P.Norte, 11-A (T.311216)
BENFICA
Vitex, E.de Benfica, 373-B (T.780548)
CAMPO DE OURIQUE
Lobel, R.de Infantaria 16, 98-B (T.688807)
CAMPO PEQUENO
Campo Pequeno, Av. Júlio Dinis, 10 (T.771661)
CONDE REDONDO
Davi, R.Conde Redondo, 68 (T.54342)
GRAÇA
Renascença, R.Damasceno Monteiro, 104-A (T.831504)
LAPA
Paiva da Costa, R.da Lapa, 105 (T.664414)
LUMIAR
Central, R.do Lumiar, 77 (T.790480)
S.VICENTE
Rosa e Viegas, R.de S.Vicente, 31 (T.864351)
XABREGAS
Grijó, R.do Grilo (T.385204)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R.Ernesto Silva, 81 (T.2112048)
CAXIAS
Nova, R.Bernardim Ribeiro, 1-A (T.242839). Até às 22 horas
OEIRAS
Alcântara Guerreiro, P.Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T.2430691). Toda a noite
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Suíça, Cruzeiro (T.260087). Toda a noite
CASCAIS
Miresicórdia, R.Regimento 19, 41 (T.280141). Até às 22 horas; **Cascais**, R.Conde de Monte Real, B.das Caixas (T.282407). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R.Elias Garcia, 209 (T.930019); **Fiama**, R.Elias Garcia, 78-B (T.932485); **Confiança**, Av. D.Nuno Álvares Pereira, 15-A (T.938149)
DAMAIA
Damaia, P.Alexandre Gusmão, 9-A (T.970523)
VENDA NOVA
Nova, R.Elias Garcia, 10 (T.972530)
QUELUZ
Zeller, R.da República, 83 (T.950045)
CACÉM
Central, R.Elias Garcia, 55 (T.2940034)
MEM MARTINS
Miranda Garcia, E.de Mem Martins, 173-B (T.2914103)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Marrazes, Estefânia (T.2930058)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L.Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)
ALMADA
Algarve, R.Fernão Lopes, 1 (T.2750271)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040141)
BARREIRO
Piçarra, Av. do Bocage, 65-A (T.2074771)
COVA DA PIEDADE
Cerqueira Afonso, P.5 de Outubro, 18 (T.2750254)
MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)
MONTIJO
Higiéne, R.José Joaquim Marques, 142 (T.2310370)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)
SETÚBAL
Oliveira, L.da Misericórdia (T.22488); **Louro**, R.Frei António Chagas, 24-A (T.24491)
SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 22

ATÉ ÀS 22 HORAS

Nacional, R.Senhora da Luz, 156, Foz; **S.Diniz**, R.de S.Diniz, 428; **Soeiro**, R.de Santos Pousada, 71; **Vitália**, P.da Liberdade, 34; **Alberto Ferreira**, R.da Estação, 100; **Antero de Quental**, R.Antero de Quental, 520; **Herculano**, R.Alexandre Herculano, 384

TODA A NOITE

Boavista, R.da Boavista, 601; **Antunes**, R.do Bonjardim, 485; **Cosme**, R.de Costa Cabral, 584; **Pereiró**, R.da Preciosa, 35

COIMBRA

Cruz Viegas, R.do Brasil, 154 (T.22961); **Donato**, R.Ferreira Borges, 6 (T.22603); **Rainha Santa**, R.Figueira da Foz, 11 (T.23747)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

COMUNA
21.30 (18 anos)
«Fogo»
MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força, Força, camarada Zé»
MONUMENTAL
21.15
«Família até certo ponto»
A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»
CAPITÓLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Piscina»

LISBOA/Cinemas

CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erótica»
S.LUIZ
21.15 (13 anos)
«Bernilde ou a Virgem Mãe»
EUROPA
21.30 (18 anos)
«Casamento de Padre»
SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Quando os Deuses Têm Sede»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Matem Django»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«L'Astragale»
PARIS
21.00 (13 anos)
«Os Véus de Bagdad»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«As 14 Amazonas»
JARDIM
21.15 (13 anos)
«Taras Bulba»
IDEAL
21.00 (10 anos)
«Amor de Perdição»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (13 anos)
«S.P.Y.S. — Espiões»
CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«A Rebelde Apaixonada»
PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«O Cântico da Navalha»
ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«A Freira de Monza»

LINHA DE SINTRA

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.00 (18 anos)
«Os Homens que Contam»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«O Furacão do Karate»
ALMADA
Academia
21.15 (13 anos)
«Ligações Perigosas»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«Alguns Chamam-lhe Amor»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«A Fúria do Desejo»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Lisboa Acordou»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (10 anos)
«Odisseia no Espaço»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aaina»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«As Confidências de um Leito Muito Acolhedor»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Protesto»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«Tudo Ficou em Família»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Aventuras Eróticas dos três Mosqueteiros»
RIVOLI
21.15 (6 anos)
«Sim, Sim, Meu Coronel»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»
S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«O Justiceiro da Noite»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Zorro, o Vingador»
ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Tão Sério como o Prazer»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«Sua Ex.ª gostava de saias»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Um filme Doce»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Obrigado.. avô!»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Casamento de Padre»
GIL VICENTE
21.15 (13 anos)
«Porque se Mata um Magistrado»
S. TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«Os Contos de Canter Bury»

rádio

1.º Programa

15.00 Painel da tarde
18.00 Música portuguesa
18.30 Temas sobre a condição de retornado
19.05 A criança, programa do Emissor Regional de Coimbra
19.35 Música variada
20.00 Jornal da noite
21.00 Painel da noite
23.30 Programa desportivo
00.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite
02.00 Música na noite

2.º Programa

16.00 Que quer ouvir?
16.55 Música de cravo
17.30 Colóquios n.º 4, para órgão, piano e percussão, de Jean Guillou
17.52 Concerto Grosso op. 6, n.º 5, de Haendel
18.15 Música de câmara
18.45 Intérpretes célebres
20.00 Música sinfónica
21.00 Canções de Schubert
21.30 Gravações históricas
22.00 Variações Goldberg, de Bach
22.45 Divertimento, de Ibert
23.00 Mudança do MF 2 de Mono para Estéreo — música de câmara
23.48 Intercâmbio musical
00.05 Sinfonia n.º 5, op. 47, de Shostakovich
01.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

Emissão contínua — Onda Média (Lisboa), 233,2 m — 1286 KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), 93,2 MHz

cinemas

CASTIL

T. 530194 — 15.30, 18.30, 21.15

(Não acons. m. 18 anos)
AS INSACIÁVEIS
C/Doroty Malone
Realização de Alberto de Martino

IMPÉRIO

T. 555134 — 15.15, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
Catherine Deneuve, Michael Piccoli
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marxo Ferrari
2.ª Semana

ROYAL

T. 865037 — 15.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
LA BAMBINA

POLITEAMA

T. 326305 — Hoje estreia às 21.30

Não acons. a menores de 13 anos
ERAM TODOS FILHOS DA...MÃE
(Colorido)

VOX

T. 720808 — 14.15, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. men. 18 anos
O MALUQUINHO DO SEXO
um filme de Marco Vicário

PALÁCIO FOZ

P. todos — 15.00, 18.15 e 21.00

Preço entrada 5$00
Cinema de Animação Experimental: Univers: Manuel Otero: **Le Chien Mélomane**: Paul Grimault: **Renaissance**: Walerian Borowezyk: **Balablok**: Bretislav Pojar: **hunger**: Peter Foldes: **Blinkity Blank**: Norman McLaren
Local de venda de bilhetes: Balcão do Turismo do Palácio Foz

ROMA

T. 727778 — 15.30, 18.30, 21.15

(Int. men. 18 anos)
AS INSACIÁVEIS
Com Luciana Paluzzi, Robert Hoffman

CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 — 14, 16.30, 19 e 21.15

Para todos
UM ESPADA PARA HOLLYOOD
Um filme de Frank Tashlin
Jerry Lewis, Dean Martin

EDEN

T. 320768 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos
AS SOBRINHAS
...os seus inconfessáveis desejos!... jovens, ardentes, sensuais e rebeldes

ODEON

T. 326283 — 15.15, 18.15, 21.15

Interdito a menores de 18 anos
12.ª Semanas de enchentes
A comédia de sexo e de pecado à solta
COMO CAÇAR UM MARIDO
Um festival malandrices «secretas»
Contém cenas eventualmente chocantes

APOLO 70

T. 763319 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
8.ª Semana
Hoje às 24.00 (G. D - 18 anos)
DIÁRIO DE UMA ESQUIZOFRÉNICA

CASINO ESTORIL

T. 26 4621 — 17.15, 21.15

Não acons. a menores (13 anos)
S. P. Y. E. S. — ESPIÕES

S. JORGE

T. 54153/4 — Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
A SÉTIMA ALVORADA
Uma história de amor e aventura

RESTELO

T. 610375 — 21.00

(Int. men. 18 anos)
CONTOS IMORAIS

AVIS

T. 47163 — 15.30, 18.30 e 21.15

Para todos maiores de 6 anos
OS MALUCOS VÃO À GUERRA
12.ª Semana
Amanhã, o mesmo programa

CARLOS MANUEL — SINTRA

Tel. 2930394 — 15.00, 21.00

Não acons. men. 13 anos
O EXPRESSO DE VON RYAN

ESTÚDIO

T. 555135 — 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
A FILHA DO GUARDA DA PASSAGEM DE NÍVEL
3.ª Semana

ESTÚDIO 444

T. 779095 — 14.30, 16.45, 19 e 21.15 h

Interdito a menores 18 anos
O RALLY DAS GOZONAS
Este filme contem cenas event. chocantes
7.ª semana

D. JOÃO V — DAMAIA

Tel. 971794 — 21.00

Interdito a menores de 18 anos
DOIS HOMENS NA CIDADE

UNIVERSAL

T. 774402 — 17 e 21 h

Não acons. a menores de 18 anos
SANGUE DE CONDOR
15.00, 19.00, 23.00
Não acons. a menores de 13 anos
QUE VIVA MÉXICO E VIVA CUBA
de Agnes Varda

CONDES

T. 322523 — 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 18 anos
Colorido
FRENCH CONNECTION N.º 2
c/ Gene Hackman
O melhor cinema americano

BERNA

T. 776098 — 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
«HENNESSY» (O Miliante)
Em 2.ª Semana
um filme de Don Sharpp

LONDRES

T. 801313 — 14.15, 18.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
c/ Liv Ulhmann-Bibi Anderson

ROXY

T. 48560 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos
EMILIENNE
Com Betty Mars, Nathalie Gurin
Colorido
AVISO: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

TIVOLI

T. 570559 — 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
«HENNESSY» (O Miliante)
Um filme de Son Sharp

ALVALADE

T. 897480 — 15.30, 18.30, 21.45

Não acons. m. 13 anos
A INJUSTIÇA DA JUSTIÇA
c/ Terence Hill, Paola Pitagora

PATHÉ

T. 821933 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Int. a men. de 18 anos
7.ª Semana
A ESTALAGEM DO PRAZER
um filme de Alois Brunmer

NIMAS

T. 574362 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.45

Não acons. a menores de 13 anos
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marco Ferri
2.ª Semana

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

CONFLITO DE VARINAS NA DOCAPESCA

Um grupo de «varinas» entrou ontem na Docapesca de Pedrouços gritando: «Queremos peixe fresco, não ao peixe congelado», dando origem a um conflito que mais tarde se resolveu com um diálogo com a administração.

Admite-se que as «varinas» tenham sido manipuladas por indivíduos ligados ao grupo que controla o sector da comercialização do peixe e que pretenderiam apoderar-se do peixe congelado para o misturar com o da lota da costa, revendendo-o depois ao preço de fresco.

Por seu turno, as «varinas» procuram vender peixe fresco, que lhes oferece uma percentagem de lucro maior. O peixe congelado é vendido ao preço da tabela estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 79/76, de 27 de Janeiro.

As dificuldades na obtenção de peixe fresco (poluição dos oceanos, aumento da concorrência, ineficácia técnica dos barcos) têm obrigado as «varinas» a aceitar peixe congelado.

O incidente de ontem, resolvido após intervenção da administração da Docapesca, fez gorar a intenção dos manipuladores: as «varinas» continuaram a aceitar peixe congelado, e os indivíduos do sector da comercialização não o puderam comprar para o fazer passar por «peixe fresco».

Assalto do Estoril rendeu 250 contos

. Ascende a duas centenas e meia de contos em moeda nacional e estrangeira (dólares, marcos, pesetas e francos franceses) o produto do assalto à agência do Banco Totta e Açores, no Estoril, levado a cabo por três indivíduos com os rostos vendados com meias de seda preta e máscaras negras, que penetraram nas instalações de armas em punho (uma metralhadora de guerra «Kalashnikov» e duas pistolas «Walther») desactivando os oito funcionários e silenciando os dois clientes que ali se encontravam.

Além do que noticiamos ontem, podemos hoje acrescentar que cerca de 150 efectivos da P. S. P. (divisão de Cascais e esquadras de Oeiras, Algés, Queluz e Sintra), da G. N. R., incluindo patrulhas da Brigada de Trânsito, e do CIAC (de Cascais) se ocuparam da perseguição aos quatro assaltantes (os três que entraram na agência e o condutor que os aguardava no exterior com um automóvel amarelo, marca «Datsun» e a matrícula HN-78-97, que tinha sido roubado na passada terça-feira), entre Oeiras e o Guincho, passando por Alcabideche e S. Domingos da Rana, numa busca que se revelaria infrutífera, a despeito de se admitir que os foragidos haviam seguido em direcção a Lisboa.

Tiros falhados na Maiombe

Continuação da pág. 1

ques Ferreira, foi agredido junto às escadas de casa, em Paço de Arcos, por dois desconhecidos que, à laia de apresentação, disseram: «Vimos da parte dos Galvões de Melo».

Com a cara marcada, o agredido comentou para nós que os agressores «deviam ser especialistas da pancada».

. A história das agressões e da violência em, aliás, de mais longe. Meses atrás, no Algarve, Manuel Marques Ferreira foi agredido pelo tenente-coronel Artur Galvão de Melo e or outros membros da família. Na sequência da agressão foi instruído um processo, de cujo andamento não há notícia.

As querelas começaram quando o Estado interveio na firma, a pedido dos trabalhadores, que têm nas mãos dois relatórios onde se prova que os sócios da Maiombe José Galvão de Melo e Francisco Manuel Coelho (afilhado e ex-secretário de Marcelo Caetano) desviaram dinheiro da empresa.

«Os trabalhadores desta firma agiram apenas por uma questão de honestidade e nunca por manobras políticas. As autoridades parecem ter medo do nome Galvão de Melo» — afirmou-nos o presidente da Comissão de Trabalhadores.

Uma coincidência: o agredido, quando em serviço militar, foi ajudante de campo do general Galvão de Melo.

PUB
CASA DO MINHO
XIV ALMOÇO BRACARENSE
Este tradicional almoço realiza-se a 15 do corrente. Comparece, confraterniza, convive, dialoga. Apresenta as tuas sgestões e porque ão os teus protestos?! Ou simplesmente almoça. Estarão presentes as mais destacadas individuaidades daprovíca Inscrições até 13-Telf. 369813

ENCONTRO MELO-AREILZA

Continuação da pág. 1

de tímido reformismo.

«Realiza-se — refere o documento — precisamente nos próximos dias o Conselho de Guerra contra os dez militares democratas acusados de rebelião militar e de pertencer à U. M. D. e para os quais se pede a condenação em prisão até 12 anos.»

. A finalizar a oposição espanhola apela para as autoridades e povo português para que não aceitem «as pressões e chantagens de um Governo antidemocrático e autoritário que se autodenomina reformista e liberal em pomposas declarações com a intenção de conseguir um lugar na Europa Democrática».

Entretanto, em Espanha sectores da extrema-direita contestaram o facto de Areilza se deslocar a Portugal, o que levou o Ministério dos Negócios Estrangeiros do país vizinho a explicar que depois das visitas já realizadas por Mário Soares e Melo Antunes pertence agora ao ministro espanhol deslocar-se a território português.

OUTROS ASSUNTOS NA AGENDA

Quanto aos restantes assuntos a debater nas negociações o aspecto mais imediato e concreto parece ser a assinatura de um convénjo sobre delimitação da plataforma continental, outro sobre águas territoriais e zona contínua e ainda um protocolo adicional ao convénio sobre aproveitamento da parte internacional do rio Minho, todos eles já negociados durante os últimos meses.

Sabe-se, por outro lado, que os dois ministros trocarão informações sobre a situação nos dois países e impressões sobre temas internacionais, particularmente no que se refere à Europa, Mediterrâneo e Africa.

Outro assunto a debater relaciona-se com o turismo já que governantes dos dois países têm manifestado interesse em chegar a uma maior colaboração bilateral e internacional no sector. O mesmo deve acontecer no sector económico e comercial, especialmente neste último em que a balança de pagamentos de Portugal apresenta um desastroso deficite.

Ainda relacionado com o sector económico é possível que seja estudado o problema das empresas espanholas em Portugal, nomeadamente no referente à nacionalização de interesses espanhóis e à ocupação de propriedades de naturais do país vizinho. Finalmente será tratado o problema da indemnização a pagar à Espanha pelos danos causados com o incêndio da Embaixada espanhola em Lisboa.

UM DIA DE CONVERSAÇÕES

As conversações iniciaram-se esta manhã no edifício do Liceu da Guarda devendo prolongar-se até ao fim da tarde, altura em que será divulgado um comunicado conjunto. A escolha da cidade da Guarda foi mantida em segredo até ontem à noite por razões de segurança.

Anteriormente falava-se em Elvas e Estremoz como possíveis lugares de realização do encontro.

O ministro Melo Antunes recebeu o ministro José Maria de Areilza na fronteira de Vilar Formoso, de onde seguiram ambos para a cidade da Guarda, sendo-lhes prestadas honras militares no Regimento de Infantaria 12.

As conversações iniciaram-se ainda de manhã entre os dois ministros e entre as respectivas delegações, seguindo-se um almoço oferecido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português em honra do seu homólogo espanhol. No almoço participaram, além dos elementos que constituem as duas delegações, o brigadeiro Franco Charais, membro do Conselho da Revolução e comandante da Região Militar do Centro, o presidente do Município local e o chefe do distrito.

Após o almoço, os dois ministros, acompanhados pelas respectivas delegações, retomaram as conversações, que devem terminar ao fim da tarde.

O ministro dos Negócios Estrangeiros português é acompanhado por uma delegação constituída pelo embaixador de Portugal em Madrid, dr. Meneses Rosa, pelo director-gal dos Negócios Políticos do M. N. E., embaixador Magalhães Cruz, pelo director-geral adjunto dos Negócios Económicos do M. N. E., dr. Silva Marques, pelo chefe do gabinete do ministro, major Gonçalves da Costa, pelo director dos serviços de Informação e Imprensa do M. N. E., dr. Alfredo Barroso, e pelo adjunto do gabinete do ministro, dr. Tavares de Sousa. Acompanha a delegação, o chefe do Procolo do Estado da A.I., dr. Ruy de Brito e Cunha.

O ministro dos Assuntos Exteriores espanhol é acompanhado por uma delegação constituida pelo embaixador de Espanha em Lisboa, D. Antonio Poch, pelo director-geral da Europa do M. A. E., D. Nuno Aguirre de Carcer, pelo director-geral das Relações Económicas Internacionais do M. A. E., D. Raimundo Bassols, pelo director-geral chefe do gabinete do ministro, D. Pedro Churruca, marquês de Espinardo, pelo conselheiro dos Assuntos Económicos da Embaixada de Espanha em Lisboa, D. Tomas Lozan, e pelo director da Oficina de Informação Diplomática do M. A. E., D. Alberto Aza.

Depois de prestadas as honras militares no Regimento de Infantaria 12, o ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha e a delegação que o acompanha regressam, ainda hoje, ao seu país.

Ofensiva final do M.P.L.A.

Continuação da pág. 1

reconhecimento pelo Uganda, arrasta uma importante viragem entre as nações africanas, até aqui indecisas. O Togo anunciou já o reconhecimento do Governo de Luanda o mesmo sucedendo com o Gabão. A República Central Africana, Costa do Marfim e Ruanda preparam iguais medidas, segundo consta nas respectivas capitais.

Entretanto, na Europa, os 9 da C.E.E. examinam conjuntamente o problema angolano, à luz sobretudo das recentes declarações feitas em Roma por um enviado especial do M.P.L.A., segundo as quais o seu país estaria resolvido a manter relações com aquele bloco europeu. Ao nível do velho continente, os primeiros gestos em direcção a Luanda poderão partir da Suécia, Noruega, Dinamarca e Holanda, acompanhados, provavelmente da Bélgica e até eventualmente da Inglaterra. A decisão do bloco ocidental europeu está, todavia, fortemente condicionada pela atitude dos Estados Unidos, que continuam a recusar o reconhecimento da R. P. de Angola, embora se julgue que a «teimosia» de Henry Kissinger não se poderá prolongar por muito mais tempo.

Em Luanda, alude-se já à próxima batalha diplomática que aponta para a admissão da jovem República Popular no seio da O.N.U., e que culminará uma das maiores vitórias obtidas até hoje por um movimento de libertação, comparável à epopeia dos povos da Indochina.

Vasco Lourenço no B.R.T.

No prosseguimento das visitas que tem vindo a fazer a diversas unidades da Região Militar de Lisboa, Vasco Lourenço esteve esta manhã no Batalhão de Reconhecimento, unidade que desempehou um papel importante na preparação do Movimento dos Capitães, facto que o brigadeiro evocou lembrando que nas oficinas gráficas do BRT nasceram na quase totalidade os documentos que, na clandestinidade, a Comissão Coordenadora produziu.

O comandante da Região Militar de Lisboa dirigiu aos militares da unidade uma expressiva alocução em que focou aspectos muito concretos das tarefas das Forças Armadas no processo político, explicando em que condições conspirar podia ser considerado um crime ou uma obrigação patriótica.

Referiu-se também ao papel dos trabalhadores, criticando reivindicações inoportunas ou não realistas, sem contudo os responsabilizar totalmente pelos problemas que se vivem. Pelo contrário afirmou a certa altura:

. «Não pretendo, de modo algum, afirmar com isto que os responsáveis maiores ou únicos da situação em que nos encontramos sejam os trabalhadores. São eles que terão que construir uma sociedade mais justa, são eles que terão que exigir uma sociedade democrática, e felizmente os bons exemplos são também imensos.»

Governo suiço autoriza estadia de Spínola

. BERNA, 12 — (F. P.) — O ex-general António de Spínola poderá ficar na Suíça, uma vez que as autoridades federais helvéticas rejeitaram ontem a diligência do deputado socialista de Genebra que pediu a expulsão do antigo presidente português.

Um porta-voz oficial explicou que Spínola é possuidor dum passaporte brasileiro em regra, além de outro, igualmente brasileiro válido para o estrangeiro. Além disso, acrescentou, informou que a sua estada tem carácter «completamente particular».

Cimeira franco-alemã

Continuação da pág. 1

a pressão especulativa.

Permitir o realinhamento do vulnerável franco francês e do poderoso marco — duas das principais moedas do Mercado Comum — seria desfazer o sistema monetário conjunto europeu conhecido pela designação de «serpente».

Nota

DIVISÃO ENTRE MILITARES

De fonte que nos merece o maior crédito, soubemos que em reunião efectuada na última semana no Regimento de Infantaria do Porto, integrada nas reuniões normais do comando da Região Militar nas unidades suas dependentes, foi abordada a questão da série de reportagens que «O Comércio do Porto» tem vindo a publicar sobre elementos suspeitos de ligações ao ELP e que foram detidos após o 11 de Março. Essas reportagens resumiam-se em entrevistas com vários desses detidos, a última das quais foi publicada na passada sexta-feira, interrompendo-se a série dessas mesmas entrevistas.

Segundo a mesma fonte, o teor das questões levantadas pelos militares na reunião efectuada no R. I. P., em que estava presente o brigadeiro Pires Veloso, era no sentido de uma certa apreensão pelas consequências de uma reportagem feita naqueles termos e ainda por se estar a pôr em causa militares que tinham inclusivamente trabalhado com camaradas seus, presentes naquela reunião, o que constituía, segundo as posições ali defendidas, um meio de desunião e de divisão entre militares.

Este aspecto era particularmente sensível, segundo a mesma fonte, aos militares presentes no R. I. P., tendo sido elaborado um texto-moção, enviado depois ao Chefe do Estado-Maior do Exército e ao Ministério da Comunicação Social, acerca do teor e do processo jornalístico utilizado naquele inquérito do referido matutino portuense.

A mesma fonte referia-se ao facto de essa moção ser, no essencial, uma manifestação de repúdio em relação ao trabalho em causa, susceptível de provocar a divisão entre camaradas militares.

FIDELIDADE

«O Dia» noticia hoje com relevo de primeira página e foto a duas colunas que o general Vasco Gonçalves foi passado à reserva.

Não se limita, porém, a dar uma notícia que toda a gente sabia. Diz o jornal (de que João Coito é o redactor principal) que Vasco Gonçalves foi passado à reserva por «não oferecer garantias de fidelidade aos princípios definidos no programa do M. F. A.» e que taldecisão foi tomada pelo Conselho da Revolução. Questão, pois, de fidelidade.